



TÉCNICO
UNIVERSIDADE
DE LISBOA

ORÇAMENTO DO IST PARA 2026

dezembro de 2025

1	NOTA PRÉVIA	6
2	SUMÁRIO EXECUTIVO – ORÇAMENTO ANUAL DO IST 2026	10
2.1	PANORAMA FINANCEIRO GERAL	11
2.1.1	Destaques Financeiros.....	12
2.1.2	Fontes de Receita	12
2.1.3	Despesas.....	12
2.2	PRINCIPAIS ÁREAS DE PRIORIDADES ORÇAMENTAIS	13
2.2.1	Ensino e Excelência Académica, apoio às atividades de ensino, investigação e formação.....	13
2.2.2	Melhoria da Infraestrutura e Sustentabilidade Ambiental.....	14
2.2.3	Inclusão e apoio à comunidade estudantil	15
2.2.4	Desenvolvimento Institucional e Gestão	15
2.2.5	Apoio à Saúde e bem-estar da comunidade IST.....	15
2.2.6	Internacionalização e Parcerias Estratégicas.....	15
2.3	DESAFIOS E RISCOS.....	16
2.4	INDICADORES-CHAVE DE DESEMPENHO (KPIS)	17
2.5	ESTRUTURA DO DOCUMENTO	18
3	PLANO DE INVESTIMENTO	20
3.1	INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	21
4	ENQUADRAMENTO OPERACIONAL DO ORÇAMENTO DO IST	22
4.1	CONDICIONANTES LEGISLATIVAS E CONJUNTURAIS.....	22
4.2	FACTOS E NÚMEROS.....	29
4.3	ESTRUTURA DO ORÇAMENTO DO IST	32
5	ORÇAMENTO DO IST PARA O ANO DE 2026	39
5.1	RECEITA.....	41
5.2	DESPESA	44
6	ORÇAMENTO DOS ORGÃOS CENTRAIS	48
6.1	RECEITA.....	48
6.1.1	Propinas	49
6.1.2	Taxas Diversas.....	49
6.1.3	Subsídios de Entidades Financeiras	49
6.1.4	Venda de bens e serviços	49
6.1.5	Serviços de saúde	50
6.2	DESPESA	50
6.2.1	Custos com o Pessoal.....	50
6.2.2	Despesas de Funcionamento e Investimento	53

6.3	INVESTIMENTO NA QUALIDADE DE ENSINO, INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO	66
6.3.1	Unidades Académicas.....	68
6.3.2	Coordenações dos Cursos de 1º e de 2º ciclos	73
6.3.3	Coordenações dos LTIs	74
6.3.4	Iniciativa Técnico Capacity Building Hub.....	75
6.3.5	Programa FCT Tenure Plus Técnico.....	79
6.3.6	Prémio Brito Camacho	80
6.3.7	Escola Doutoral	80
6.3.8	Prémio Maria Amélia Chaves	81
6.3.9	Semana de acolhimento.....	81
6.3.10	Síntese do Investimento na Qualidade de Ensino, Investigação e Formação	82
7	ORÇAMENTO DOS CENTROS FINANCEIROS	86
7.1	CF10 – CONTABILIDADE CENTRAL.....	87
7.2	CF20 – CONTABILIDADE DE PROJETOS	90
7.3	CF36 – POLO DE OEIRAS.....	92
7.4	CF38 – POLO DE LOURES.....	94
	ANEXO 1: DESPESAS FINANCIADAS PELO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA O IST EM 2025.....	94
	ANEXO 2: DESPESAS FINANCIADAS PELAS RECEITAS PRÓPRIAS PARA O IST EM 2025.....	95
	Documentação Suplementar.....	99
	Documento Suplementar 1 - Contrato de Convergência, Crescimento e Coesão - CC3	
	Documento Suplementar 2 – Procedimento para a Contratação de PDEC	

Índice de Tabelas

Tabela 1: Estrutura da receita (€) do IST para 2026.....	42
Tabela 2: Estrutura de despesa (€) do IST para 2026.....	46
Tabela 3: Receita (€) dos Órgãos Centrais do IST para 2026.....	48
Tabela 4: Previsão da receita das propinas de graduação do IST para 2026.....	49
Tabela 5: Encargos com Pessoal: Valores orçamentados em 2026, e comparação com o ano de 2025, para o IST.....	52
Tabela 6: Remunerações suplementares previstas no Decreto-Lei 388/90 para titulares de cargos de gestão do IST para o ano de 2026.....	53
Tabela 7: Despesa dos Órgãos Centrais do IST para 2026.....	54
Tabela 8: Despesas Fixas do IST para 2026.....	55
Tabela 9: Verbas DOC Teto (teto máximo) para cada Unidade Académica do IST em 2026.....	69
Tabela 10: Verbas PDEC Teto (teto máximo) para cada Unidade Académica do IST em 2026-2027.....	69
Tabela 11: Dotação Verbas RP para cada Unidade Académica do IST em 2026 referentes ao montante das propinas de doutoramento do ano 2021.....	72
Tabela 12: Dotações orçamentais das plataformas transversais do IST para 2026.....	73
Tabela 13: Dotação atribuída às Coordenações dos cursos de 1º e de 2º ciclo do IST para 2026.....	74
Tabela 14: Dotação atribuída às Coordenações dos LTIs do IST para 2026.....	75
Tabela 15: Evolução das Verbas atribuídas no âmbito da qualidade de ensino, investigação e formação (2021-2026).....	85
Tabela 16: Orçamento de receita para 2026 do Centro Financeiro 10 do IST – Contabilidade Central.....	87
Tabela 17: Orçamento de despesa para 2026 do Centro Financeiro 10 do IST – Contabilidade Central.....	89
Tabela 18: Orçamento de receita para 2026 do Centro financeiro 20 do IST – Contabilidade de projetos.....	90
Tabela 19: Orçamento de despesa para 2026 do Centro financeiro 20 do IST – Contabilidade de projetos.....	91
Tabela 20: Orçamento de receita para 2026 do Centro Financeiro 36 do IST – Polo de Oeiras.....	92
Tabela 21: Orçamento de despesa para 2026 do Centro Financeiro 36 do IST – Polo de Oeiras.....	93
Tabela 22: Orçamento de receita para 2026 do Centro Financeiro 38 do IST – Polo de Loures.....	94
Tabela 23: Orçamento de despesa para 2026 do Centro Financeiro 38 do IST – Polo de Loures.....	95

Índice de Figuras

Figura 1: Evolução do valor do orçamento de receita do IST, desde 2015.....	29
Figura 2: Evolução do número de estudantes do IST por ciclo de estudos nos últimos 5 anos.....	32
Figura 3: Evolução da composição das componentes de receita (OE, propinas e outras RP), desde 2015.....	35
Figura 4: Evolução do valor da dotação de OE para o IST, desde 2015.....	36
Figura 5: Evolução do valor da dotação de OE para o IST, considerando a inflação ocorrida desde 2010.....	36

Figura 6: Evolução dos rácios CP/OE e CP/Total do IST, desde 2015	38
Figura 7: Distribuição da origem da receita do IST para 2026.....	43
Figura 8: Distribuição da aplicação da despesa do IST para 2026.....	47
Figura 9: Evolução do valor das verbas DOC atribuídas a cada UA do IST desde 2015 (Para 2025 e 2026 as verbas DOC correspondem às verbas DOC Teto, no âmbito do CC3).....	71
Figura 10: Evolução das verbas atribuídas no âmbito da qualidade de ensino, investigação e formação no IST desde 2015	83

1 NOTA PRÉVIA

A presente Nota Prévia tem como objetivo enquadrar a proposta de Orçamento do Instituto Superior Técnico (IST; Técnico) para 2026, refletindo os princípios orientadores da sua elaboração, bem como os principais eixos de atuação que se pretendem privilegiar no próximo exercício económico, num cenário de desafios económicos globais e de mudanças significativas e imprevisíveis na conjuntura nacional e internacional, no sentido de alocar recursos de maneira eficiente e sustentável.

O Orçamento do IST para 2026 foi concebido como instrumento de execução do Plano de Atividades e do Plano Estratégico do IST. A afetação de recursos privilegia áreas de maior impacto, assegurando equilíbrio entre ambição e responsabilidade financeira. Mantém-se a orientação para resultados mensuráveis em ensino, investigação, transferência de conhecimento e gestão universitária, a consolidação de parcerias com o setor público e privado, bem como a valorização da comunidade académica e a modernização das infraestruturas e serviços de apoio, e o bem-estar da comunidade Técnico.

Neste sentido, o orçamento de 2026 procura garantir a afetação equilibrada dos recursos, dando prioridade às seguintes áreas:

- Ensino e Aprendizagem – Ensino e excelência académica, apoio às atividades de ensino, investigação e formação, reforço da qualidade pedagógica, apoio aos estudantes e inovação nos métodos de ensino;
- Melhoria da Infraestrutura e Sustentabilidade Ambiental - Plano de Investimento, infraestruturas e digitalização, modernização de equipamentos, laboratórios e serviços, com aposta na transição digital.
- Inclusão e apoio à comunidade estudantil – Bolsas, apoios à AEIST, Núcleos Estudantes, Desporto Académico, Atividades Culturais;
- Desenvolvimento Institucional e Gestão - Gestão e sustentabilidade, otimização dos recursos financeiros, humanos e materiais, assegurando práticas de gestão eficiente e transparente;
- Apoio à Saúde e Bem-estar da Comunidade IST – Plano de bem-estar, provedoria, serviços de saúde;
- Internacionalização e Parcerias Estratégicas - Investigação e Desenvolvimento, incentivo à produção científica e ao fortalecimento de redes de colaboração nacional

e internacional, extensão universitária e cooperação, dinamização de iniciativas de ligação à sociedade, ao setor empresarial e à administração pública.

Este orçamento assume-se, assim, como um instrumento de planeamento e de gestão, indispensável para concretizar os objetivos estratégicos do IST, assegurando a continuidade da sua missão ao serviço da educação superior, da ciência, da cultura e do desenvolvimento do país.

Em 2026, o IST enfrentará os já usuais desafios relacionados com o equilíbrio entre a crescente procura de ensino de qualidade, a execução do Plano de Investimento e o controlo de despesas operacionais. Este orçamento foi cuidadosamente planeado para garantir que os recursos disponíveis sejam direcionados às áreas de maior impacto, com foco em iniciativas que sustentem o crescimento institucional de forma equilibrada e em conformidade com os planos de atividades e estratégico. As principais áreas de investimento, incluem a continuidade do Plano de Investimento (PI) desenhado e iniciado em 2022 (com recurso a saldos transitados), que contempla intervenções nos 3 campi do IST. Lançam-se/reforçam-se Iniciativas e Programas, que visam o investimento na qualidade de ensino, investigação e formação, direcionadas para a capacitação e dotação de melhores e novas competências nesses domínios, e o apoio aos estudantes, bem como às atividades dos núcleos de estudantes. Acresce ainda o fortalecimento de parcerias estratégicas com o setor público e privado.

O orçamento constitui, assim, uma ferramenta estratégica para orientar a instituição para as suas metas e objetivos, pois as decisões atuais terão impacto na sustentabilidade financeira no futuro. Serão assim continuados os controlos financeiros e a elaboração de mecanismos de informação, para garantir que o orçamento é cumprido, de forma controlada, transparente e auditável. Isto inclui relatórios financeiros regulares e auditorias para acompanhar o progresso, sendo avaliada continuamente a eficácia da execução do orçamento e a afetação de recursos.

Foram também considerados os vários riscos e incertezas financeiras decorrentes de fatores externos, como novas mudanças legislativas e de financiamento para o setor, custos salariais, e os de situações decorrentes da instabilidade internacional e do atual contexto geopolítico. Acrescem ainda os efeitos da variação da taxa de inflação, tendo as Projeções macroeconómicas do Banco Central Europeu previsto em meados de setembro que a inflação deverá situar-se, em média, em 1,7% em 2026.

É especialmente de realçar que, o sistema de ensino superior público e de investigação pública portuguesa será profundamente reconfigurado por um conjunto simultâneo de

reformas: (i) a revisão do RJIES que implicará necessariamente a aprovação de novos estatutos pela Universidade de Lisboa e pelo Técnico; (ii) a anunciada criação de uma carreira única que substituirá o ECDU e o ECIC, impondo novas obrigações docentes aos investigadores e ajustamentos administrativos significativos; (iii) um novo regime de graus e diplomas que revogará/alterará o DL 74/2006, que no mínimo implicará alterações procedimentais na direção académica; (iv) a revogação da Lei da Ciência que potencialmente implicará uma reconfiguração total do grupo Técnico; (v) a fusão da FCT e da ANI na nova Agência para a Investigação e Inovação (AI²), que introduz uma grande incerteza relativamente às receitas próprias com origem nesta instituição. Para o IST, estas mudanças representam simultaneamente riscos e oportunidades, exigindo adaptação estatutária e contratual, atualização de sistemas e processos internos e uma monitorização contínua, que garanta a resiliência do sistema.

Não obstante, apesar desta incerteza continuaremos a acreditar na capacidade do Técnico gerar as receitas próprias que lhe permitam manter: (i) o plano de investimentos; (ii) o contrato de crescimento, coesão e convergência que permitirá que o orçamento dos departamentos cresça 2% reais na sequência da aprovação da metodologia DAUA; (iii) o programa de valorização das carreiras, e o plano de novas contratações anuais de docentes e investigadores, abrindo 23 novas posições em 2026; (iv) iremos ainda reforçar o programa *shaping the future* mantendo/reforçando o investimento para instalação de novos investigadores e professores e para as suas sabáticas; (v) aumentar/criar novos programas e incentivos no âmbito do investimento na qualidade de ensino, investigação e formação. Iremos ainda iniciar a construção do novo edifício do jardim sul, dedicado à inteligência artificial e à economia digital, bem como a nova creche, recorrendo a financiamento competitivo que ganhámos da CCDR (Programa Regional Lisboa 2030) e a receitas próprias, o que permitirá dar continuidade à requalificação do eixo Rovisco Pais/ Duque de Ávila do polo Alameda.

À data de redação deste documento, o Orçamento do Estado (OE) para 2026 ainda não se encontra aprovado. Como referência de planeamento, considera-se a proposta de orçamento do IST inscrito em agosto de 2025. Neste contexto, e sabendo que o OE não cobre a totalidade da massa salarial, o orçamento do IST para 2026 assenta no reforço de receitas próprias para cobrir a componente de vencimentos e outras despesas fixas com fornecedores de serviços (eletricidade, água, comunicações, manutenção, entre outros). A complexidade orçamental decorre ainda dos fluxos de receitas e despesas associados às atividades de formação, investigação, desenvolvimento e divulgação, incluindo projetos financiados, prestação de serviços e captação de financiamento competitivo nacional e internacional.

Atendendo às prioridades definidas para 2026, merece destaque a evolução do enquadramento formal do apoio financeiro estatal às atividades de investigação e inovação, com potenciais impactos na calendarização de receitas e na comparticipação de custos elegíveis. O orçamento incorpora margens de flexibilidade para acomodar variações de financiamento e assegurar a execução dos compromissos científicos e académicos.

Em suma, o Orçamento do IST para 2026 visa consolidar um ambiente académico de excelência, promovendo inovação e qualidade com responsabilidade financeira, em linha com o plano de atividades para 2026 e com o plano estratégico institucional. O equilíbrio entre investimento estruturante, o rigor na execução e a gestão prudente de riscos é a condição para garantir a sustentabilidade da instituição e a criação de valor académico, científico e social no médio e longo prazo.

M. Isabel Dias

(Vice-Presidente para a Gestão Financeira)

2 SUMÁRIO EXECUTIVO – ORÇAMENTO ANUAL DO IST 2026

Enquadramento e objetivo

O Orçamento do IST para 2026 foi concebido como instrumento de execução do plano de atividades de 2026 e do plano estratégico, visando o desenvolvimento académico e operacional da instituição. A afetação de recursos privilegia áreas de maior impacto estrutural e académico, assegurando equilíbrio entre ambição e responsabilidade financeira. Mantém-se a orientação para resultados com impacto no ensino, investigação, transferência de conhecimento e gestão universitária, bem como a consolidação de parcerias com o setor público e privado. Este orçamento reflete assim, as prioridades estratégicas com foco na promoção de um crescimento contínuo e excelência académica, e impacto positivo em toda a comunidade Técnico.

Eixos prioritários de investimento

Em coerência com o percurso iniciado, o orçamento dá continuidade ao Plano de Investimento (PI) iniciado em 2022, com intervenções nos três campi do IST. Em paralelo, lançam-se e reforçam-se Iniciativas e Programas orientados para a (i) qualidade do ensino e formação (inovação pedagógica, capacitação docente, melhoria de infraestruturas e ambientes de aprendizagem); (ii) investigação (condições de execução de projetos, infraestruturas científicas, captação de financiamento competitivo e formação avançada); (iii) transferência de conhecimento (extensão universitária, divulgação cultural e científica, valorização económica e social do conhecimento); (iv) gestão universitária (processos, sistemas de informação, eficiência administrativa e sustentabilidade operacional); (v) apoio à comunidade estudantil (bolsas e apoios à AEIST, Núcleos Estudantes, Desporto Académico, Atividades Culturais); (vi) apoio à Saúde e bem-estar da comunidade IST (Plano de bem-estar, Provedoria, serviços de saúde).

Princípios de gestão orçamental

O orçamento do IST é um instrumento de alinhamento com a sua missão e com a sua sustentabilidade de médio e longo prazo. Assenta nos princípios de legalidade e conformidade (execução orçamental, contratação pública, contabilística e regras dos financiamentos externos, incluindo PRR e programas europeus), prudência e equilíbrio, eficiência e economicidade, transparência e responsabilização, planeamento plurianual, gestão do risco e flexibilidade com controlo. São mantidos controlos internos robustos e reportes regulares e

auditáveis, suportados por indicadores de execução, com mecanismos de informação que garanta a execução controlada, transparente e auditável, permitindo ajustes atempados quando necessário.

Pressupostos macroeconómicos e riscos

O planeamento considera riscos e incertezas externas, designadamente: evolução do enquadramento legislativo e de financiamento do setor, dinâmica de custos salariais, preços de bens e serviços essenciais e instabilidades política e geopolítica (nomeadamente os impactos económicos das guerras em curso), que se encontram mais discriminados na secção 2.3.

Apresenta-se, assim, neste sumário, uma visão geral do orçamento do Técnico para o ano de 2026, sintetizando o panorama financeiro geral (2.1), incluindo as principais fontes de receitas e despesas, as prioridades orçamentais resultantes da concretização das prioridades estratégicas (2.2), definidas e aprovadas no Conselho de Gestão, os desafios e riscos (2.3) e indicadores-chave de desempenho (KPIs - Key Performance Indicators) (2.4), que permitem melhor aferir o alinhamento de recursos, prioridades estratégicas e resultados obtidos. É posteriormente apresentada a estrutura do documento do Orçamento 2026 do IST (2.5).

2.1 PANORAMA FINANCEIRO GERAL

Cobertura de encargos fixos e estrutura de financiamento

O OE para 2026 não foi aprovado à data da redação deste documento, tomando-se como referência a proposta orçamental do IST inscrita no Sistema de Informação de Gestão Orçamental em agosto de 2025. Não cobrindo o OE toda a massa salarial, o Orçamento 2026 assenta no reforço de receitas próprias para financiar vencimentos e restantes despesas fixas.

Para o ano de 2026, o orçamento operacional para o Técnico é de 125 377 601€ dos quais: OE = 68 539 908€ (OE_IST = 62 011 585€; OE_DL29/2012 – CTN = 6 528 323€); e RP = 56 837 693€: PRR = 5 506 638 € (Digital+ = 542 430 €, Agendas = 4 063 511 €, Unidades de Investigação (FCT) = 900 697€); Programa FCT Tenure (2 281 797 €); Propinas + Taxas (11 048 375€);, FCT = 4 880 474 €; União Europeia = 8 591 289 €; Programa Regional Lisboa 2030 = 3 928 789€ (Edifício Sul = 1 785 999€, Flagship = 2 142 790€) bens e serviços = 11 698 168 €; outras transferências (i.e. rede de parceiros, bancos) = 3 902 163 € e Jerónimo Martins-Edifício Norte = 5 000 000€. Constata-se a existência de uma proporção de ~ 55% – 45% entre OE e RP.

2.1.1 Destaques Financeiros

Receita e Despesa previstas e orçamentadas: 125 377 601€

2.1.2 Fontes de Receita

Orçamento do Estado (OE): 68 539 908€

Receitas Próprias (RP): 56 837 693€

- Propinas e Taxas: 11 milhões de euros que correspondem a 8,81% da receita
- PRR: Agendas 4 milhões de euros que correspondem a 3,24% da receita; Digital+ 542 mil euros que correspondem a 0,43% da receita; Unidades de Investigação (FCT) 900 mil euros que correspondem a 0,72% da receita
- Programa FCT Tenure: 2,2 milhões euros que correspondem a 1,82% da receita
- Projetos de Investigação Nacionais: 4,9 milhões de euros que correspondem a 3,89% da receita
- Projetos de Investigação Internacionais: 8,6 milhões de euros que correspondem a 6,85% da receita
- Programa Regional Lisboa 2030: 4 milhões de euros que correspondem a 3,13% da receita
- Parcerias e Financiamentos Privados; investigação contratada / serviços: 9 milhões de euros que correspondem a 7,10%; 11,7 milhões de euros que correspondem a 9,33% da receita.

2.1.3 Despesas

- Despesas com o Pessoal: 89,8 milhões de euros que correspondem a 71,62% do orçamento total
- Despesas de Estrutura: 14,3 milhões de euros que correspondem a 11,41% do orçamento total
- Despesas de Investimento: 2 M€ para manutenção que correspondem a 1,48% do orçamento total (exclui o Plano de Investimento)
- Despesas com Expansão: Construção de edifícios e reabilitação de laboratórios (CCDR e J.Martins): 8,9 M€ que correspondem a 7,12% do orçamento total (exclui o Plano de Investimento)
- Investigação e Desenvolvimento: 10,4 M€ em projetos de investigação que correspondem a 8,37 % do orçamento total

2.2 PRINCIPAIS ÁREAS DE PRIORIDADES ORÇAMENTAIS

As prioridades orçamentais refletem as áreas mais importantes e que exigem investimentos para promover o crescimento sustentável, a excelência académica, a otimização e aumento da eficiência dos processos, e o atendimento das necessidades da comunidade do IST, alinhadas com as prioridades do Plano de Atividades d 2026 e do Plano Estratégico.

2.2.1 Ensino e Excelência Académica, apoio às atividades de ensino, investigação e formação

- 2.2.1.1 Contratação e Valorização de Docentes e Investigadores: garantir um corpo docente de alta qualidade, incluindo um plano de contratação de novos docentes e investigadores (~1M€, correspondendo a ~400k€ de progressões; ~570k€ de novas contratações; 6 mobilidade técnicos superiores com PhD para carreira de investigação, no âmbito do ECIC, com adicional de ~80k€ face à anterior carreira).
- 2.2.1.2 Apoio financeiro às Unidades Académicas: Contrato de Convergência, Crescimento e Coesão - CC3 (Documento Suplementar 1; em harmonia com a aplicação da nova metodologia para a dimensão alvo das unidades académicas – DAUA), inclui verbas DOT, contratação de Pessoal Docente Especialmente Contratado (incluindo os montantes a compensar de membros dos órgãos de escola) e verbas RP (valor global de ~5,2M €).
- 2.2.1.3 Apoio Financeiro às Estruturas Transversais (7,5k€)
- 2.2.1.4 Apoio financeiro às Coordenações dos Cursos de 1º e de 2º ciclos (119,9k€)
- 2.2.1.5 Apoio financeiro às Coordenações dos LTIs (119,9k€)
- 2.2.1.6 Iniciativa Técnico *Capacity Building Hub* – visa contribuir para a integração e adaptação na comunidade IST dos novos docentes e investigadores, bem como a modernização de metodologias de ensino: Programa Start Up Funds – Bolsas Incentivo Professores e Investigadores Auxiliares em Período Experimental; Programa Shaping the Future; Programa Digital+ (ferramentas digitais de ensino) (543k€)
- 2.2.1.7 Programa FCT Tenure Plus Técnico: reforço da componente de investigação de todas as contratações de 2024 e 2025 (submetidas na candidatura à FCT) (708k€)
- 2.2.1.8 Prémio Brito Camacho – Teaching Assistant Program: Prémio de mérito de estímulo da componente de lecionação a doutorandos (160k€)
- 2.2.1.9 Prémio Maria Amélia Chaves: Prémio de mérito de estímulo à investigação a doutorandos, que sejam (i) em simultâneos bolsheiros de investigação UID associada ao IST,

ou BIC do IST e alunos PhD Fast Track ou (ii) BIC do IST num Programa de Doutoramento do IST (160k€)

2.2.1.10 Escola Doutoral (64k€)

2.2.1.11 Digital+ reitoria (~542,5k€)

2.2.1.12 Apoio às atividades editoriais da IST Press (140k€)

2.2.1.13 Desenvolvimento de Programas Académicos: destaca-se o novo curso General ENgineering@IST/Engenharia Geral (GENI); programas de pós-graduação (incluindo os desenvolvidos no âmbito do Técnico+) visando atender à crescente procura por qualificação de alto nível; início do processo de acreditação profissional (selo EUR-ACE) de todos os cursos de Mestrado “de continuidade”, aproveitando a tração do protocolo de colaboração que foi estabelecido entre o IST e a Ordem dos Engenheiros; em 2026, prevê-se que apenas 3 cursos sejam alvo de processo de re-acreditação por parte da A3ES (orçamento global de ~100k€)

2.2.2 Melhoria da Infraestrutura e Sustentabilidade Ambiental

Neste âmbito mantém-se a modernização dos edifícios e instalações existentes, como salas de aula, bibliotecas, laboratórios, espaços administrativos e espaços de convívio (esta componente da despesa inclui o recurso a saldos transitados que suporta o Plano de Investimento - PI).

2.2.2.1 Plano de Investimento em continuidade da maximização da sua execução, para suporte à modernização de infraestruturas para o ensino, investigação e atividades administrativas (~5M €) – inclui PI, saldos transitados

2.2.2.2 Manutenção e sustentabilidade: reforço das iniciativas de sustentabilidade, como eficiência energética e hídrica, gestão de resíduos, contribuindo para o compromisso da instituição com a sustentabilidade (140k€)

2.2.2.3 Tecnologia e Inovação Digital: também incluído no Plano de Investimento na infraestrutura de TI e Cibersegurança, com o investimento em sistemas de tecnologia da informação, incluindo redes, servidores e segurança cibernética, para o melhor apoio às necessidades académicas e administrativas de maneira eficiente e segura (~3M €) – inclui PI, saldos transitados

2.2.2.4 Melhorias nas áreas de TI para suportar a educação híbrida e digital (~400k€)

2.2.3 Inclusão e apoio à comunidade estudantil

- 2.2.3.1 Bolsas de estudos e programas de assistência para garantir o acesso equitativo à educação superior (235k€)
- 2.2.3.2 Apoio à semana de acolhimento de novos alunos (40k€)
- 2.2.3.3 Apoio à Associação dos Estudantes do IST (AEIST) (~62k€)
- 2.2.3.4 Apoio ao desporto académico (AEIST) (~31k€)
- 2.2.3.5 Apoio a atividades culturais estudantis (exºTunas do Técnico -TUIST, TFIST, TMIST) (11k€)
- 2.2.3.6 Apoio às atividades desenvolvidas pelos núcleos de estudantes (241k€)

2.2.4 Desenvolvimento Institucional e Gestão

- 2.2.4.1. Contratação de T&A: garantir um corpo de T&A, incluindo um plano de contratação de novos T&A (~860k€)
- 2.2.4.2. Capacitação e Desenvolvimento Profissional de T&A: Apoio ao corpo de técnicos e administrativos; ações de formação; planos de formação T&A: LTFP e Núcleo de formação DRH (~260k€)
- 2.2.4.3. Programa de acolhimento de Técnicos e Administrativos (8k€)
- 2.2.4.4. Divulgação institucional (~200k€)
- 2.2.4.5. Atividades culturais (i.e. Época de Concertos do IST) (~30k€)
- 2.2.4.6. Desmaterialização de processos (~500k€), inclui verbas PI, saldos transitados
- 2.2.4.7. Certificação Human Resources Strategy for Researchers (HRS4R) (10k€)

2.2.5 Apoio à Saúde e bem-estar da comunidade IST

- 2.2.5.1 Plano de bem-estar (35k€)
- 2.2.5.2 Gender balance (5k€)
- 2.2.5.3 Provedoria (5k€)
- 2.2.5.4 Programa de Consolidação de equipas IST (30k€)
- 2.2.5.5 Serviços de saúde (400k€)
- 2.2.5.6 APIST (14k€)

2.2.6 Internacionalização e Parcerias Estratégicas

- 2.2.6.1 Acordos de Cooperação Internacional: Operacionalizar a promoção da internacionalização, através de convénios com universidades estrangeiras, programas de

intercâmbio de alunos e professores, e atividades afins à missão da Área Internacional do IST (222k€)

2.2.6.2 Parcerias com o Setor Privado: Colaborações com empresas e outras organizações externas visando gerar novas fontes de financiamento, estágios para alunos, para além de oportunidades de investigação aplicada e inovação (~2,7M €)

2.3 DESAFIOS E RISCOS

Apresentam-se aqui, de forma geral, os principais desafios e riscos associados ao orçamento, os quais podem impactar a previsão de receitas e despesas e, conseqüentemente, a execução do plano de atividades do IST. Estes riscos decorrem tanto de fatores externos – como a evolução do enquadramento macroeconómico, alterações legislativas, variações nas fontes de financiamento ou mudanças nas políticas públicas de ensino superior – como de fatores internos, relacionados com a capacidade de execução, prioridades estratégicas, gestão de recursos humanos e infraestruturas.

A identificação e análise destes desafios constitui um instrumento essencial de apoio à decisão, permitindo antecipar cenários adversos, definir medidas de mitigação e ajustar, atempadamente, as estratégias financeiras. Deste modo, pretende-se assegurar que o IST dispõe da flexibilidade necessária para responder a incertezas, proteger a sustentabilidade económico-financeira da instituição e garantir o cumprimento da sua missão académica e científica.

Destacam-se os seguintes riscos:

- i. OE não compensar acréscimos decorrentes de alterações legislativas
- ii. Flutuação nos contratos de financiamento competitivo de projetos de investigação
- iii. Flutuação de parceiros empresariais
- iv. Inflação e conjunturas socioeconómicas adversas
- v. Necessidades inesperadas de manutenção de infraestruturas
- vi. Investimento imprevisível em tecnologia
- vii. Impacto das guerras na Europa e Médio-Oriente
- viii. Eventuais novos surtos pandémicos
- ix. Incerteza e instabilidade decorrentes das alterações legislativas que regulam o edifício do ensino superior e da investigação em Portugal: RJIES, ECIC+ECDU, ANI+FCT, Lei da Ciência, Lei dos graus e diplomas.

2.4 INDICADORES-CHAVE DE DESEMPENHO (KPIs)

A definição de indicadores-chave de desempenho (KPIs - Key Performance Indicators) no orçamento foi desenhada para garantir a eficácia, transparência e eficiência na gestão financeira e operacional da instituição. Estes KPIs permitem um melhor acompanhamento do cumprimento dos objetivos estratégicos e financeiros, e proporcionam uma base para a tomada de decisões informadas. A definição de KPIs ajuda ainda a contribuir para a correção de eventuais problemas que comprometam a sustentabilidade financeira e/ou operacional, fornecendo métricas claras que podem ser mais facilmente entendidas e avaliadas por diferentes partes interessadas da comunidade do IST. Adicionalmente, podem constituir um incentivo à melhoria contínua, bem como, atendendo à forte responsabilidade social do IST, contribuir para melhor medir o seu impacto social. Alguns dos KPIs definidos contribuem para a melhor monitorização do orçamento investido em programas de inovação e/ou de investimento, ajudando a garantir que o IST está a cumprir a sua meta de modernização e melhoria contínua da qualidade educacional.

Definiram-se, por agora, os KPIs abaixo mencionados, que proporcionam visão clara sobre o desempenho, permitem ajustes proativos quando necessário, e criam uma cultura de responsabilidade e melhoria contínua. Eles ajudam a maximizar o uso dos recursos, promover a eficiência e prestar contas de forma clara e objetiva, tanto internamente quanto para os stakeholders:

a) Grau de execução do orçamento previsto por componentes (OE e componentes de RP) (razão entre a despesa executada e a despesa orçamentada por componente) - este indicador visa medir a capacidade de execução da despesa e da receita, bem como a capacidade de previsão daquelas no processo de elaboração do orçamento, incluindo os saldos transitados, bem como os montantes que, por regras e procedimentos externos ao IST, não puderam ser inscritos no Orçamento inicial

b) % Execução do Plano de Investimento (razão entre o montante de investimento executado e o previsto) - visa medir o grau de execução do Plano de Investimento previsto no plano de atividades

c) Taxa de recuperação de crédito vencido (razão entre o valor recuperado no ano e o valor do crédito vencido com + de 12 meses no ano anterior (cobrança duvidosa) - visa medir o valor de crédito em cobrança duvidosa recuperado face ao total em dívida com mais de 1 ano, a 31 de dezembro

d) Taxa de ineficiência de cobrança (razão entre o valor vencido com mais de 12 meses e o saldo inicial de clientes, correspondendo ao valor não cobrado no ano sobre o saldo inicial; lista de vencidos com mais de 90 dias (expurgada dos de cobrança duvidosa) a tratar por

antiguidade e depois por valor) – esta taxa expressa o valor não cobrado no ano do montante total passível de cobrança. A diminuição do valor desta taxa tem um impacto direto na diminuição do montante dos créditos de cobrança duvidosa

e) % RP de Financiamento à Transferência de Tecnologia e Parcerias Empresariais

f) Financiamento médio por parceria da rede parceiros (razão entre o valor do financiamento obtido e o N° de parceiros) - este cálculo do valor médio do financiamento por parceria, tem por objetivo auxiliar na definição de medidas para o seu incremento, bem como na definição das entidades alvo

g) Taxa de Variação do financiamento por parcerias $((VFP\ n - VFP\ n-1) / VFP\ n-1)$ – visa medir o crescimento do financiamento obtido através da rede de parceiros; analisado em conjunto com a taxa de variação (VFP = valor do financiamento em parcerias; n = ano)

A definição de um quadro de indicadores de realização e resultado tem permitido, em sede de monitorização, melhor aferir da adequabilidade, coerência, eficácia e eficiência da estratégia desenhada, revelando-se como um instrumento de importância fundamental para o acompanhamento da execução orçamental, e redação do Relatório e Gestão e Contas para o respetivo ano, sem prejuízo da construção/adaptação de outros indicadores ou índices cuja adequabilidade venha a revelar-se relevante.

Deste modo, é feito um acompanhamento constante através de um exercício de revisão da despesa, face à receita, implementando iniciativas de eficiência e controlo orçamental. O orçamento proposto considera a complexidade devida aos acréscimos de despesa de origem externa ao IST, refletindo as reais necessidades orçamentais, com uma diligência contínua do acompanhamento da execução orçamental. Em termos financeiros, será assegurada a continuidade do cumprimento das nossas obrigações no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA).

2.5 ESTRUTURA DO DOCUMENTO

Este documento está organizado de forma a facilitar a compreensão e análise do orçamento proposto. Descrevemos brevemente a estrutura e o conteúdo de cada seção, para além deste Sumário Executivo, onde se apresenta uma visão geral do orçamento, destacando as principais componentes e conclusões.

Segue-se o capítulo 3 com a síntese do Plano de Investimento, cuja implementação global se preconiza ser maioritariamente cumprida durante 2026, com o recurso a saldos transitados, parcerias empresariais e mecenaz.

No capítulo 4 é feito o enquadramento do orçamento, incluindo a sua contextualização face ao histórico.

No capítulo 5 constam as informações do orçamento de receita e despesa (Figura 7 e Figura 8), e as várias componentes de receita e despesa por centro financeiro (Tabela 1 e Tabela 2), e no capítulo 6, descreve-se a dotação orçamental dos órgãos centrais, e em particular o investimento na qualidade de ensino, investigação e formação, que inclui o orçamento das unidades académicas, coordenações de 1º e 2º ciclos, laboratórios de tecnologias de informação (LTIs) e programas acima referidos, de incentivo/capacitação no âmbito do ensino e investigação promovidos pelo Técnico, no intuito do melhor cumprimento da sua missão. No capítulo 7 é apresentado o orçamento para cada um dos centros financeiros (CF10, CF20, CF36 e CF38). No Anexo 1 são apresentadas as despesas financiadas pelo Orçamento do Estado, e no Anexo 2 são apresentadas as despesas financiadas pelas Receitas Próprias. A finalizar encontra-se Documentação suplementar, que inclui o Documento Suplementar 1 que corresponde ao Contrato de Convergência, Crescimento e Coesão (CC3), e o Documento Suplementar 2 que corresponde ao Procedimento para a Contratação de Pessoal Docente Especialmente Contratado (PDEC).

No presente Plano orçamental interno descrevem-se, assim, as despesas e receitas esperadas, identificando oportunidades emergentes e estimativa de riscos, e delineiam-se suportes para as principais iniciativas estratégicas decorrentes da missão do Técnico. São também fornecidas informações sobre as operações, a rede de parceiros, e todos os outros grandes grupos de atividades em que o Técnico está envolvido para o cumprimento da sua missão.

O orçamento é assim gerado como uma perspetiva abrangente dos recursos e obrigações financeiras da instituição, que compreendem o total de componentes do seu orçamento, refletindo o compromisso do Técnico com a excelência académica, o sucesso dos estudantes e uma gestão financeira responsável. Embora enfrentemos desafios e incertezas, os nossos investimentos estratégicos em prioridades-chave posicionam-nos para um futuro sustentável e próspero, visando o bem-estar da comunidade Técnico. O Orçamento do IST para 2026 foi estruturado para alinhar os recursos com as prioridades institucionais, mitigar constrangimentos financeiros e potenciar oportunidades estratégicas. Assente nos princípios de sustentabilidade, inovação e inclusão, constitui um instrumento determinante para manter e reforçar a posição do IST como instituição de ensino e investigação de referência, com impacto social positivo. A execução rigorosa das dotações orçamentais, ao longo dos próximos meses, permitirá concretizar os objetivos definidos para a comunidade académica do Técnico, assegurando crescimento sustentado e sucesso a longo prazo.

3 PLANO DE INVESTIMENTO

O Plano de Investimento (PI), enquanto elemento de apoio ao desenvolvimento do IST, mantém a sua estratégia de suporte e de articulação com os diferentes pelouros do Conselho de Gestão. O PI teve a sua aprovação inicial em CG em 10.2.2022 e tem vindo a ser atualizado com revisões que o complementam e que asseguram que as diversas intervenções se enquadram no processo de expansão e renovação das instalações e infra-estruturas que permitem à escola fazer face às suas necessidades atuais e futuras. O Plano de Investimentos mantém as suas diferentes ações de intervenção nos três Polos do IST, reabilitando infra-estruturas laboratoriais e modernizando espaços e equipamentos. No Polo de Loures, estando já concluída a elaboração do Plano de Pormenor da Quinta dos Remédios na Bobadela – Loures, foi dado início à fase de desenvolvimento do processo para a realização dos trabalhos de infra-estruturação cujo dossier irá ter uma contratualização entre IST e a Câmara Municipal de Loures. No Polo de Oeiras foi dado início, por parte da CMO, ao arranque dos trabalhos de intervenção paisagística nos espaços exteriores envolventes aos edifícios do IST, com atividades que na 2ª fase se estenderão até outubro de 2027.

O Plano de Investimento do IST mantém as suas duas grandes componentes de execução implementadas colaborativamente entre a Direção de Sustentabilidade e Instalações e a Direção de Infraestruturas Computacionais. O Plano continua a garantir a recuperação nas áreas de menor investimento feito no passado em infra-estruturas físicas e informáticas. O Plano de Investimento tem uma estrutura plurianual, estimando-se para o ano de 2026 a realização de uma despesa direta do IST na ordem dos 4 milhões de euros a juntar ao montante em execução desde 2022 e até 2025. O financiamento do Plano de investimentos inclui além de verbas resultantes dos saldos transitados, verbas do orçamento de funcionamento, alimentado com receitas próprias, e em particular, verbas arrecadadas através da rede de parceiros e mecenas, ficando, de qualquer modo a execução condicionada a verificação de eventuais fatores externos.

Do quadro do Plano de Investimentos estabelecido para o período de 2022 – 2025 encontram-se em desenvolvimento os projetos dos novos pavilhões de Informática (INESC) e do Complexo Pedagógico a que se junta um conjunto de salas de aula, anfiteatros e laboratório de ensino. Encontram-se em obra os processos para as empreitadas da remodelação da Biblioteca Central, do novo laboratório de ensino de Física, das salas de aula no Pavilhão de Civil e dos novos espaços para a Engenharia Naval e Laboratório de Energia. No ano de 2025 foi reforçado o processo de concentração dos serviços administrativos no Pavilhão Central.

Para o ano de 2026 está ainda prevista a conclusão dos projetos do Pavilhão de Mecânica IV, Pavilhão de Minas, a reabilitação do Pavilhão de Civil e do Anfiteatro Abreu Faro.

3.1 INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

No ano de 2025 foi dada continuidade à prioridade de lançamento de procedimentos para realização de obras de conservação e reabilitação que, em primeiro lugar, conduziram à melhoria das condições para a realização das atividades letivas e de melhoria dos espaços exteriores nos Campi do IST.

Neste âmbito, foi realizada a requalificação do espaço para o funcionamento da sala de PICs e Capstone, feita a reabilitação de salas de aula no Pavilhão de Civil. Está em execução a implementação das medidas de eficiência energética decorrentes do processo de certificação.

No âmbito da Iniciativa Sustentabilidade Técnico que estrategicamente orienta a missão do Núcleo de Sustentabilidade do IST, e concluído que foi o processo de certificação energética de todos os Campi do IST, para 2026 está em curso a realização do Relatório de Sustentabilidade, que irá ser informado com as ações de melhoria do desempenho ambiental na área de resíduos, espaços verdes e monitorização de consumos de energia e água em tempo real. Está também em curso a criação do espaço de Floresta urbana que faz parte de um projeto piloto de reforço das condições ambientais para aumento do conforto ambiental e de interação social entre toda a comunidade Técnico.

4 ENQUADRAMENTO OPERACIONAL DO ORÇAMENTO DO IST

4.1 CONDICIONANTES LEGISLATIVAS E CONJUNTURAS

O orçamento do IST, como tem vindo a ser reportado nos últimos anos, está condicionado pelo subfinanciamento crónico do ensino superior público recorrente, cuja componente de OE apenas permite assegurar o pagamento para 2026 de ~76% do valor dos salários do quadro de pessoal do IST. A este fator acresce o facto de a própria Universidade de Lisboa estar a ser financiada abaixo da média do aumento estabelecido para a rúbrica do OE, para o financiamento do sistema do Ensino Superior, por força de decisões tomadas pela tutela sobre a maneira como repartir o pacote orçamental, o que se repercute no orçamento do IST. A componente da massa salarial não suportada pelo Orçamento do Estado (OE), bem como todas as restantes despesas fixas de estrutura necessárias ao funcionamento da Escola, terão de ser suportadas pelas receitas próprias. Ressalve-se que à data da redação deste documento o Orçamento do Estado (OE) ainda não foi aprovado, pelo que se considera a inscrição da proposta de orçamento em agosto de 2025.

Em Portugal, o investimento no ensino superior é claramente deficitário quando comparado aos restantes países da OCDE e U.E, situação que não se verifica para o ensino básico e secundário, que é da mesma ordem de grandeza. Com efeito, para o ensino superior, quando comparada a situação nacional com os restantes países da OCDE¹, a discrepância de valores no investimento por aluno do ensino superior é bem evidenciada, ficando Portugal (USD 14155 incluindo I&D; USD 9863 excluindo I&D) muito aquém dos valores médios da OCDE (USD 21444 incluindo I&D; USD 14512 excluindo I&D) e da UE (USD 20574 incluindo I&D; USD 13836 excluindo I&D).

Mesmo nesta conjuntura nacional de ensino superior público deficitário, o IST continua a oferecer programas de engenharia, ciências e arquitetura variados, e de elevada atração a nível nacional e mesmo internacional. O Instituto Superior Técnico tem um passado forte e consistente, tendo as atividades de ensino e investigação um reconhecimento nacional e internacional inegável, que este orçamento pretende, mesmo com as limitações mencionadas, potenciar.

Desde o OE de 2022 foi incluído o congelamento das propinas para todos os ciclos de estudo, e para o segundo ciclo em particular, o que trouxe desde aí impacto nas receitas

¹ OECD (2025), Education at a Glance 2025: OECD Indicators, OECD Publishing, Paris, https://www.oecd.org/en/publications/education-at-a-glance-2025_1c0d9c79-en.html

expectáveis do IST, não tendo sido revertido no OE de 2023, no OE de 2024, no OE de 2025 e no OE de 2026. Esse impacto é agravado porque o congelamento das propinas não tem sido acompanhado de qualquer compensação para as instituições de ensino superior públicas. Adicionalmente coloca em causa, não só o princípio da autonomia administrativa e financeira das universidades em prática nos últimos 40 anos, como desregula a oferta de ensino superior público em Portugal, já que teremos instituições públicas de ensino superior, com o mesmo financiamento do OE e ministrando o mesmo tipo de formação, que, por uma imposição decorrente do OE, têm valores de propinas muito distintos para o mesmo tipo de 2º ciclo.

O Governo anunciou, para um horizonte temporal a terminar no primeiro trimestre de 2026, um conjunto de reformas estruturais nas áreas do ensino superior e da investigação que, pela sua profundidade e amplitude, introduzem um elevado grau de incerteza sobre o quadro jurídico, organizativo e financeiro em que as instituições de ensino superior irão operar. Entre as medidas previstas destacam-se a revisão profunda do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), a revogação dos estatutos das carreiras docentes e de investigação e a eventual criação de uma carreira única, a substituição do atual regime de graus e diplomas, a reformulação do regime jurídico das instituições de I&D “a partir de uma folha em branco” e, ainda, a fusão da FCT e da ANI numa nova Agência para a Investigação e Inovação (AI²).

A dimensão e simultaneidade destas reformas configuram riscos significativos para a execução orçamental de 2026. Em primeiro lugar, a ausência de diplomas transitórios suficientemente densos poderá gerar vácuos jurídicos na governação institucional, na gestão de carreiras e na contratualização de projetos, com impacto direto na execução de despesas com pessoal e na continuidade de financiamento externo. Em segundo lugar, a incerteza quanto ao futuro enquadramento das carreiras e das regras de financiamento da investigação poderá levar ao adiamento de concursos e contratações, à suspensão temporária de pagamentos em projetos cofinanciados e a reajustes orçamentais imprevisíveis decorrentes de eventuais alterações remuneratórias.

Por fim, a concretização da fusão FCT/ANI num curto horizonte temporal comporta risco de perturbação nos fluxos de reembolso de projetos e nas *calls* em curso, o que poderá afetar de forma direta a tesouraria e as receitas próprias das instituições. Assim, a execução do orçamento de 2026 deve considerar um cenário prudente, com reforço das margens de contingência financeira, monitorização permanente da evolução legislativa e preparação antecipada de mecanismos internos de adaptação, de modo a garantir a continuidade das atividades essenciais do IST perante um contexto de mudança estrutural sem precedentes.

A FCT, através de verbas de Receitas de Impostos do orçamento da FCT e enquanto beneficiário intermediário do PRR, apoiou a contratação de doutorados, através do Programa "FCT-Tenure", que constituiu um novo instrumento de financiamento com o objetivo de promover a contratação de doutorados exclusivamente para posições permanentes:

- i. Até ao prazo máximo de 3 anos, para contratos por tempo indeterminado para a carreira docente universitária e do ensino superior politécnico ao abrigo do ECDU e ECPDESP;
- ii. Até ao prazo máximo de 6 anos, para contratos por tempo indeterminado ao abrigo do ECIC;
- iii. Até ao prazo máximo de 6 anos para contratos sem termo equiparados aos previstos no ECIC nas instituições elegíveis ao presente programa que detenham carreiras próprias de investigação científica abrangidas pelo regime de direito privado.

O programa FCT-Tenure previu assim, que a integração se faça em carreiras de investigação ou em carreiras de docência, e enquanto vigorar o apoio da FCT, aplica-se um limite máximo de 4h semanais de tempo de dedicação à atividade letiva (valor médio por triénio, durante os primeiros três anos do período experimental). O apoio à contratação de posições permanentes de Docentes e Investigadores, no âmbito deste programa, tem para 2026 um orçamento expectável de 2 281 797 €.

Foi com base no pressuposto do Programa FCT Tenure, de apoio à contratação de doutorados para posições permanentes, que resolveu este Conselho de Gestão, em harmonia com o Conselho Científico e o Conselho Pedagógico, criar o Programa FCT Tenure Plus Técnico em 2025, em função do sucesso no concurso ao Programa da FCT. A candidatura do IST ao Programa FCT Tenure teve a aprovação de quase 90% das posições submetidas a concurso. No âmbito deste programa, a FCT aprovou para financiamento 62 posições (16 Investigadores - 15 Investigadores Auxiliares e 1 Investigador Principal, e 46 Professores - 43 Professores Auxiliares, 2 Professores Associados e 1 Professor Catedrático), à data da redação deste documento, está ainda em avaliação pela FCT a elegibilidade de algumas das posições, estando já validados pela FCT como elegíveis 22 contratos, tendo o IST recebido a esta data o montante referente a 24 meses de 13 desses contratos (~1M€).

O Programa desenhado pelo IST para o estímulo à investigação de todas as contratações de 2024 e 2025 (submetidas na candidatura à FCT) - FCT Tenure Plus Técnico estabelece um conjunto de apoios que: (i) prevê a compensação aos departamentos através do financiamento de Pessoal Docente Especialmente Contratado (PDEC) num montante igual a 30% de 11 meses de Assistente Convidado por Docente (de concursos submetidos à FCT). Estes PDECs irão compensar o serviço docente previsto para todas os docentes contratados (no âmbito de concursos submetidos à FCT), que estará limitado ao máximo 4h semanais

(durante os primeiros três anos do período experimental), com o intuito de incrementar a atividade científica nesta fase de integração; (ii) apoia financeiramente o período de sabática no estrangeiro durante o período experimental dos novos docentes e investigadores contratados; (iii) apoia os departamentos com financiamento para a contratação de alunos de doutoramento como Assistentes Convidados a 59%, reforçando assim, a Escola Doutoral.

Acresce ainda a implementação da Portaria n.º 485-A/2025/2, que regula os procedimentos relativos à integração dos técnicos superiores doutorados na carreira especial de investigação científica, nos termos do Regime transitório da carreira de investigação científica, constante do anexo III à Lei n.º 55/2025, de 28 de abril. O Regime transitório da carreira de investigação científica, com vista a promover a integração na carreira especial de investigação científica dos técnicos superiores doutorados, que exerçam funções cujo descritivo funcional corresponda ao da carreira de investigação, em área científica da instituição a que pertencem. Com a aplicação desta Portaria estima-se a abertura de seis concursos, que após a finalização do processo concursal, impactam no IST, num montante adicional de ~80K€.

Desde a tomada de posse do Conselho de Gestão em 2020, e continuando para o segundo mandato em 2024, a execução orçamental (e o normal funcionamento de todas as atividades) do IST foi marcada por várias vicissitudes, nomeadamente em 2020-2021 a situação pandémica com as consequentes medidas de mitigação Covid, confinamentos sucessivos, aulas à distância (em simultâneo com a já agendada implementação do novo modelo de ensino), teletrabalho pleno, diminuição da atividade de prestação de serviços, seguida em 2022 de instabilidade governativa e resultante execução orçamental em duodécimos, e a guerra na Ucrânia e decorrente crise energética e ainda os impactos da guerra Israel - Hamas. Esta última situação teve forte impacto no ano de 2023, 2024 e 2025, e é expectável a sua continuidade para 2026.

Esta sucessão de conjunturas adversas condicionou nomeadamente o resultado orçamental. Com efeito, no final de 2020, o saldo transitado para 2021 sofreu uma diminuição de 1,4 M€ face ao saldo transitado no final de 2019, tendo ficado marcado pela conjuntura pandémica. O saldo transitado de 2021 para 2022 foi de 12,9 M€, a que corresponde um acréscimo de 3,3 M€ face ao saldo transitado para 2021, já não tão marcado pelo efeito da pandemia, denotando um voltar à normalidade das atividades. Do ano de 2022 para 2023 o saldo transitado foi de 16,9 M€, correspondendo ao acréscimo de 4 M€; este efeito deveu-se ao aumento de transferências recebidas de entidades financiadoras nacionais e comunitárias no montante de 3,3 M€, e à diminuição de despesa paga em investimentos e transferências de parceiros no montante de 700 k€. Do ano de 2023 para 2024 o saldo transitado foi de 21,5

M€, correspondendo a um acréscimo de 4,6 M€, devido essencialmente ao aumento de transferências recebidas de entidades financiadoras nacionais e comunitárias relativas a projetos de investigação, destacando-se os PRR, tendo sido o resultado global do IST em 2023 de 3,459 M€ positivo. Do ano 2024 para o ano 2025, o saldo transitado foi de 26,7 M€, correspondendo a um acréscimo de 5,1 M€; para este aumento contribuíram essencialmente o aumento da receita dos PRR em 1 M€ e o da FCT em 4 M€. Encontra-se ainda em curso o encerramento de contas para 2025, pelo que não é reportada esta informação no presente documento.

Para o orçamento de 2026, existirão ajustamentos decorrentes de prováveis alterações legislativas, que incrementam a despesa e diminuem a receita, como sejam, o acréscimo de despesa decorrente dos aumentos salariais (~2,2M €), eventuais medidas de valorização dos trabalhadores em funções públicas, sem previsão orçamental de compensações, o impacto na diminuição da receita, a ocorrer a manutenção legislativa de congelamento das propinas sem a devida compensação, e ainda o impacto criado pela suspensão do Programa Aliança². Com efeito, e contrariamente ao contratualizado entre a Tutela e a Universidade de Lisboa, o Programa Aliança deixou de constar do Orçamento do Estado desde 2025. As contratações realizadas neste enquadramento passam, assim, a constituir encargo estrutural do IST, sem cofinanciamento externo. Na prática, isto traduz-se num aumento permanente da rubrica de Despesas com Pessoal, acrescido de encargos patronais, ao longo de todo o horizonte plurianual. Prudentemente, o IST não alterou significativamente a sua política de contratações de investigadores, pelo que o impacto se encontra assim mitigado. O impacto anual estimado desta última medida situa-se na ordem de grandeza de 351 789 € para 2026; face ao valor de 288 424€ valor para 2025 (que seriam suportados pelo Programa Aliança até ao término dos contratos de trabalho celebrados neste âmbito).

Com o intuito de aumentar as receitas próprias, incrementando também o nosso envolvimento na sociedade, o IST promove ações de mobilização da sociedade civil e das empresas no sentido de contribuírem para a qualidade do Ensino Superior em Portugal. Estas ações estão bem refletidas na crescente visibilidade da Rede de Parceiros do IST (2 bancos; 27 empresas, das quais 3 em negociação da abordagem a implementar). Refira-se ainda que

² Nos termos do artigo 137º do Orçamento do Estado para 2024 foi criada uma linha de financiamento, adicional às dotações orçamentais já atribuídas às instituições de ensino superior, destinada a apoiar a contratação por tempo indeterminado de doutorados exclusivamente para a carreira de investigação científica. Este Programa Aliança, para além de ter este documento enquadrador, tem ainda até à data, o Contrato Programa assinado entre a DGES, o IGEFE e a Univ. Lisboa, homologado pela Ministra (data: 25 de março de 2024) e a Adenda ao Contrato assinado pelas mesmas entidades e homologado pelo Ministro (junho de 2024). Para o IST foram financiadas 16 posições de Investigador Auxiliar, 3 de Investigador Principal e 2 de Investigador Coordenador (coerente com o Plano de contratações do IST). O montante de financiamento máximo, assegura o financiamento de 33% da totalidade dos custos laborais de cada contrato, isto é, os lugares de Investigadores Auxiliares são financiados em 1/3 da remuneração e nos termos do Contrato Programa, se ao longo da sua carreira forem promovidos a Principal ou Coordenador, o financiamento de 1/3 incidirá sobre a remuneração devida por essa categoria. Os lugares de Investigador Principal e Coordenador são financiados a 1/3 se forem entradas novas no sistema, ou a 1/3 da diferença no caso de alteração de categoria.

das 27 empresas, 10 são parceiros Gold (>100k€ por ano, valor em dinheiro ou apoio em géneros), que corresponde no total a uma ordem de grandeza de mais de 1,4 M€ por ano. Paralelamente a estas parcerias mais estruturadas e continuadas, existem ainda outras parcerias de mais curto prazo (prémios de mérito, apoio a laboratórios, *capstones*, prémios empreendedorismo, etc.) que envolvem cerca de 18 empresas e cujo valor envolvido é superior a 100k€. No total falamos de montantes na ordem de grandeza dos 2,7M€.

Continuam a ser desencadeadas ações no sentido do alargamento da cooperação empresarial com as empresas do concelho de Loures, tendo como interlocutor a Câmara Municipal de Loures e o seu núcleo de Parcerias Empresariais, bem como com a de Oeiras. Também as atividades no âmbito do Técnico+ contribuem para essas sinergias.

Para além da captação de receita, é necessário controlar a despesa. Para tal, será prosseguida a monitorização periódica, estando contemplados vários indicadores financeiros que melhor permitam acompanhar a evolução da receita, despesa, disponibilidades, compromissos e cabimentos. Igualmente o Núcleo de Controlo e recuperação de Créditos continuará a sua atividade, que tem sido relevante. Refira-se ainda que desde 2023, para um melhor controlo da gestão financeira, foi implementado um sistema de encerramento de contas mensal que inclui mapas orçamentais e balancete, e trimestralmente a obtenção do balanço e da demonstração dos resultados.

Em 2026, termina o prazo de execução dos projetos PRR, que têm sido cruciais ao desenvolvimento de novas atividades no Técnico, constituindo uma fonte de receita importante.

Outro aspeto a considerar é o programa de contratações para rejuvenescimento dos quadros da Escola, tendo-se assistido a um estímulo proporcionado pelos Programas Aliança (agora inexistente e suportado na totalidade pelo IST) e FCT Tenure, acima mencionados, para a renovação do corpo docente e de investigação, a que acresce o Plano de contratação de Técnicos e Administrativos, em curso no IST.

Refira-se a continuidade da implementação da contratação de Pessoal Docente Especialmente Contratado (PDECs), complementado pelo FCT Tenure/FCT Tenure Plus Técnico. O IST dá assim continuidade ao “Programa FCT Tenure Plus Técnico” (secção 6.3.5.). Esta iniciativa do Técnico, iniciada em 2025, visa, por um lado o reforço da componente de investigação a todos os novos recrutamentos durante os três primeiros anos do período experimental (independentemente de serem, ou não, elegíveis no Programa FCT Tenure), e por outro incrementar a contratação de alunos de doutoramento.

Refira-se ainda o *Teaching Assistant Program* (secção 6.3.6.) com prémio de mérito (Prémio Brito Camacho) para promover o envolvimento de doutorandos na lecionação.

Dá-se continuidade às iniciativas que apoiarão diretamente o ensino e a investigação (Iniciativa Técnico *Capacity Building Hub* na secção 6.3.4., Programa Digital+ na secção 6.3.4.1).

Para o estímulo ao 3º ciclo, saliente-se a criação da nova Escola Doutoral do Técnico (lançada a 4 de novembro 2024, aquando da abertura da 10.ª edição do PhD Open Days) (secção 6.3.7.), que agrega os 31 programas doutorais do Técnico, implementa um programa de formação em competências transversais, oferece um programa Fast Track para a entrada no 3º ciclo a estudantes de mestrado do Técnico, promove estágios em empresas ou em ambiente internacional, incluindo doutoramentos em cotutela, bem como apoia o PhD Student hub (uma estrutura que reúne a comunidade de doutorandos em torno de experiências e interesses comuns). O programa Fast Track é uma das iniciativas mais relevantes da Escola Doutoral, e que pretende captar os estudantes mais talentosos e com motivação para continuar um percurso académico. Permite a antecipação do início do doutoramento ainda durante o mestrado no Técnico, concebendo um projeto de investigação que garanta a continuidade do trabalho entre os dois ciclos, encurtando o tempo para a obtenção do grau de doutor. Destaque-se ainda, neste âmbito, a criação do Prémio Maria Amélia Chaves (secção 6.3.8.), que constitui um prémio de mérito a atribuir a doutorandos, que (i) sejam bolseiros de investigação pagos por projetos das UID ou BIC do IST e que simultaneamente sejam alunos PhD Fast Track, e a doutorandos, que (ii) sejam bolseiros de investigação pagos pelo IST e alunos de doutoramento do IST, estimulando-se assim o seu contributo para a investigação.

Acresce o apoio à Semana de Acolhimento, que é uma atividade fulcral à receção dos novos alunos do IST (secção 6.3.9.).

O IST tem ainda outros desafios em curso, como o desenvolvimento do Plano de Pormenor da Quinta dos Remédios (Polo de Loures), a beneficiação do enquadramento paisagístico do Polo de Oeiras, e para os três campi a convergência para uma melhoria das condições de ensino e investigação, através de melhoria/renovação do parque instalado existente.

O projeto do Arco do Cego, o Técnico Innovation Center (TIC), inaugurado em 18 de outubro de 2023 tem sido, sem dúvida, transformador para a Escola, para a Universidade de Lisboa e para a cidade, tendo-se assistido a um conjunto muito diversificado de eventos científico-tecnológicos, destacando-se também as relações empresariais, tendo-se desenvolvido nele atividades cruciais ao universo Técnico, beneficiando toda a sua comunidade, nomeadamente os alunos.

Dá-se ainda continuidade ao Plano de Investimento aprovado pelo CG no início de 2022.

Iremos assim, tentar adequar o orçamento à conjuntura existente, definindo internamente as prioridades para atingir as metas estabelecidas no Plano de Atividades e no Plano Estratégico, tendo sempre como prioridade a Missão do Técnico.

4.2 FACTOS E NÚMEROS

Os valores do orçamento na componente da receita no Técnico têm assistido a variações nos últimos anos, sendo as mais expressivas, as decorrentes da componente do OE e da deslocalização de uma parte significativa da atividade de investigação para a IST-ID (Figura 1). Com efeito, a economia portuguesa antes, durante e depois da troika e com a pandemia teve os seus efeitos nas dotações orçamentais às Instituições de Ensino Superior (IES).

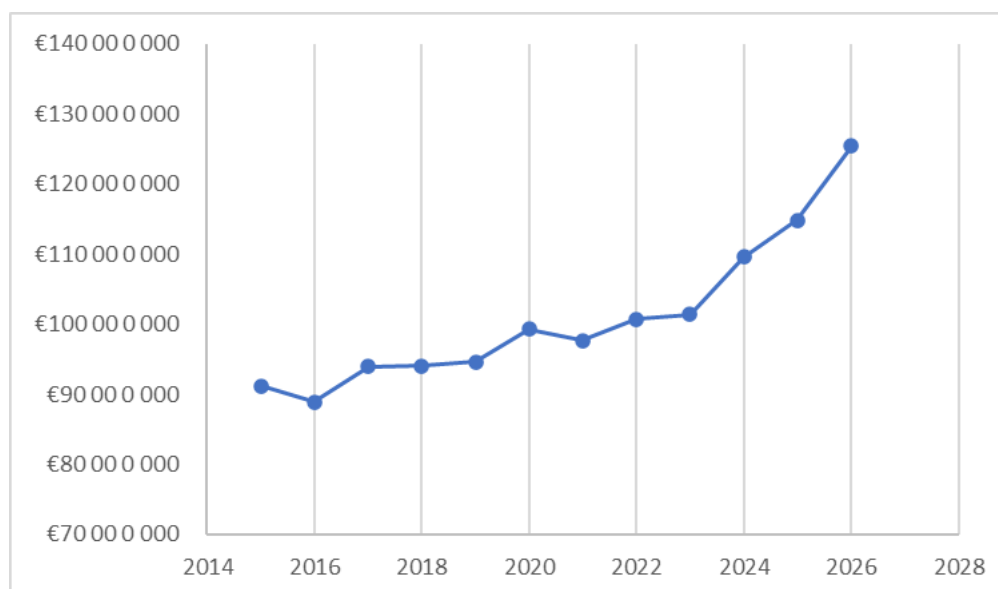


Figura 1: Evolução do valor do orçamento de receita do IST, desde 2015

De 2015 até 2016, a receita do IST decresceu. Essa diminuição traduz não só os efeitos da deslocalização da atividade de investigação para a IST-ID, mas também da diminuição da capacidade de captação de receitas próprias observada, consequência de diversos fatores, nomeadamente do arrefecimento da economia nacional e do hiato criado na passagem do programa FP7 para o programa H2020.

De 2016 para 2017 registou-se um ligeiro aumento no valor do orçamento do IST. Essa recuperação está associada a um aumento do valor da parcela de OE resultante da reversão dos cortes salariais na administração pública que haviam sido introduzidos em anos anteriores. Verificou-se também um aumento na capacidade de captação de receitas próprias

associadas à participação em projetos de investigação comunitários, muito em especial à custa de um aumento na taxa de sucesso nas candidaturas ao programa H2020.

Nos anos de 2018 e de 2019 o valor do orçamento de receita é praticamente idêntico ao de 2017. Este facto é preocupante, tendo em conta os aumentos na despesa anteriormente descritos. É de sublinhar que em 2019 e 2020 estava orçamentada uma receita significativa (da ordem dos 2,4 M€ e 4,3 M€, respetivamente) relativa a um financiamento ganho no âmbito do POSEUR, que não se concretizou nesses montantes, particularmente pela dificuldade em implementar o programa estabelecido para o ano de 2020, fruto da situação pandémica. A existência dessa verba orçamentada e a manutenção de um valor global de receita com poucas variações em relação ao ano anterior revela uma diminuição de outras fontes de receitas próprias. Refira-se que para o ano de 2020 o financiamento efetivamente recebido no âmbito do projeto POSEUR foi de 388 568 €. Para o ano de 2021 o valor orçamentado do POSEUR foi de 2 379 522€, foi cabimentado o valor de 1 200 000€, dos quais se pagaram 1 000 000€. Sem dúvida que o primeiro semestre de 2021, ainda com forte influência de medidas de combate à pandemia, afetou o normal desenvolvimento da execução orçamental, nomeadamente desse programa, face à escassez de equipamentos disponíveis para aquisição.

Do ano de 2020 para 2021, embora se tenha assistido a um ligeiro aumento do OE (2020 = 58 137 873€; 2021 = 60 942 981€), o decréscimo observado no orçamento interno decorre da diminuição das receitas próprias, em parte devido ao impacto da pandemia. No orçamento de 2022, face a 2021, o aumento da componente OE é mínimo (233,5 k€; OE 2021 = 60 942 981€; OE 2022 = 61 176 474€). Refira-se que para 2022 o orçamento operacional foi de 100 673 571€, sendo decomposto na generalidade em OE = 61 176 474€ e RP = 39 497 097€ (proporção 60% – 40% entre OE e RP).

Do ano de 2022 para o ano de 2023 assistiu-se a um aumento de 1 000 000€ da componente OE (OE 2022 = 61 176 474€; OE 2023 = 62 260 155€). Para 2023 o orçamento operacional foi de 101 425 290€, (OE = 62 260 155€; OE_IST = 55 731 832€; OE_DL29/2012 – CTN = 6 528 323€; RP = 39 165 135€). Do ano de 2023 para o ano de 2024 assistiu-se ao aumento mais significativo da componente OE nos últimos anos, na ordem dos 3,8 milhões de euros (OE 2023 = 62 260 155€; OE 2024 = 66 061 435€).

Para o ano de 2024, o orçamento operacional para o Técnico foi de 109 603 446€ dos quais: OE = 66 061 435€ (OE_IST=59 533 112€; OE_DL29/2012–CTN= 6 528 323€); e RP = 43 542 011€.

Para o ano de 2025, o orçamento operacional para o Técnico foi de 114 843 307€, dos quais: OE = 65 462 277€ (OE_IST = 58 933 954€; OE_DL29/2012 – CTN = 6 528 323€); e RP = 49 381 030€.

Para o ano de 2026, o orçamento operacional para o Técnico é de €125 377 601€, dos quais OE = 68 539 908€ (OE_IST = 62 011 585€; OE_DL29/2012 – CTN = 6 528 323€); e RP = 56 837 693€, com as seguintes contribuições: PRR = 5 506 638 € (Digital+ = 542 430 €, Agendas = 4 063 511 €, Unidades de Investigação (FCT) = 900 697€); Programa FCT Tenure (2 281 797 €); Propinas + Taxas (11 048 375€;), FCT = 4 880 474 €; União Europeia = 8 591 289 €; Programa Regional Lisboa 2030 = 3 928 789€ (Edifício Sul = 1 785 999€, Flagship = 2 142 790€) bens e serviços = 11 698 168 €; outras transferências (exº rede de parceiros, bancos) = 3 902 163 € e Jerónimo Martins-Edifício Norte = 5 000 000€.

Constata-se assim, a existência de uma proporção basicamente de ~55% – 45% entre OE e RP, não permitindo o OE fazer face à totalidade dos custos salariais dos seus trabalhadores, permitindo fazer face a 76% dos custos, tendo os restantes 24% de ser colmatados com montantes de receitas próprias.

Existe uma relação entre o orçamento e o número de estudantes e esta tem impacto. O número de estudantes inscritos no IST pode afetar o orçamento de várias formas, desde as propinas aos custos de funcionamento. Para melhor enquadrar este orçamento, apresentamos abaixo um histórico do número de estudantes do IST. É feita uma gestão cuidadosa para manter a estabilidade financeira e, ao mesmo tempo, proporcionar um ensino e serviços de qualidade aos estudantes.

O Técnico tem atualmente 12 017 alunos (Figura 2), divididos por mais de 90 cursos conferentes de grau de licenciatura, de mestrado e de doutoramento. O número de estudantes estrangeiros tem tido uma tendência maioritariamente crescente, tendo atingido os 1 773 em 2024/2025, tornando cada vez mais o IST uma Escola internacional.

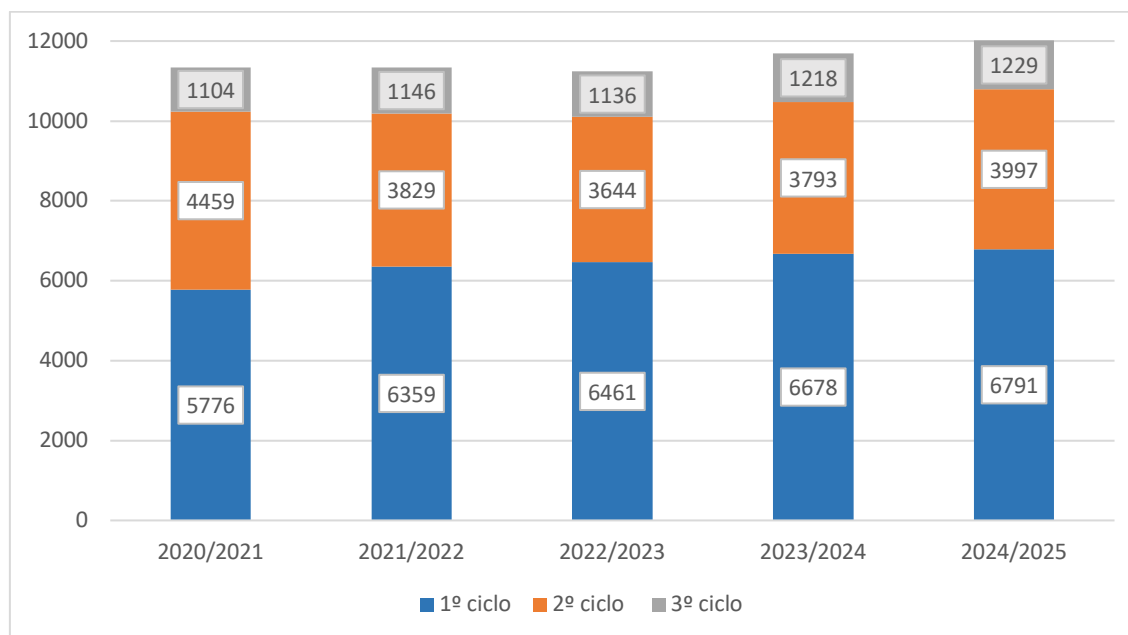


Figura 2: Evolução do número de estudantes do IST por ciclo de estudos nos últimos 5 anos

Os seus mais de 650 professores e investigadores desenvolvem atividades em mais de 20 unidades de investigação, próprias ou associadas, classificadas na generalidade com excelente ou muito bom pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

O número de cursos ativos (com matrículas em 2024/2025 e/ou diplomas em 2023/2024), é de 22 para o 1º ciclo, licenciatura e 1º ciclo de Mestrado Integrado, 38 para o 2º ciclo, e 35 para o 3º ciclo (Programas de Doutoramento).

Ao longo dos últimos dez anos, não obstante as contingências antes identificadas, o IST captou cada vez mais e melhores alunos, tendo tido de novo em 2025/2026 a oferta formativa nos lugares cimeiros (6ª posição) dos cursos com a média de entrada mais elevada no Ensino Superior (exº Engenharia Aeroespacial onde ingressaram 135 estudantes com nota superior a 18,5 valores).

É legítima a conclusão de que, ao fim de 114 anos de existência, o IST soube crescer de forma sustentada e planeada, dando cumprimento à sua missão, e tornando-se, a nível nacional, mas também a nível internacional, numa incontornável instituição de ensino superior.

4.3 ESTRUTURA DO ORÇAMENTO DO IST

O orçamento do Instituto Superior Técnico apresenta uma previsão das receitas e despesas para o ano civil de 2026 e está estruturado em dois centros financeiros. O primeiro, designado por “custos de estrutura”, suporta todos os custos estruturais necessários ao funcionamento do IST (os salários de contratos da função pública, contratos fixos, manutenção e investimento). O Centro Financeiro 10 corresponde assim à Contabilidade Central. O segundo,

designado por “investigação e serviços do IST”, suporta todos os custos associados às atividades de investigação e de prestação de serviços, sustentadas pela capacidade de captação de receitas próprias do IST. Este último centro financeiro está estruturado pelos seus três campi: UE-20 (Alameda), UE-36 (Polo de Oeiras) e UE-38 (Polo de Loures).

Na preparação do orçamento para 2026 foram consideradas, como principais fontes de receitas:

- (i) Verbas públicas atribuídas ao IST pelo governo através do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), correspondentes às dotações do Orçamento do Estado (OE);
- (ii) Verbas no âmbito do Programa Regional de Lisboa 2030 (Lisboa 2030 – FEDER)
- (iii) Previsões relativas aos contratos de investigação científica nacionais e internacionais, de desenvolvimento tecnológico e/ou de prestação de serviços;
- (iv) Previsões de outras Receitas Próprias (RP), incluindo propinas e custos de formação da FCT;
- (v) Projetos PRR (Agendas, Digital + e Un. Investigação-FCT)
- (vi) Programa FCT Tenure
- (vii) Rede de parceiros

Deste modo, para além do OE, a receita do Técnico engloba as Receitas Próprias, que incluem propinas, taxas diversas, subsídios de entidades financeiras, prestação de serviços, projetos de investigação, e ainda a componente resultante da atividade do Técnico perante parceiros empresariais, nomeadamente no apoio a atividades dos estudantes, com particular destaque para os seus núcleos. Constituindo a receita vinda de propinas, nomeadamente do segundo ciclo, uma fonte de receita minorada (por força da Lei do OE2022, e continuada no OE 2023, no OE de 2024, no OE 2025; e no OE 2026), preconiza-se, tal como no passado, incentivar outras iniciativas para gerar receita, como atrair mais estudantes internacionais, atrair novos mercados usando a reformulação curricular e a oferta diversificada de *minors*, a Escola Doutoral e o Programa PhD Fast Track, bem como desenvolver programas de captação de recursos de novas fontes destinados a projetos estratégicos e programas de *sponsorship*. Preconizam-se também medidas para a melhoria da eficiência e de controlo da despesa que permitam acomodar o efeito das novas pressões orçamentais. Para um melhor controlo orçamental, no ano de 2020 foi criado o núcleo de controlo e recuperação de créditos que, a título informativo, pode referir-se que, no ano de 2021, permitiu a recuperação da cobrança de receita no montante de 900k€, em 2022 na ordem de 1 M€, em 2023 o montante de ~900k€, em 2024 recuperaram-se ~1M € e em 2025 o montante de 450k€ até setembro. Estão em curso novas ações para 2026 nesta linha, nomeadamente após a observação do

resultado para 2023 de indicadores relacionados, afincando o controlo de crédito, nomeadamente no sentido, de não permitir ultrapassar a sua data de vencimento.

O foco será assim uma gestão orçamental equilibrada e sustentável, continuando o controlo da despesa, a recuperação de créditos e a captação de receitas acrescidas e diversificadas. Dentro destas categorias, promove-se também o desenvolvimento de planos e prioridades de captação de recursos financeiros, trabalhando para atrair novas parcerias e alargar as existentes. Para ajudar neste plano, pretendemos ainda incrementar as sinergias com os *alumni*, as parcerias empresariais e a diversificação da oferta de cursos Técnico +.

A dotação do Orçamento do Estado para 2026 tem um valor efetivo de 68 539 908€, dos quais 62 011 585€ correspondem à verba atribuída no âmbito do financiamento público do ensino superior e 6 528 323€ correspondem à verba resultante da aplicação do disposto no Decreto-Lei 29/2012, de 9 de fevereiro (integração do ITN no IST).

O IST, para além da receita proveniente do OE 2026, estima a obtenção de receitas próprias (56 837 693³€), resultando numa proporção da receita em 55% de financiamento público e 45% de receitas próprias. Relativamente ao orçamento total, as RP encontram-se repartidas em 9% de propinas, 18% de financiamento decorrente de atividades de I&D (inclui 4% de projetos PRR, 4% FCT, 7% U.E. e 3% outras transferências), 9% de venda de bens e serviços, 2% de FCT Tenure, e 7% de financiamentos para edificações (inclui 3% do Programa Lisboa 2030, e 4% de mecenato - J.Martins). Quanto à despesa, ronda 72% em recursos humanos, 13,5% em fornecimentos e serviços, 7% para novas edificações e o restante nomeadamente em equipamentos, bolsas, IVA, taxas municipais e transferências para parceiros. Isto significa que as receitas do OE para 2026 irão financiar ~76% dos vencimentos e respetivos encargos, e as receitas próprias as despesas descritas na secção 5.2. Faz-se assim uma previsão orçamental da receita da Escola para o ano 2026 de 125 377 601€.

Os gráficos da Figura 3 ilustram a evolução das verbas provenientes do OE, da cobrança de propinas e das restantes componentes de RP na composição da receita nos orçamentos anuais do IST, desde 2015. É possível verificar que o peso relativo das verbas de OE tem vindo a aumentar nos últimos anos. Este facto está, no passado, essencialmente associado à deslocalização de uma parte significativa das atividades de investigação para a IST-ID, mas assistiu-se de 2023 para 2024 a um acréscimo da componente do OE, que não tem sido usual, e que foi de ~ 6%, de 2024 para 2025 foi de ~ 2%, e de 2025 para 2026 foi de ~2%.

³ Inclui a verba referente aos projetos PRR (~5,5M €), FCT Tenure (~2,3M €) e Programa Regional Lisboa 2030 (~4M€)

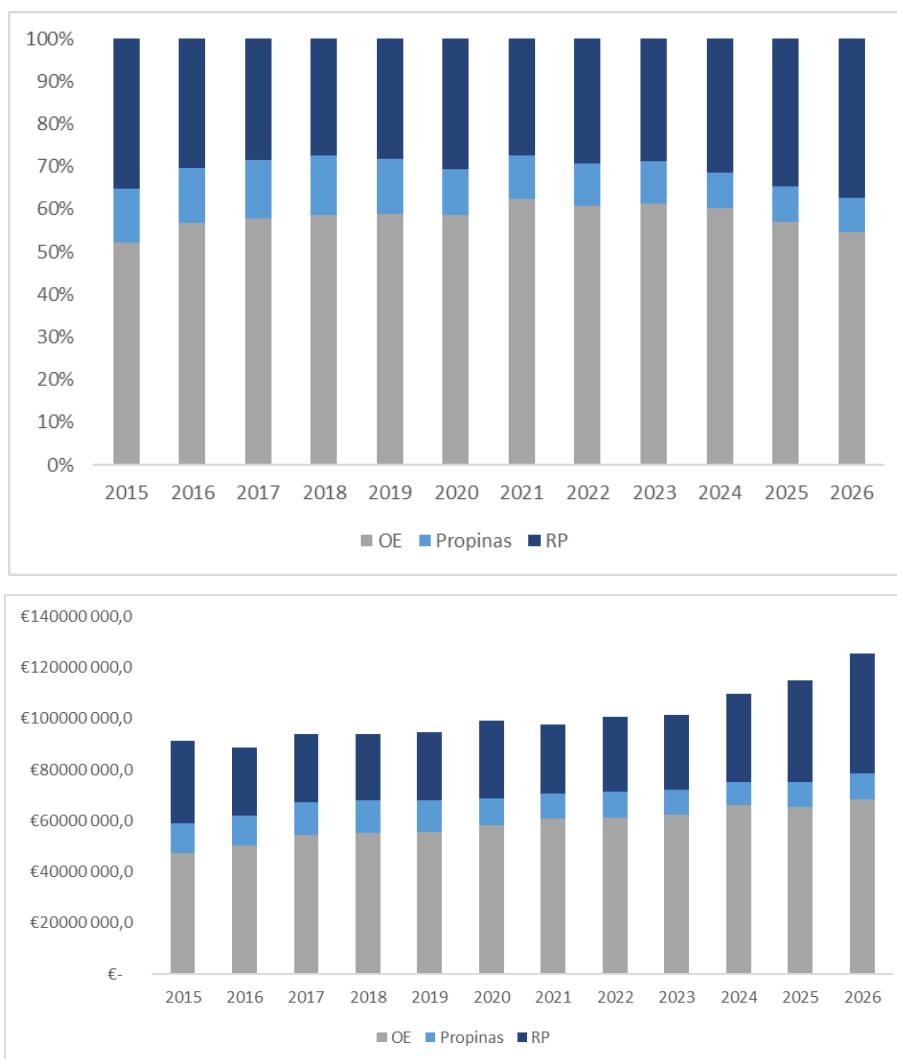


Figura 3: Evolução da composição das componentes de receita (OE, propinas e outras RP), desde 2015

Da análise da evolução do valor da dotação de OE desde 2015 (Figura 4) destaca-se uma evolução tendencialmente crescente. O aumento posterior a 2015 resulta em grande parte da reversão dos cortes salariais que foram introduzidos no início da década passada. Desde 2017 o valor desta dotação tem variado geralmente de forma pouco significativa, que não acompanha os fortes aumentos de despesa ocorridos por via de alterações legislativas entretanto introduzidas. Como referido anteriormente, de 2023 para 2024 assistiu-se a um aumento de 6% da dotação do OE, de 2024 para 2025 e de 2025 para 2026, 2%.

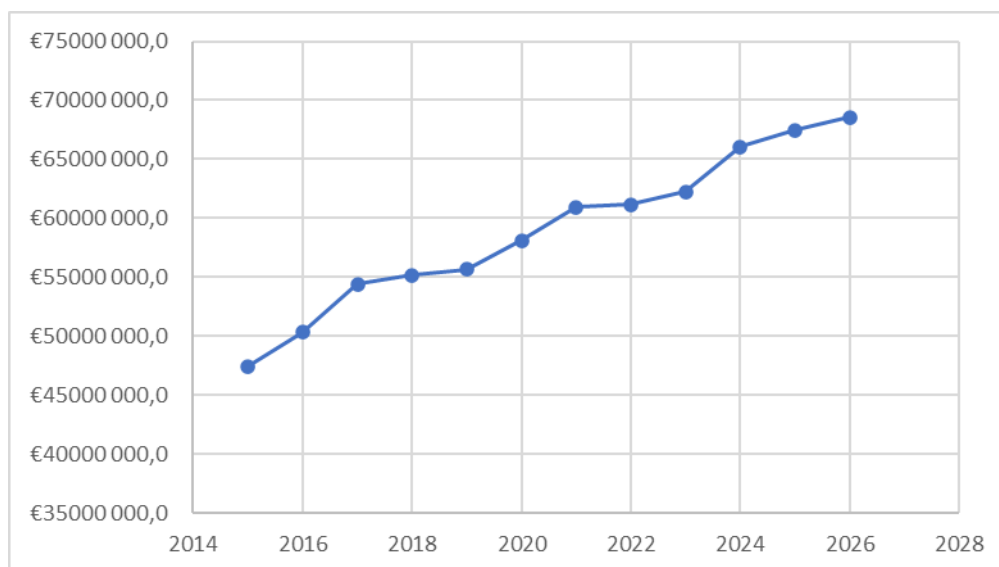


Figura 4: Evolução do valor da dotação de OE para o IST, desde 2015

Uma análise da evolução da dotação do OE considerando a inflação ocorrida desde 2010 é apresentada na Figura 5.

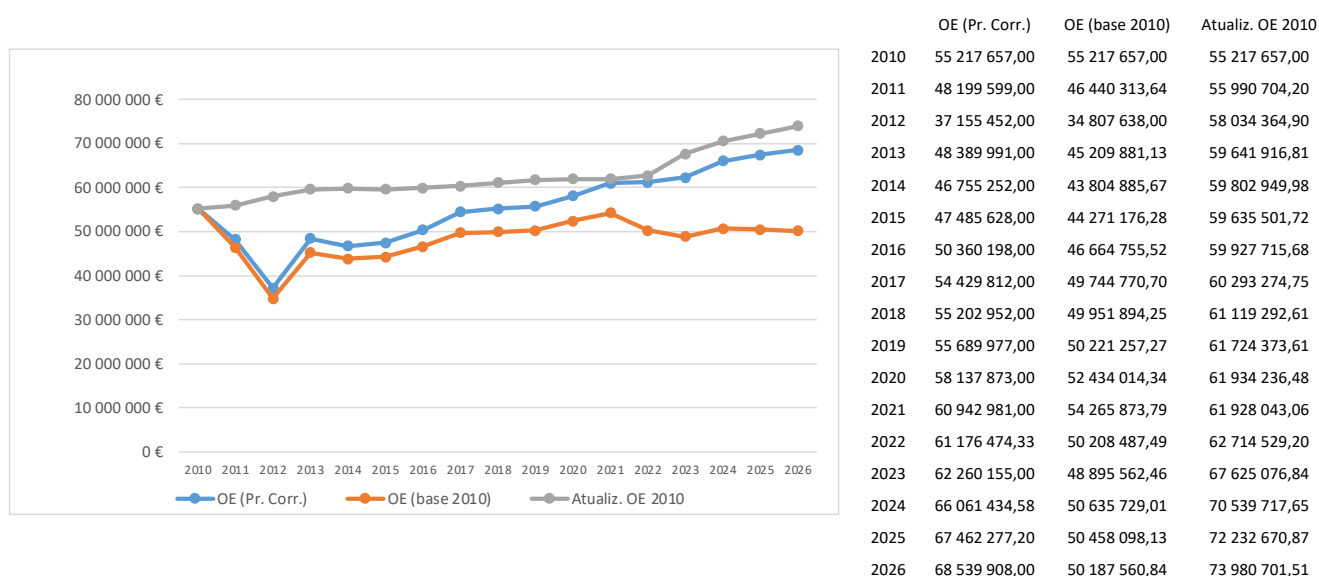


Figura 5: Evolução do valor da dotação de OE para o IST, considerando a inflação ocorrida desde 2010

A opção pelo ano de 2010 como ano base resulta de este ser anterior às restrições aplicadas no âmbito da “Troika”. A Dotação do OE relativa ao ano de 2010 foi calculada a preços correntes.

A dotação prevista para o ano de 2026 comparada com o valor atualizado da dotação de 2010 revela um défice de 5,7 M€. O défice estimado na apresentação do OE de 2025 no valor

de 4,5 M€ baseado numa inflação esperada de 2%, veio a revelar-se ser de 4,8 M€ dado a inflação registada ter atingido o valor de 2,42%.

A dotação prevista para o ano de 2026 (68,5 M€), calculada a valores de 2010, corresponde a 50,1 M€ sendo que a dotação de 2010 ascendeu a 55,2 M€. O deficit médio da dotação do OE nos últimos 15 anos face a 2010 é de 7,5 M€ apresentado uma média de 14,3 M€ no quadriénio 2012 -2015 e de 4,8 M€ de 2016 em diante. O déficit anual face a 2010 apresenta um valor máximo de 20,8 M€ em 2012 e mínimo de 1 M€ em 2021.

O congelamento do valor das propinas, conjugado com o efeito da inflação, tem, no valor previsto para 2026, um efeito de 2,4 M€.

O crescimento anual da dotação do OE a preços correntes apresentado na Figura 5 não se traduz de facto num crescimento real do mesmo, apresentando até 2021 um crescimento inferior à inflação, agravado em 2022 e 2023, onde se verifica um decréscimo em termos reais, e uma estabilização em 2024 e 2025, mas longe de atingir os valores reais de 2010.

Esta abordagem na análise evolutiva das dotações do OE, considerando a inflação, mostrou-se muito clara quanto à perda efetiva de orçamento proveniente do OE, apontando, grosso modo, para uma redução em média de 4M€ ao ano, por efeito da inflação. O que demonstra que a evolução crescente observada na Figura 4 não é real, ocorrendo sim, uma perda efetiva de orçamento na componente OE.

No que diz respeito à despesa, a componente mais significativa diz respeito aos encargos com o pessoal. Em 2026 estima-se que esses encargos ascendam a um valor total de cerca de 90 M€. O orçamento foi preparado de acordo com as normas que mantêm a obrigatoriedade de as Instituições do Ensino Superior contribuírem com 23,75% dos salários dos trabalhadores em funções públicas para a Caixa Geral de Aposentações (CGA) e Segurança Social (TSU). O pagamento pelas instituições de Ensino Superior dos descontos para a CGA iniciou-se em 2007, com descontos correspondentes a 7,5% dos salários dos trabalhadores, que aumentou para 11% em 2008, para 15% em 2010, para 20% em 2013 e para 23,75% a partir de 2014. Esta obrigação, que foi crescendo de forma gradual ao longo do tempo, resultou num efetivo aumento de despesa. Se em 2026 as Instituições de Ensino Superior deixassem de ter de suportar diretamente estes encargos (com CGA e TSU), resultaria para o IST uma diminuição de despesa na ordem dos 16,2 milhões de euros.

A evolução ao longo do tempo dos rácios entre o valor total de Compromissos com Pessoal (CP) e a receita de verbas OE (CP/OE) e entre o valor total de Compromissos com Pessoal e a receita total anual (CP/Total) permite desde logo identificar dois aspetos que têm vindo a caracterizar esta componente da despesa ao longo do tempo (Figura 6). Por um lado, é claro

que o valor de despesas com pessoal (pessoal permanente e especialmente contratado) tem um valor consideravelmente superior ao da dotação proveniente das verbas do OE. Quer isto dizer que, para satisfazer os compromissos com o pagamento de pessoal, é necessário o recurso a receitas próprias. Em 2026 estima-se que 71,6% da despesa seja correspondente a despesas com pessoal (custos fixos e variáveis, e de todos os centros financeiros), e destas 96% correspondem a pessoal permanente.

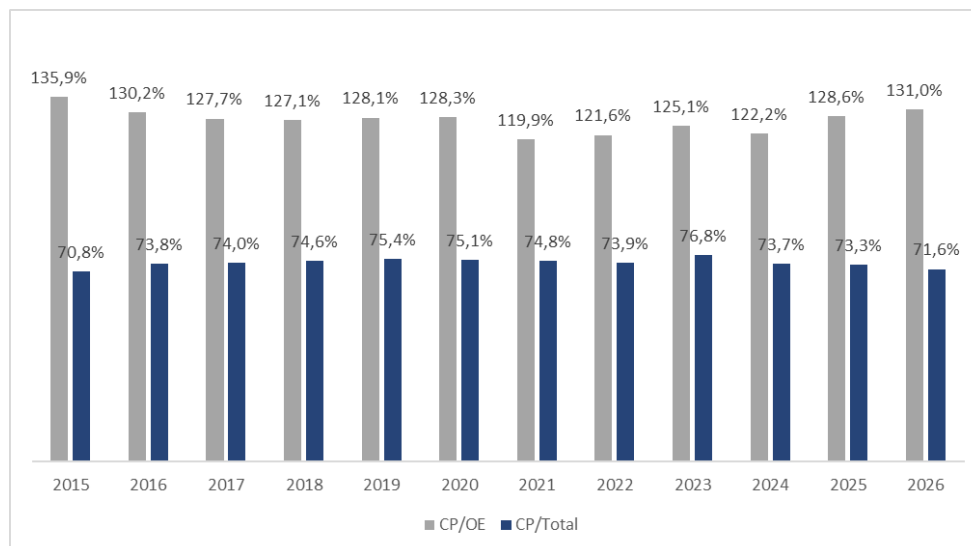


Figura 6: Evolução dos rácios CP/OE e CP/Total do IST, desde 2015

5 ORÇAMENTO DO IST PARA O ANO DE 2026

O orçamento do IST para o ano de 2026, em harmonia com o Plano de Atividades e o Plano Estratégico, inclui um plano das previsões da receita e da despesa para o ano, estabelecendo um plano de ação orientador na tomada de decisões financeiras. O orçamento foi trabalhado com as restantes áreas de gestão, desenvolvendo propostas orçamentais que se pretendem ver alinhadas com as necessidades de despesa, considerando a projeção da receita, com o intuito de permitir que se cumpram as metas e objetivos propostos.

Esta ferramenta de gestão permitirá melhor definir metas com base nas projeções apresentadas, para além de permitir acompanhar a evolução financeira da Escola, e conduzir a um melhor sistema de prestação de contas.

As decisões-chave refletidas no orçamento incluem o uso maximizado de fontes de financiamento restritas, a promoção da excelência académica e sustentabilidade, a promoção do aumento da atividade de investigação e de prestação de serviços, o incremento da recuperação e controlo de crédito, atualizações operacionais para as principais áreas funcionais, desmaterialização de processos e criação de novas ferramentas para o efeito, monitorização e mitigação de impactos remanescentes de condições extremas (como o COVID-19, a guerra na Ucrânia, e a guerra Israel - Hamas), estando sempre subjacente a preocupação com o bem-estar da comunidade Técnico.

Nos últimos anos, mesmo em condições extremas, como as vividas em conjuntura pandémica e de guerra na Europa, o IST tem conseguido desenvolver uma política de controlo orçamental exigente e rigorosa, que permitiu desenhar e implementar um Plano de Investimentos (com recurso a saldos transitados, parcerias empresariais e mecenas) com intervenções nas infraestruturas da escola, bem como um plano de contratação de docentes, investigadores e técnicos e administrativos, e planos de progressão nas carreiras. Saliente-se que a execução do Plano de Investimento está fortemente condicionada pelas alterações conjunturais nacionais e internacionais que se traduzam num agravamento da situação económico-financeira.

Para além do Plano de Investimento já descrito, mais direcionado para a infraestrutura, como referido nas principais prioridades, tem vindo a ser desenvolvido um “Plano de Investimento” direcionado para a qualidade de ensino, investigação e formação. Destacam-se neste âmbito uma série de iniciativas e programas em curso, nomeadamente:

- **Iniciativa Técnico *Capacity Building Hub*** (secção 6.3.4.), que inclui: (i) Programa Start-up Funds; (ii) Programa Digital+ (inclui os PIP); (iii) Programa *Shaping the Future* (inclui o novo Programa +Projetos);

- **Programa FCT Tenure Plus Técnico** (secção 6.3.5.), que escala o próprio programa FCT Tenure da FCT, com um reforço orçamental por parte do IST, durante os três primeiros anos do período experimental, para potenciar, com um conjunto de medidas, as atividades de investigação para todas as contratações de 2024 e 2025 (submetidas na candidatura à FCT);

- **Prémio Brito Camacho - *Teaching Assistant Program*** (secção 6.3.6.)

- **Escola Doutoral** (secção 6.3.7.);

- **Prémio Maria Amélia Chaves** (secção 6.3.8.);

- **Apoio a conceder à comunidade estudantil:** Bolsas de estudos e programas de assistência para garantir o acesso equitativo à educação superior; Apoio à semana de acolhimento de novos alunos; Associação de Estudantes do IST (AEIST); desporto académico (AEIST); atividades culturais estudantis (ex^o Tunas do Técnico - TUIST, TFIST, TMIST); atividades desenvolvidas pelos núcleos de estudantes; Semana de acolhimento aos novos alunos do Técnico (secção 6.3.9.).

Realce-se o impacto no orçamento decorrente dos projetos PRR e do Programa FCT Tenure, ao nível da receita, mas também da respetiva despesa.

Refira-se, que será continuado o acompanhamento rigoroso, com especial atenção à evolução da receita e da despesa, quer a cabimentada, quer a realizada, usando nomeadamente vários indicadores financeiros e controlo periódico. Acresce a continuidade das atividades do Núcleo de Controlo e recuperação de Crédito.

O orçamento operacional é apresentado sumariamente na componente da receita (Tabela 1, Figura 7) e na componente da despesa (Tabela 2; Figura 8) encontrando-se a informação discriminada por centro financeiro (CF) associado aos movimentos de despesa e de receita. As rubricas orçamentais são apresentadas de forma agregada, para um mais fácil entendimento e análise. Como já foi anteriormente referido, o orçamento do IST encontra-se dividido por dois grandes centros financeiros: o Orçamento de Estrutura (CF 10 – Contabilidade Central) e o Orçamento de Investigação e Serviços, compreendendo este último os centros financeiros CF-20 (projetos centrais), CF-36 (Polo de Oeiras) e CF-38 (Polo de Loures).

A viver os efeitos das conjunturas nacionais e internacionais adversas e com impactos económicos, o orçamento para 2026, é uma tentativa de equilibrar prioridades, compreendendo a necessidade de manter a formação e investigação de alta qualidade, de

apoiar as comunidades e modernizar as instalações dos campi, as necessidades de saúde mental evidenciadas nos últimos tempos (o Técnico é a única escola a nível nacional que desde longa data inclui um conjunto de serviços de saúde de apoio à sua comunidade), bem como o suporte da comunidade estudantil nas suas várias vertentes, e dos docentes, investigadores e técnicos e administrativos, com um conjunto de medidas devidamente estruturadas e orçamentadas.

5.1 RECEITA

O Orçamento do Estado para 2026 será no valor de 68 539 908€ representando 55% da receita total (125 377 601€), prevista para 2026. Nessa dotação do OE para o IST está englobada uma parcela diretamente decorrente da Lei do financiamento ao ensino superior e uma parcela decorrente da integração do ex-ITN no IST (Decreto-Lei 29/2012, de 9 de fevereiro). Sendo o OE para 2026 de 68 539 908€, a primeira parcela (62 011 585€), corresponde a 90,5 % da verba de OE e a segunda (6 528 323€) a 9,5% da verba de OE da instituição. A previsão de Receitas Próprias para 2026 ascende a 56 837 693€⁴ (45% do total da receita) proveniente nomeadamente de propinas (correspondendo a 9% do orçamento total e a 19% das RP), das transferências de diversas entidades financiadoras de I&D (correspondendo a 14% do orçamento total e a 30,5% das RP - inclui FCT+U.E+Out.Trf), PRR (correspondendo a 4% do orçamento total e a 10% das RP), FCT Tenure (correspondendo a 2% do orçamento total e a 4% das RP), da venda de bens e serviços (correspondendo a 9% do orçamento total e a 20,5% das RP) e de financiamentos para edificações (inclui Lisboa 2030 e J.Martins, correspondendo a 7% do orçamento total e a 16% das RP).

Realce-se que as receitas próprias para 2026 têm um forte decréscimo dos projetos PRR de ~2,5 M€ (~30,5%), e do Programa Aliança (100%), e uma forte componente de financiamentos para edificações de ~9 M€, e a continuidade do Programa FCT Tenure com ~2,3 M€ (~ 56%). Pode assim, constatar-se que o aumento estimado de receitas próprias de 2025 para 2026 no orçamento do IST, está fortemente alavancado nas atividades de I&D da instituição, e nos financiamentos para os novos edifícios.

Estima-se um aumento no valor das propinas na ordem dos 126,5k€ face a 2025 (propinas+taxas crescem a ~146,5k€).

Convém ainda referir a componente da receita referente aos serviços auxiliares (p.e. bares, refeitórios, livraria, etc.), que fornecem um serviço vital aos estudantes, e pessoal docente e

⁴ Inclui a verba do PRR, FCT Tenure e Programa Regional Lisboa 2030

não docente, e contribuem para a experiência do aluno no IST. Os serviços auxiliares são empresas comerciais autossustentáveis que fornecem bens e serviços ao IST. Eles não são suportados pelo orçamento operacional do IST.

A Tabela 1 apresenta a receita distribuída por Centros Financeiros. Os valores contidos na tabela para cada Centro foram obtidos com base numa melhor estimativa, considerando as condicionantes conjunturais nacionais e internacionais. Nesta tabela não estão considerados os saldos transitados. A Figura 7 apresenta a distribuição da origem da receita pelas suas diversas componentes.

Tabela 1: Estrutura da receita (€) do IST para 2026

Orçamento Receita - Ano 2026	CF 10	CF 20	CF 36	CF 38	TOTAL
Propinas e Tx (1)	11 028 375	0	0	20 000	11 048 375
Propinas	9 878 505				9 878 505
Taxas e Emolumentos	1 149 870			20 000	1 169 870
Transferências (2)	79 620 133	11 139 417	99 284	55 000	90 913 834
OE	68 539 908				68 539 908
FCT-C.Formação	1 632 000				1 632 000
FCT-Emprego Científico	1 180 075				1 180 075
FCT - outros progr		2 063 399		5 000	2 068 399
Un.Europeia		8 551 289		40 000	8 591 289
Rede Parceiros	1 873 150				1 873 150
Bancos	825 000				825 000
Jerónimo Martins (Edifício norte)	5 000 000				5 000 000
Outras Transf	570 000	524 729	99 284	10 000	1 204 013
Venda Bens e Serviços (3) = (i) + (ii)	6 855 490	3 440 053	342 625	1 060 000	11 698 168
Venda Bens (i)	128 550	228	0	5 000	133 778
Livros e Reprografia	66 000				66 000
Outros Bens	62 550	228		5 000	67 778
Venda Serviços (ii)	6 726 940	3 439 825	342 625	1 055 000	11 564 390
Aluguer de Espaços	372 000				372 000
Estudos e Pareceres		870 000	284 720		1 154 720
Serv.Laboratoriais	3 185 125	60 000		680 000	3 925 125
Act.Saude	400 000				400 000
Outros Serviços	2 769 815	2 509 825	57 905	375 000	5 712 545
Financiamentos PRR, Prog.Reg.Lisboa e FCT-Tenure (4) = (iii) + (iv) + (v)	0	11 717 224	0	0	11 717 224
PRR (Impulso (*), Agendas (**), e Digital +) (iii)	0	5 506 638	0	0	5 506 638
Impulso Jovem e Incentivo Adulto	0				0
Ag/Aliaças Mobilizadoras p/Inovação Empresarial		3 838 207			3 838 207
Ag/Aliaças Mobilizadoras p/Inovação Empresarial-IVA		225 304			225 304
Ag Invest Inovação p/Sustentabilidade Agricultura		0			0
Digital+ _INOV@U		201 000			201 000
Digital+ _INOV@U - IVA		46 230			46 230
Digital + _PRODIGI: Rumo ao Futuro		240 000			240 000
Digital + _PRODIGI: Rumo ao Futuro - IVA		55 200			55 200
PRR-"Unidades de Investigação Científica"		732 274			732 274
PRR-"Unidades de Investigação Científica" - IVA		168 423			168 423
Programa Regional Lisboa 2030 (iv)	0	3 928 789	0	0	3 928 789
AlIDE - Edifício sul		1 785 999			1 785 999
Flagship		2 142 790			2 142 790
FCT Tenure (v)	0	2 281 797	0	0	2 281 797
FCT Tenure		2 281 797			2 281 797
Total (5) = (1) + (2) + (3) + (4)	97 503 998	26 296 694	441 909	1 135 000	125 377 601

(*) PRR Impulso Jovem e Adulto terminou em 2025

(**) Agendas Invest Inovação p/Sustentabilidade Agricultura terminou em 2025

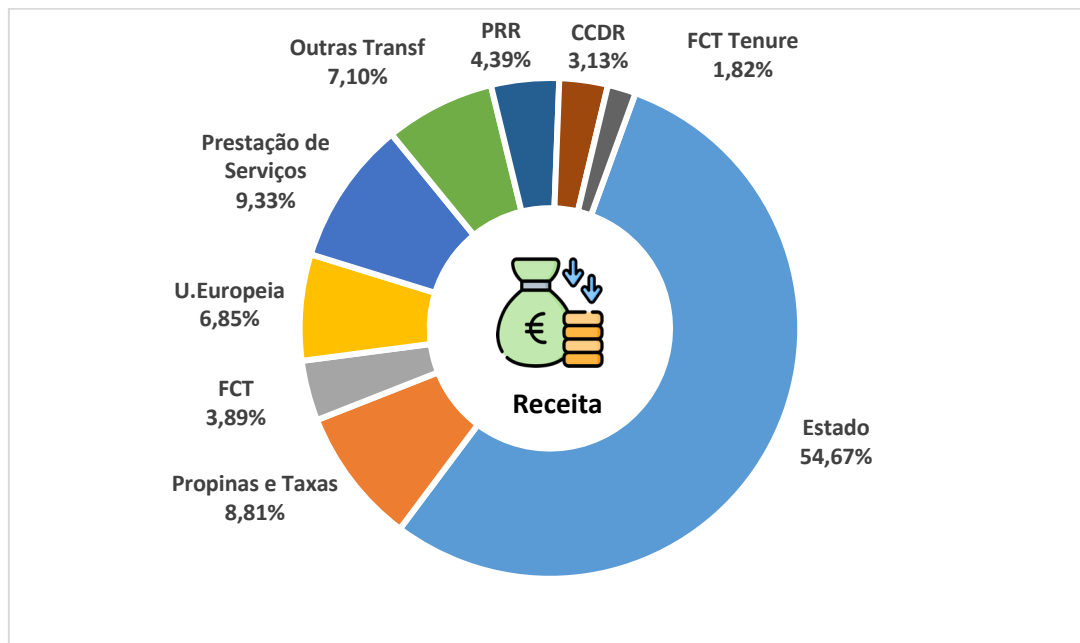


Figura 7: Distribuição da origem da receita do IST para 2026

5.2 DESPESA

As despesas orçamentadas para 2026 ascendem a um total de 125 377 601€. Destaque-se, face a 2025, o decréscimo do PRR em 2,4 milhões de euros, que passaram de 7 905 797€ para uma previsão de despesa de 5 506 638€ (Agendas = 4 063 512€, Digital + = 542 430€ e Unidades de Investigação_FCT = 900 697€), o aumento do financiamento do Programa FCT Tenure em 818 mil euros, e ainda o novo financiamento para a construção dos 2 novos edifícios (“Norte” e “Sul”) – verbas Programa Regional Lisboa 2030 de 4 M€ - e atribuição de financiamento da Jerónimo Martins de 5 M€.

Relativamente aos encargos com remunerações salariais (custos fixos e variáveis) o total em 2026 deverá ascender a 89 799 748€. Saliente-se ainda que a componente resultante do Programa FCT Tenure inclui o pagamento de 2/3 nos primeiros 3 anos do contrato de docentes e investigadores, e de mais 1/3 por 3 anos para os investigadores.

O orçamento para 2026 prevê a continuidade de várias atividades em curso, nomeadamente através de iniciativas ao incentivo à investigação e ensino, como a Iniciativa Técnico *Capacity Building Hub*, que comporta vários programas mais detalhadamente descritos na secção 6.3.5., o Programa FCT *Tenure Plus* Técnico, o Prémio Brito Camacho, a Escola Doutoral e o Prémio Maria Amélia Chaves, bem como o apoio à semana de acolhimento.

No ano de 2024 aprovou-se, em harmonia com a aplicação da nova metodologia para a Dimensão Alvo das Unidades Académicas (DAUA), o Contrato de Convergência, Crescimento e Coesão (CC3)⁵. Neste âmbito, estabelece-se para os anos de 2025 a 2027, o montante do financiamento global das unidades académicas – verba CC3 - que inclui não só as designadas verbas DOC, mas também as verbas referentes ao plafond a atribuir no âmbito do Procedimento da contratação de pessoal docente especialmente contratado (PDEC). Desta forma, o CC3 permite aos departamentos conhecer a sua dotação orçamental Teto nos próximos três anos, e a forma de a atingir caso o valor da dotação orçamental de referência seja inferior. Para 2026, no âmbito do CC3 o cálculo das verbas DOC (2026) e PDEC (2026/2027) teto máximo que os departamentos poderão ter, é igual ao teto de verbas DOC e PDEC do ano anterior, multiplicado por 1+ inflação prevista para o ano 2026 (1,7% estimativa do Banco Central Europeu - BCE para a Zona Euro em 2026) + 5 pontos percentuais.

Para as coordenações de 1º e de 2º ciclos e os Laboratórios de Tecnologias de Informação - LTIs (detalhado na secção 6), prevê-se um acréscimo de 1,7% (estimativa do BCE para a inflação na Zona Euro em 2026) face ao orçamento de 2025.

⁵ Documento Suplementar 1 – Contrato de Convergência, Crescimento e Coesão

A Tabela 2 apresenta a estrutura da despesa global do Orçamento do IST para 2026. Como já foi referido, a fonte de financiamento OE assegura apenas parte das despesas com pessoal docente, não docente e investigador pertencente ao respetivo Mapa de Pessoal. O pagamento das restantes despesas de salários, subsídio de refeição, da Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social, abono de família, bem como, dos salários do pessoal contratado a termo, do consumo de energia elétrica e de água, de telecomunicações, limpeza e segurança, serão totalmente asseguradas por receitas próprias do IST. As receitas próprias da instituição financiam assim, despesa no valor total de 56 837 693€. Atendendo, a que à data da redação deste documento ainda não se encontra disponível a Lei do Orçamento do Estado, a projeção dos valores com despesas de pessoal referente aos aumentos salariais, encontram-se estimados com a atualização anunciada na comunicação social para os aumentos salariais para os trabalhadores da Administração Pública (56,58€ para vencimentos base até 2 631,62€ e 2,15% para vencimentos base superiores a 2 631,62€). Na globalidade, face ao orçamento de 2025, ocorre um acréscimo de ~5,6M€, encontrando-se esta despesa, grosso modo decomposta, em ~2,2M€ referentes a aumentos salariais, ~1,2M€ referentes a reposicionamentos remuneratórios de docentes, ~600k€ referentes a reposicionamentos remuneratórios decorrentes do SIADAP de técnicos e administrativos, e ~2,1 M€ referentes a novos concursos de docentes, investigadores e técnicos e administrativos (realce-se que na rubrica de recursos humanos, considerou-se um decréscimo de 500k€ referente a aposentações).

A Figura 8 apresenta a distribuição da estrutura de despesa. Como se verifica, os custos com pessoal em 2026 ultrapassarão largamente a dotação do OE, atingindo 71,62% dos custos totais (custos fixos e variáveis de todos os centros financeiros) de funcionamento do IST. Igualmente se destaca a componente dos projetos PRR (5,5 M€) e a do Programa FCT Tenure (2,3 M€). Ressalve-se, que não é considerada nestas tabela e figura, a despesa do Plano de Investimento, estando esta associada a saldos transitados, parcerias e mecenato.

No sentido de fazer face às despesas fixas, e incertezas, será continuado o controlo e monitorização das receitas vs despesas, encerramentos de contas mensais, controlo semanal da Tesouraria, e comparativos de receita por tipologia, bem como prazos médios de pagamentos e recebimentos e recuperação e controlo de crédito. A que acresce a atualização periódica dos indicadores de desempenho anteriormente definidos. Só assim, teremos também enquadramento orçamental para o prosseguimento do Plano de Investimento programado.

Tabela 2: Estrutura de despesa (€) do IST para 2026

Orçamento Despesa - Ano 2026	CF 10	CF 20	CF 36	CF 38	Financiamentos PRR, Prog.Reg.Lisboa e FCT-Tenure					TOTAL	Despesa S/ Cobertura Orç *
					PRR Agendas	PRR Digital +	FCT Tenure	AIDE CCDR **	Flagship CCDR **		
C.Pessoal (1)	80 008 652	5 166 201	46 261	48 500	2 205 273	43 064	2 281 797	0	0	89 799 748	2 222 702
Vencimentos	53 272 466	1 950 350			1 400 000	28 868	1 545 937			58 197 620	1 537 918
Subs.Férias e Natal	8 818 997	275 058			333 334	4 811	257 656			9 689 857	258 262
Subs.Alimentação	2 282 775	69 519			57 773	1 386	49 850			2 461 303	
Outros C.Pessoal Fixos	182 302									182 302	
Avenças	39 330									39 330	
H.Extraordinárias	20 000									20 000	
Ajudas Custo	230 000	709 000	0	28 500	2 500					970 000	
Rem.Adicionais	300 000	1 633 739	46 261	20 000						2 000 000	
CGA	8 429 043	36 187					15 935			8 481 165	193 271
TSU	6 369 469	492 348			411 666	7 999	412 418			7 693 899	233 251
Proteção Social	64 271									64 271	
Custos Correntes e Capital (2) = (a) + (b) + (c) + (d)	19 693 191	7 215 424	395 648	1 086 500	2 758 936	499 366	0	1 785 999	2 142 790	35 577 853	0
Aq.Bens e Serviços (a) = (i) + (ii)	11 691 291	3 547 150	151 310	662 200	533 639	100 737	0	0	108 950	16 795 277	0
<i>Aq.Bens (i)</i>	<i>1 154 654</i>	<i>869 764</i>	<i>3 500</i>	<i>213 700</i>	<i>243 921</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>2 484 939</i>	<i>0</i>
Livros IST-Press e Reagentes	53 450	305	0	9 500	1 599					64 854	
Combustível	313 228	110 525	0	0	3 389					427 142	
Artigos Limpeza e Higiene	135 000	0	0	0						135 000	
Vestuario	7 610	1 260	0	4 000						12 870	
Mat. Escritório	300 670	236 470	0	71 500	33 880					642 520	
Ferram.e utensilios	86 800	86 270	3 500	20 000	9 877					206 447	
Material de Laboratório	116 700	272 340	0	65 500	170 361					624 901	
Outros Bens	141 196	162 594	0	42 600	24 815					371 205	
<i>Aq.Serviços (ii)</i>	<i>10 536 637</i>	<i>2 677 386</i>	<i>147 810</i>	<i>449 700</i>	<i>289 717</i>	<i>100 737</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>108 950</i>	<i>14 310 338</i>	<i>0</i>
Eletricidade+Agua+Gás	2 214 000	0	0	0						2 214 000	
Eficiência Energétic-Restituição Agencia Desenvolv Coesão		232 351	0	0						232 351	
Serv Limpeza e Higiene	2 682 261	0	0	0						2 682 261	
Conserv.Reparação	493 000	41 660	0	75 000						609 660	
Aluguer Equip (ex.Ar.Liquido)	50 635	414 520	0	0						465 155	
Comunicações	139 952	2 060	0	10 000						152 012	
Transportes (entre Pólos)	400 000	0	0	5 000						405 000	
Seguros	10 400	70 000	0	3 000						83 400	
Deslocações e Estadas e Congressos	154 135	800 945	4 500	33 400	70 150					1 063 130	
Prest.Serviços (ex.A3ES, Direitos Autor, Auditorias)	198 142	489 155	114 000	32 500	58 548	81 057		54 475		1 027 877	
Publicidade	126 200	7 245	7 310	3 000	6 027					149 782	
Segurança	2 044 000	0	0	0						2 044 000	
Asist.Técnica (ex.Fotocopiadoras)	330 895	13 645	0	70 700	2 657	19 680				437 577	
Trab.Especializados (ex.Médicos, G.resíduos, SAP, etc.)	1 373 936	130 995	0	195 000	139 746			54 475		1 894 152	
Patentes; Licenças	53 620	25 195	0	0						78 815	
Desp.Bancarias	48 745	78 455	0	500						127 700	
Outros Serv	216 716	371 160	22 000	21 000	12 589					643 465	
Transferências e Bolsas (b)	849 530	2 385 654	200 668	72 200	583 200	13 125	0	0	247 265	4 351 642	0
FMUL	254 500	0								254 500	
Transf Un.Europeia	34 000	265 899		12 200						312 099	
Transf outras instituições (ex.AEIST, Tuna, Parceiros Proj. etc)	131 030	76 520								207 550	
Bolsas	430 000	2 043 235	200 668	60 000	583 200	13 125			247 265	3 577 493	
Outras Despesa (c)	477 050	451 860	0	25 800	0	0	0	0	0	954 710	0
Taxas municipais	27 050	1 860	0	25 800						54 710	
IVA	450 000	450 000								900 000	
Investimento - Obras e Equipamento (d)	6 675 320	830 760	43 670	326 300	1 642 097	385 504	0	1 785 999	1 786 574	13 476 224	0
Obras	1 282 250	517 069	0	60 000					799 345	2 658 664	
Obras-Edificio sul								1 785 999		1 785 999	
Obras-Edificio norte (Jerónimo Martins)	5 000 000									5 000 000	
Eq.Informático	364 870	313 416	43 670	266 300	1 642 018	385 504			987 229	4 003 007	
Eq.Mobiliario	28 200	275	0	0	79					28 554	
										0	
Total (3) = (1) + (2)	99 701 843	12 381 625	441 909	1 135 000	4 964 209	542 430	2 281 797	1 785 999	2 142 790	125 377 601	2 222 702

* Despesa decorrente da estimativa dos aumentos salariais, sem cobertura orçamental, e que deveria ser compensada pelo Governo

** Programa Regional Lisboa 2030

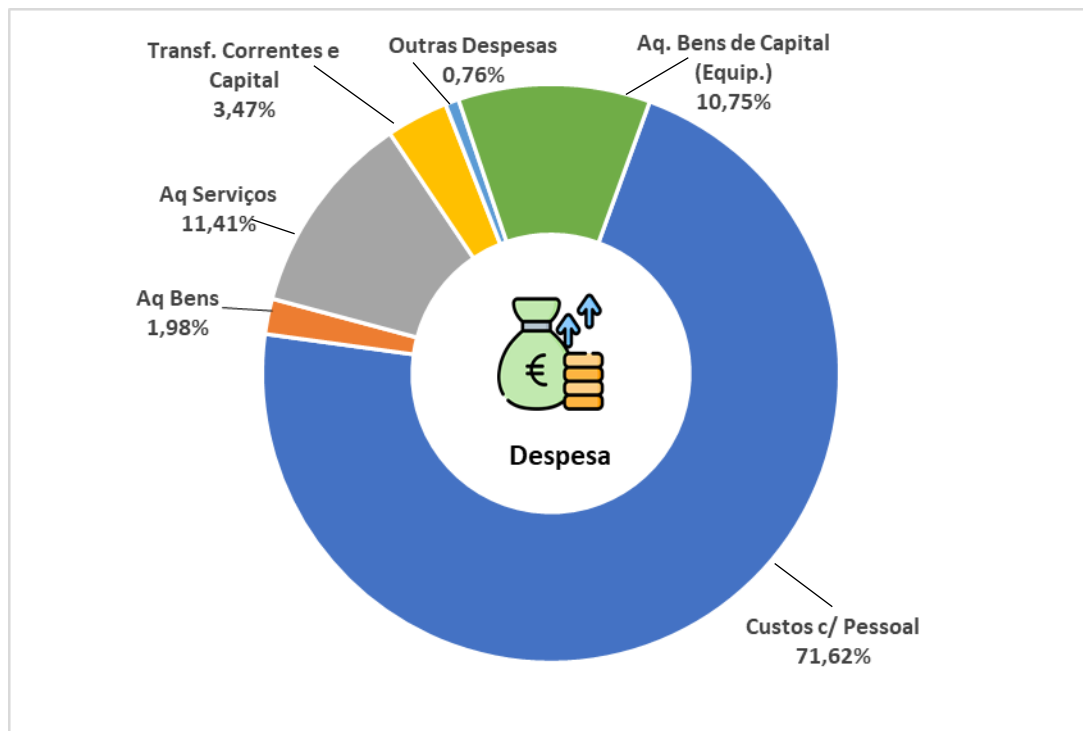


Figura 8: Distribuição da aplicação da despesa do IST para 2026

6 ORÇAMENTO DOS ÓRGÃOS CENTRAIS

De forma integrada entre os vários serviços, promove-se a manutenção de uma gestão financeira rigorosa, com foco na transparência e eficiência, que é uma prioridade para assegurar que os recursos sejam bem distribuídos e utilizados de acordo com os objetivos estratégicos.

A dotação orçamental dos órgãos centrais é gerida diretamente pelo Conselho de Gestão do IST enquadrada no Centro Financeiro 10 – Contabilidade Central.

6.1 RECEITA

A receita do Orçamento Básico dos Órgãos Centrais (O.C.) do IST para 2026 encontra-se resumida na Tabela 3, e mais detalhadamente descritas nas subsecções seguintes.

Tabela 3: Receita (€) dos Órgãos Centrais do IST para 2026

Orçamento Receita - Ano 2026	O.E.	R.P.	Total
Propinas e Tx (1)	0	12 660 375	12 660 375
Propinas		9 878 505	9 878 505
FCT-Propinas		1 632 000	1 632 000
Taxas e Emolumentos		1 149 870	1 149 870
Transferências (2)	68 539 908	9 448 225	77 988 133
OE	68 539 908		68 539 908
IST -Lei 37/2003, de 22 de agosto	62 011 585		62 011 585
IST - DL 29/2012, 9 de fev	6 528 323		6 528 323
FCT-Emprego Científico		1 180 075	1 180 075
Protocolo com Entidades Bancárias - Santander Totta		575 000	575 000
Protocolo com Entidades Bancárias - CGD		250 000	250 000
Rede Parceiros		1 873 150	1 873 150
Jerónimo Martins - edifício norte		5 000 000	5 000 000
Outras Transf		570 000	570 000
Venda Bens e Serviços (3) = (i) + (ii)	0	6 855 490	6 855 490
<i>Venda Bens (i)</i>	0	128 550	128 550
Livros, Reprografia e outros		128 550	128 550
<i>Venda Serviços (ii)</i>	0	6 726 940	6 726 940
Aluguer de Espaços		372 000	372 000
Serv.Laboratoriais		3 185 125	3 185 125
Act.Saúde		400 000	400 000
Outros Serviços		2 769 815	2 769 815
Imputações Internas		2 197 844	2 197 844
Total (4) = (1) + (2) + (3)	68 539 908	31 161 934	99 701 842

6.1.1 Propinas

Na Tabela 4 apresenta-se a previsão de receita para 2026 associada às propinas do ensino de graduação e pós-graduação. A receita de propinas é constituída pela soma do valor estimado para as propinas de licenciatura e mestrado, e a das propinas de doutoramento. O Conselho de Gestão prevê que a receita associada aos custos de formação suportados pela FCT, ascenda a aproximadamente 1 632 000 €, incluídos em Outros na Tabela 4.

Tabela 4: Previsão da receita das propinas de graduação do IST para 2026

Ano lectivo	Receita
1º ciclo	4 530 500
2º ciclo	3 334 963
3º ciclo	950 000
Mestrado Integrado	220 252
Outros (*)	2 474 790
	11 510 505

(*) C.Especialização; DFA; Unid..Curriculares Isoladas; C.Formação FCT; Estudantes internacionais

6.1.2 Taxas Diversas

A Tabela 3 inclui também uma previsão das receitas provenientes das taxas e emolumentos de graduação e pós-graduação, com origem distinta das propinas, no valor de 1 149 870 €. Esta receita é relativa a taxas de matrícula, de exames e de melhoria de nota e a emolumentos diversos previstos na tabela de emolumentos do IST constante do Guia Académico – Parte I.

6.1.3 Subsídios de Entidades Financeiras

A receita dos O.C., incluída na Tabela 3, inclui os subsídios atribuídos ao IST pelo Banco Santander e pela Caixa Geral de Depósitos, no montante global de 825 000€ (receita consignada às atividades dos núcleos de estudantes).

6.1.4 Venda de bens e serviços

No que concerne à rubrica associada à venda de bens e serviços, a mesma diz respeito essencialmente à componente de cedência de espaços para a realização do conjunto de atividades de suporte à escola, tais como a exploração de espaço de bares e restauração, instalação de sistemas de telecomunicações e serviços médicos, os serviços laboratoriais (exº LAIST) e outros serviços diversos (exº atividades realizadas no âmbito do Programa Ciência Viva, custos de estrutura das IPSFL). O total previsto é de 6 855 490 €.

6.1.5 Serviços de saúde

Tal como tem vindo a ser prática nas últimas décadas, mantém-se o orçamento na linha de ação dos Serviços de Saúde do Técnico, tendo uma estimativa de receita para 2026 da ordem dos 400 000€.

O programa de serviços de saúde do IST pretende fornecer cuidados médicos primários de baixo custo para estudantes, docentes, não docentes e investigadores dos três campi, não pretendendo, nem podendo, substituir-se ao Serviço Nacional de Saúde. Refira-se que o Técnico é a única escola a nível nacional que desde longa data inclui uma série de serviços de saúde para a sua comunidade, incluindo os de apoio e avaliação psicológica, com tempos de respostas inferiores aos do Serviço Nacional de Saúde.

6.2 DESPESA

A despesa associada à dotação do Orçamento do Estado ao IST para o ano de 2026, que é usada na íntegra para o pagamento parcial das despesas com pessoal, encontra-se destacada no ANEXO 1 deste documento. O pagamento dos restantes salários, do consumo de energia elétrica e de água, de telecomunicações, assim como a limpeza e a segurança, é totalmente assegurado por receitas próprias do IST.

A despesa a financiar pelas receitas próprias sob gestão direta do Conselho de Gestão para o ano de 2026 encontra-se destacada no ANEXO 2 deste documento.

A informação contida no Anexo 1 e no Anexo 2 permite identificar o valor das despesas orçamentadas para cada centro de custo. Para além dos custos com pessoal, estão orçamentadas todas as restantes despesas previstas para cada serviço. Caberá aos responsáveis de cada Direção garantir que as respetivas despesas não ultrapassem as dotações inscritas no Anexo 2.

6.2.1 Custos com o Pessoal

Na Tabela 5 apresenta-se a previsão dos encargos com pessoal para 2026 e a sua comparação com o valor orçamentado em 2025 para o IST. A coluna DL 29/2012, de 9 de fevereiro, corresponde aos encargos com o pessoal pertencentes ao ex-ITN, e que no âmbito desse Decreto-Lei foram inseridos no IST.

Na preparação do orçamento para 2026 estima-se que durante o ano as saídas por aposentação venham a ter um impacto de ~500k€. A contabilização deste valor é por defeito, uma vez que foram apenas considerados todos os casos de docentes, investigadores e técnicos e administrativos que atingem os 70 anos durante o decorrer de 2026, bem como os

não docentes que solicitaram a aposentação por atingirem a idade permitida por lei. Foi também efetuada uma previsão rigorosa relativamente às entradas expectáveis. Estas novas admissões têm um impacto esperado na massa salarial de ~2,2M €. Adicionalmente, o pessoal docente e investigador especialmente contratado terá uma dotação atribuída pelos órgãos centrais na ordem dos ~2M €.

Como referido anteriormente, e atendendo, a que à data da redação deste documento ainda não se encontra disponível a Lei do Orçamento do Estado, a projeção dos valores com despesas de pessoal referente aos aumentos salariais, encontram-se estimados com a atualização anunciada na comunicação social para os aumentos salariais para os trabalhadores da Administração Pública (56,58€ para vencimentos base até 2 631,62€ e 2,15% para vencimentos base superiores a 2 631,62€). Na globalidade, face ao orçamento de 2025, ocorre um acréscimo de ~5,6M€, encontrando-se esta despesa, grosso modo decomposta, em ~2,2M€ referentes a aumentos salariais, ~1,2M€ referentes a reposicionamentos remuneratórios de docentes, ~600k€ referentes a reposicionamentos remuneratórios decorrentes do SIADAP de técnicos e administrativos, e ~2,1 M€ referentes a novos concursos de docentes, investigadores e técnicos e administrativos (realce-se que na rubrica de recursos humanos, considerou-se um decréscimo de 500k€ referente a aposentações).

Relembra-se que os custos com pessoal do IST não são integralmente pagos pelo OE, tendo o IST que suportar o remanescente através das suas receitas próprias (espera-se a necessária compensação do Governo para fazer face aos aumentos salariais a existirem em 2026).

No que concerne às despesas associadas às alterações de reposicionamento remuneratório, por opção gestionária (seja para a carreira docente, de investigação e técnicos e administrativos), foi contemplada uma verba global que se estima no máximo poderá atingir 800k€. Se da aplicação das regras que vierem a ser aprovadas em sede de Orçamento do Estado para 2026, resultar a necessidade de utilização de verba superior, as verbas disponíveis para as remunerações adicionais, serão cativadas na mesma proporção.

Tabela 5: Encargos com Pessoal: Valores orçamentados em 2026, e comparação com o ano de 2025, para o IST

Rubrica	Orçamento de 2026									Orçamento de 2025		
	OE			RP			TOTAL OE + RP			Orçamento Inicial		
	IST	DL.29/2012	Total OE	IST	DL.29/2012	Total RP	IST	DL.29/2012	Total	OE	RP	TOTAL
Remuneração (1)	41 998 846	4 471 740	46 470 585	10 948 666	778 369	11 727 035	52 947 512	5 250 109	58 197 620	44 094 732	10 205 711	54 300 443
Contr Tarefa e Avença				39 330		39 330	39 330		39 330		43 830	43 830
Subsídio de Férias	3 509 077	376 222	3 885 298	885 889	64 864	950 753	4 394 966	441 086	4 836 051	3 663 358	867 718	4 531 076
Subsídio de Natal	3 503 907	372 645	3 876 552	912 389	64 864	977 253	4 416 296	437 509	4 853 805	3 663 358	867 718	4 531 076
Representação	86 603	4 097	90 699	43 559		43 559	130 162	4 097	134 258	103 330	36 121	139 451
Suplementos e prémios	48 044		48 044				48 044		48 044	48 044		48 044
Subsídio de refeição	1 346 647	189 262	1 535 909	900 461	24 933	925 394	2 247 108	214 195	2 461 303	1 603 732	439 862	2 043 594
Trabalho Extraordinário				20 000		20 000	20 000		20 000		20 000	20 000
Subsídio de trabalho nocturno	2 580	36 307	38 887	5 236		5 236	7 816	36 307	44 123	37 412	4 199	41 610
Ajudas de Custo				970 000		970 000	970 000		970 000		970 000	970 000
Remunerações Adicionais				1 955 877		1 955 877	1 955 877		1 955 877		2 324 755	2 324 755
Caixa Geral Aposentações	7 254 622	734 033	7 988 654	547 506	15 935	563 442	7 802 128	749 968	8 552 096	8 328 763	383 918	8 712 681
Contribuições para Seg. Social	4 065 726	515 457	4 581 183	2 842 048	199 738	3 041 786	6 907 774	715 195	7 622 969	3 890 664	2 498 415	6 389 080
Subsídio familiar a crianças e jovens	3 581	1 276	4 857	3 238		3 238	6 818	1 276	8 095	8 596	938	9 533
Serviços Sociais da Adm. Pública		19 239	19 239	34 357		34 357	34 357	19 239	53 596	20 288	31 198	51 487
TOTAL	61 819 632	6 720 277	68 539 909	20 108 556	1 148 703	21 257 259	81 928 188	7 868 980	89 797 168	65 462 277	18 694 382	84 156 659

(1) inclui pessoal do mapa, especialmente contratado e a aguardar aposentação

6.2.1.1 Trabalho Extraordinário

Para 2026 considerou-se o montante de 20 000€ em dotação para horas extraordinárias. Este montante corresponde a 0,022% da massa salarial para 2026.

6.2.1.2 Remunerações Suplementares

Serão aplicadas as remunerações suplementares constantes no Decreto-Lei 388/90, de 10 de dezembro. Os valores correspondentes a estes suplementos são os indicados na Tabela 6.

Tabela 6: Remunerações suplementares previstas no Decreto-Lei 388/90 para titulares de cargos de gestão do IST para o ano de 2026

Órgão de Gestão	Valor
Presidente do IST	6 765
Presidente do CC-IST	6 765
Presidente do CP-IST	5 557
Vice-presidentes do IST	36 965
TOTAL	56 051

6.2.2 Despesas de Funcionamento e Investimento

Nas subsecções seguintes destaca-se a previsão de encargos de funcionamento e investimento para rubricas selecionadas.

6.2.2.1 Despesas de Funcionamento

A Tabela 7 apresenta o total das despesas de funcionamento do IST previstas para 2026. Conforme se observa, a totalidade das despesas de funcionamento, excluindo parte das despesas com pessoal, é suportada por receitas próprias geradas pelo IST.

Tabela 7: Despesa dos Órgãos Centrais do IST para 2026

ORIGEM - DESPESA	O.E.	R.P.	Total
C.Pessoal (1)	68 539 908	11 468 744	80 008 652
Remunerações Certas e Permanentes	55 645 637	8 950 232	64 595 869
IST -Lei 37/2003, de 22 de agosto	50 368 996	8 950 232	59 319 228
CF10 - IST - DL 29/2012, de 9 de fev.	5 276 641		5 276 641
Abonos variáveis ou eventuais	36 375	513 625	550 000
IST -Lei 37/2003, de 22 de agosto		513 625	513 625
CF10 - IST - DL 29/2012, de 9 de fev.	36 375		36 375
Encargos Patronais e Protecção Social	12 857 897	2 004 886	14 862 783
IST -Lei 37/2003, de 22 de agosto	11 642 589	2 004 886	13 647 476
CF10 - IST - DL 29/2012, de 9 de fev.	1 215 307		1 215 307
Custos Correntes e Capital (2) = (a) + (b) + (c) + (d)	0	19 693 191	19 693 191
Aq.Bens e Serviços (a) = (i) + (ii)	0	11 691 291	11 691 291
<i>Aq.Bens (i)</i>	0	1 154 654	1 154 654
Livros IST-Press e Reagentes		53 450	53 450
Combustível		313 228	313 228
Artigos Limpeza e Higiene		135 000	135 000
Vestuario		7 610	7 610
Mat.Escritório		300 670	300 670
Ferram.e utensilios		86 800	86 800
Material de Laboratório		116 700	116 700
Outros Bens		141 196	141 196
<i>Aq.Serviços (ii)</i>	0	10 536 637	10 536 637
Eletricidade+Agua+Gás		2 214 000	2 214 000
Serv Limpeza e Higiene		2 682 261	2 682 261
Conserv.Reparação		493 000	493 000
Aluguer Equip (ex.Ar.Liquido)		50 635	50 635
Comunicações		139 952	139 952
Transportes (entre Pólos)		400 000	400 000
Seguros		10 400	10 400
Deslocações e Estadas e Congressos		154 135	154 135
Prest.Serviços (ex.A3ES, Direitos Autor, Auditorias)		198 142	198 142
Publicidade		126 200	126 200
Segurança		2 044 000	2 044 000
Asist.Técnica (ex.Fotocopiadoras)		330 895	330 895
Trab.Especializados (ex.Médicos, G.residuos, SAP, etc.)		1 373 936	1 373 936
Patentes; Licenças		53 620	53 620
Desp.Bancarias		48 745	48 745
Outros Serv		216 716	216 716
Transferências e Bolsas (b)	0	849 530	849 530
FMUL		254 500	254 500
Transf Un.Europeia		34 000	34 000
Transf outras instituições (ex.AEIST, Tuna, etc)		131 030	131 030
Bolsas		430 000	430 000
Outras Despesa (c)	0	477 050	477 050
Taxas municipais		27 050	27 050
IVA		450 000	450 000
Investimento - Obras e Equipamento (d)	0	6 675 320	6 675 320
Obras		1 282 250	1 282 250
Obras-Edifício norte (Jerónimo Martins)		5 000 000	5 000 000
Eq.Informático		364 870	364 870
Eq.Mobiliario		28 200	28 200
Total (3) = (1) + (2)	68 539 908	31 161 934	99 701 842

6.2.2.2 Despesas Fixas

Na Tabela 8 são apresentadas as tipologias de despesas que correspondem às necessidades fixas do IST para assegurar o seu normal e regular funcionamento.

Resulta da análise desta tabela que o “nível basal” do Técnico ascende a ~106M €. Atendendo a que o orçamento de despesa ascende a aproximadamente 125,4M € (tendo este o OE totalmente consumido, e grande parte das RP despesa consignada), o diferencial terá de fazer face a (i) todas as despesas associadas ao funcionamento do Técnico na sua vertente de ensino e investigação (energia, água, segurança, limpeza, etc.), (ii) despesas de manutenção (preventiva e corretiva), (iii) despesas de investimento, (iv) despesas correntes e (v) despesas imprevistas.

Tabela 8: Despesas Fixas do IST para 2026

Despesas Fixas	Orçamento de Estrutura do IST	Despesa S/ Cobertura Orç *	Orçamento de Investigação e Serviços do IST									Total
	CF10	CF20	PRR Agendas	PRR Digital +	FCT Tenure	AIDE CCDR	Flagship CCDR	CF36	CF38	Total Inv.Serv.		
C.Pessoal (c.fixos)	77 331 088	2 222 702	2 823 462	2 202 773	43 064	2 281 797					7 351 096	86 904 886
Bolsas	430 000		2 043 235	583 200	13 125			247 265	200 668	60 000	3 147 493	3 577 493
Eletricidade, Água, Gás	2 214 000										0	2 214 000
Eficiência Energétic-Restituição Agencia Desenvol Coesão	0		232 351								232 351	232 351
Limpeza	2 682 261										0	2 682 261
Segurança	2 044 000										0	2 044 000
Comunicações (correio, telefones, TV, TM, Voip, etc)	139 952		2 060						10 000		12 060	152 012
Manutenção	493 000		41 660						75 000		116 660	609 660
Espaços Verdes	172 200										0	172 200
Elevadores	27 060										0	27 060
Resíduos	113 529										0	113 529
Fotocopiadoras	88 560										0	88 560
Gases Químicos	66 174		414 520								414 520	480 694
Manutenção Rede Informatica	29 520										0	29 520
Medicos/Enf.	400 000										0	400 000
Papel-NCA	30 000										0	30 000
PSP	98 400										0	98 400
Seguros alunos/bolseiros	10 400		70 000								73 000	83 400
Análises-LAIST	800 000									3 000	0	800 000
Transporte entre pólos	400 000										0	400 000
Viaturas (portagens+combustivel)	72 650										0	72 650
Cons.Gestão CG	45 000										0	45 000
IVA	450 000		450 000								450 000	900 000
Despesas Bancárias	48 745		78 455							500	78 955	127 700
Obras Edifícios e Laboratórios							1 785 999	1 895 524			3 681 524	3 681 524
Total Despesa Fixas 2019	88 186 539	2 222 702	6 155 743	2 785 973	56 189	2 281 797	1 785 999	2 142 790	200 668	148 500	15 557 659	105 966 900
	90 409 242					15 208 491						

* Despesa decorrente da estimativa dos aumentos salariais, sem cobertura orçamental, e que se aguarda compensação do Governo

6.2.2.3 Despesas de Investimento

Como referido anteriormente, para além das despesas de manutenção correntes (apenas a que o orçamento nos restringe) delineou-se um Plano de Investimentos, com recurso a saldos transitados, parcerias empresariais e mecenas, pretendendo-se, após mais de uma

década de dificuldades no investimento, contemplar intervenções nos 3 campi do IST. Este Plano de Investimentos inclui uma componente a desenvolver pela Área de Instalações e Equipamento, com particular destaque para a reabilitação das infraestruturas mais envelhecidas, e a modernização e instalação de novos equipamentos, e uma segunda componente a desenvolver pela Direção das Tecnologias de Informação e Comunicação, através de um programa de atualização de estruturas informáticas transversais (mais detalhado na secção 3 deste documento).

6.2.2.4 Despesas Órgãos de Escola (CE, CP, CC, AE)

Com o intuito de apoiar eventuais gastos a desenvolver pelos outros órgãos da Escola, decidiu o CG atribuir a verba de 12k€ (3k€ para cada órgão) para o Conselho de Escola, Conselho Pedagógico, Conselho Científico, e Assembleia de Escola.

No caso do Conselho Pedagógico, estando a gerir o arranque da nova licenciatura Geni, procede-se a uma dotação extraordinária de 3k€.

6.2.2.5 Despesas Desenvolvimento institucional e Gestão

Destacam-se de seguida as principais linhas de ação com despesas relacionadas com o desenvolvimento institucional e de gestão.

- Capacitação e Desenvolvimento Profissional: Apoio ao corpo de técnicos e administrativos (TA): O Plano de Formação Individual Plurianual está a ser preparado com o objetivo de identificar de forma sistemática as necessidades formativas dos colaboradores, no cumprimento do estabelecido na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), através da implementação de uma ferramenta prática de apoio aos Coordenadores. Esta ferramenta permitirá que os Coordenadores, de forma autónoma, realizem o levantamento das necessidades de formação dos seus trabalhadores, garantindo uma abordagem mais personalizada e eficiente. O plano visa, assim, assegurar que todos os membros da equipa adquiram as competências necessárias para o seu desenvolvimento contínuo e para o sucesso organizacional. No âmbito da Área de Bem-Estar e Desenvolvimento de Pessoas, está a ser desenhado um programa específico de formação destinado aos Coordenadores e às Lideranças. Este programa tem como principal objetivo dotar os Coordenadores de competências práticas na gestão de equipas, no acompanhamento do trabalho e no estabelecimento de objetivos, permitindo-lhes otimizar a performance das suas equipas. Além disso, o programa

incluirá componentes de desenvolvimento pessoal, visando também o crescimento individual dos Coordenadores, de forma que possam liderar de forma mais eficaz e empática, promovendo um ambiente de trabalho saudável e produtivo. A dotação orçamental aproximada neste âmbito da formação de TA será aproximadamente de 260k€.

- Programa de Acolhimento de Técnicos e Administrativos: As Atividades de Acolhimento e Integração dos novos Técnicos e Administrativos (T&A's) e Bolseiros no IST têm evoluído ao longo dos últimos anos, com o objetivo de garantir uma integração eficaz e promover o alinhamento com os valores e a missão da instituição: (i) Sessões Mensais de Boas-Vindas, iniciadas em 2022, são agora realizadas na primeira quarta-feira de cada mês, devido ao aumento do número de novos trabalhadores em 2024; (ii) Evento Bem-Vind@ ao Técnico, que marca o final do primeiro ano de funções dos novos T&A's, é uma iniciativa importante para promover a coesão e o espírito de equipa entre os colaboradores; tem uma forte componente de team-building, onde os Diretores dos Serviços apresentam os seus departamentos de forma descontraída e informal; (iii) IST 360° é uma formação inicial obrigatória para os novos Técnicos Superiores (TS) do IST, substituindo a formação obrigatória CAT anteriormente oferecida pelo INA. A formação é inteiramente ministrada por formadores internos, garantindo que os novos TS adquiram as competências e o conhecimento necessários para desempenharem as suas funções de forma eficaz. A formação, que deve ser realizada durante o primeiro ano de funções, contribui para a adaptação dos novos colaboradores à cultura organizacional do IST e à execução das suas funções dentro do contexto específico da instituição (em paralelismo com o que é feito para as novas contratações de docentes e investigadores. No geral, para o Programa de Acolhimento de Técnicos e Administrativos, a dotação orçamental é da ordem dos 8k€.
- PhD4value: O PhD4Value é um programa de formação e desenvolvimento profissional direcionado para alunos de doutoramento e jovens investigadores, com o objetivo de os preparar para os desafios de um ambiente de trabalho dinâmico, multidisciplinar e internacional. Este programa procura dotar os participantes de ferramentas essenciais para a sua inserção e sucesso em contextos profissionais variados, promovendo o desenvolvimento de uma mentalidade flexível e resiliente que responda às exigências da investigação e do mercado de trabalho. A estrutura do PhD4Value assenta num modelo abrangente de desenvolvimento de competências, que inclui quatro eixos principais: Competências de Investigação, Eficácia Pessoal, Desenvolvimento de Carreira e Envolvimento Interpessoal. Dentro destes eixos, são trabalhadas 15 competências

específicas que vão desde a gestão de projetos e informação, passando pela resiliência, autoliderança e criatividade, até à liderança, mentoria e planeamento proativo. Este leque de competências foi cuidadosamente selecionado para garantir uma formação integral, que capacite os investigadores a enfrentar os desafios técnicos, interpessoais e éticos que possam surgir ao longo das suas carreiras. Para apoiar o desenvolvimento destas competências, o PhD4Value oferece formação profissional contínua e aconselhamento de carreira, promovendo uma aprendizagem prática e aplicada. Através de workshops, sessões de mentoria e atividades de networking, os participantes têm a oportunidade de aperfeiçoar habilidades fundamentais, como escrever e apresentar com impacto, gestão de financiamento e colaboração em equipa, reforçando a sua capacidade para contribuir de forma inovadora e eficaz em contextos académicos e empresariais. Este programa é, assim, um investimento no futuro dos investigadores e na construção de uma comunidade científica mais forte e qualificada. Esta iniciativa está ainda em fase de implementação, mas para 2025 estima-se ter despesa na ordem dos 5k€.

- Certificação Human Resources Strategy for Researchers (HRS4R): O Human Resources Strategy for Researchers (HRS4R) é uma certificação atribuída pela União Europeia, através da plataforma EURAXESS, com o objetivo de apoiar as Instituições de Ensino Superior e de Investigação na aplicação do Quadro Europeu para os Investigadores e do Código de Conduta para o Recrutamento. Esta certificação visa promover boas práticas no recrutamento e na gestão de recursos humanos no setor da investigação, garantindo um ambiente de trabalho que valorize a transparência, a meritocracia e a mobilidade dos investigadores. O processo de certificação HRS4R organiza-se em três fases, distribuídas ao longo de um ciclo de 12 anos. A primeira fase, a Fase Inicial, tem a duração de um ano e corresponde à fase de candidatura, que inclui a elaboração de uma análise de lacunas (Gap Analysis), a lista de critérios OTM-R (Open, Transparent, and Merit-Based Recruitment) e o desenho inicial do Plano de Ação. Atualmente, prepara-se a implementação de ações que reforcem o alinhamento com os padrões europeus. Seguindo a Fase Inicial, inicia-se a Fase de Implementação, com a duração de cinco anos, em que o Plano de Ação é executado e posteriormente revisto através de uma avaliação interna. Após esta fase, ocorre a Fase de Renovação da Certificação, que se estende por seis anos e começa com uma visita de monitorização pela equipa do EURAXESS, para validar o progresso e implementar um Plano de Ação Melhorado. No final do ciclo, a certificação é renovada com uma nova visita presencial, consolidando o compromisso com a melhoria contínua e com os princípios de excelência em recursos humanos para a investigação. Para esta iniciativa estima-se poder atingir os 10k€.

- Comunicação e Divulgação institucional: A comunicação e divulgação institucional desempenha um papel fundamental na construção de imagem, no fortalecimento da identidade e no compromisso com os diversos públicos — estudantes, docentes, investigadores, colaboradores, ex-alunos e a comunidade externa, visando também uma comunicação institucional eficiente e transparente, que irá atrair novos alunos, promover a investigação e os valores académicos e manter a comunidade informada. Para tal, em 2026, pretende-se aprofundar mais esta vertente com a diversificação de estratégias, de canais de comunicação externa e interna e ações de comunicação integrada, que terá um orçamento na ordem dos 200k€.
- Tecnologia e Inovação Digital: também incluído no Plano de Investimento na infraestrutura de TI e Cibersegurança, com o investimento em sistemas de tecnologia da informação, incluindo redes, servidores e segurança cibernética, para o melhor apoio às necessidades académicas e administrativas de maneira eficiente e segura. Em 2026 dá-se continuidade a esta linha do plano de investimento na infraestrutura de TI e Cibersegurança, nomeadamente com a renovação e expansão da infraestrutura computacional e dos sistemas de tecnologia da informação, incluindo infraestrutura de redes e servidores. Este plano contempla também ainda o reforço e expansão dos centros de dados do IST. O plano de execução contempla também a revisão das políticas de segurança das estações de trabalho dos serviços administrativos e a implementação de políticas de segurança atualizadas face às cada vez maiores exigências. Neste contexto, e ao nível de todos os nossos serviços e sistemas de tecnologia da informação, será necessário atender à diretiva NIS2 e às diretivas que venham a ser definidas pelo Governo para as instituições de ensino superior. Será também necessário atender e implementar as diretivas que venham a resultar da implementação Regulamento Europeu da Inteligência Artificial, nomeadamente no que à administração pública e às instituições de ensino superior diz respeito. Refira-se ainda a previsão da duplicação de capacidade do centro de dados da Alameda com a expansão/renovação dos sistemas de refrigeração, e que inclui também despesas de construção e adequação de infraestruturas e alimentação de energia, a manutenção e aumento de capacidade de resposta em momentos e eventos críticos. Vai dar-se continuidade à renovação da infra-estrutura de rede, desde pontos de acesso WiFi a equipamentos de interligação e fibra óptica, à renovação dos equipamentos terminais dos serviços centrais, incluindo computadores portáteis, de secretária, e ecrãs, à renovação dos servidores, bem como proceder ao aumento de capacidade de armazenamento

e cópias de segurança. Estando incluído no Plano de Investimento, e consoante as disponibilidades, preconiza-se um orçamento de ~3M€.

- Melhorias nas áreas de Tecnologias de Informação para suportar a educação híbrida e digital: Investir em TI para educação híbrida e digital não é apenas uma necessidade técnica, mas uma estratégia fundamental para transformar a experiência académica e preparar o IST para os desafios que se avizinham no futuro próximo. continuar a renovação da infra-estrutura tecnológica nas salas aulas, nomeadamente através da instalação de painéis interativos tal como já existem na sala IA, na sala C13 e em salas de aula do Edifício de Civil. Faz também parte do plano de execução a renovação continua e expansão da rede WiFi dos 3 polos. Em termos de plataformas e licenças, para além da manutenção das várias atuais, temos como objetivo consolidar a disponibilização institucional do Moodle, de forma escalável, incluindo LTI (Learning Tools Interoperability), dar continuidade ao Overleaf, ao GitHub, à implementação do ESC (European Student Card) e do EWP (Erasmus Without Papers), bem como software de uso geral da Escola, como as licenças Microsoft, Zoom, Matlab, Mathematica, Socrative, Kahoot. Está também em desenvolvimento, em harmonia com o Conselho Pedagógico, uma plataforma de monitorização de ensino. Estima-se uma dotação orçamental para 2026 de 400k€. Ressalve-se que em paralelo, no âmbito do Plano de Investimento, com recurso a saldos transitados, a dotação orçamental nesta área atinge valores muito superiores.
- Desmaterialização de processos na forma digital: O IST tem vindo a desenvolver junto dos serviços um processo contínuo de desmaterialização de processos, alinhado com a estratégia de modernização administrativa em curso, com vista a ganhar eficiência, simplificar procedimentos e tornar os diversos atos administrativos mais transparentes. Pretende-se que a cobertura deste projeto de desmaterialização abranja todos os processos administrativos da escola e em tempo útil (num prazo inferior ao atual mandato do Conselho de Gestão). Com um objetivo tão ambicioso, conhecendo a complexidade inerente dos processos e sabendo à partida que os recursos humanos próprios já instalados serão insuficientes para cumprir este objetivo no timing estipulado, é necessário encontrar mais recursos para paralelizar este projeto de desmaterialização. A solução a implementar deve assentar na evolução dos sistemas de informação já presentes no IST, mantendo a autonomia do IST sobre a operação destes sistemas, e garantindo uma abordagem de código aberto sempre que possível, de modo a proporcionar maior autonomia na manutenção e gestão de futuros desenvolvimentos. Será assim mais fácil alocar recursos humanos próprios para a participação e evolução

desses sistemas de informação e recorrer a outsourcing sempre que seja necessário aumentar a capacidade produtiva.

Objetivos gerais: desmaterializar todos os processos administrativos; desmaterializar todos os processos académicos; capacitar os utilizadores a serem autónomos no registo de informação e no acompanhamento de processos; reduzir a necessidade de introdução manual de informação em sistemas; reduzir a necessidade de transmissão de informação fora do sistema de informação; integrar os processos desmaterializados com um sistema de gestão de arquivo. Este processo teve início na Direção Académica e na Direção de Recursos Humanos iniciados no decurso de 2024, com os processos de emissão de documentos académicos e de contratação de docentes especialmente contratados. Esta transformação implica a digitalização completa dos documentos e dos fluxos de trabalho, substituindo o formato físico pelo digital. Esta abordagem trouxe vantagens significativas em termos de eficiência e agilidade, eliminando a necessidade de circulação de papel, providenciando transparência na execução das etapas dos processos, permitindo a pesquisa automática de histórico, potenciando a futura preservação digital, permitindo uma gestão mais eficiente dos recursos, com menor impacto ambiental, por exemplo com a desmaterialização do processo de contratação de bolseiros e de todos os formulários disponibilizados na página da Direção de Recursos Humanos. Atualmente, encontra-se em fase de finalização o processo de desmaterialização da contratação dos docentes e investigadores de carreira.

Metas a atingir em 2026: substituir todos os formulários atualmente presentes no site da Direção de Recursos Humanos por formulários online referentes a Técnicos e Administrativos, Docentes e Investigadores, e Bolseiros; tramitar o tratamento de todos os formulários da Direção de Recursos Humanos por via de um motor de execução de processos; substituir todos os formulários atualmente presentes nos sites da Direção Académica por formulários online; tramitar o tratamento de todos os formulários da Direção Académica por via de um motor de execução de processos; eliminar a necessidade de passagem manual de informação em formulários para o sistema de informação empresarial (ERP) do IST incluindo reservas, cabimentos e compromissos; desmaterializar os processos de contratação de pessoal (docentes, investigadores, docentes especialmente contratados, bolseiros e técnicos e administrativos); desmaterializar os processos de candidatura e de ingresso de alunos para todos os tipos de contextos; desmaterializar os processos de gestão de bolsas de mecenato no âmbito do NDA; disponibilizar uma plataforma de arquivo digital de preservação de longo termo para artefactos digitalizados pelo arquivo e nado digitais que sejam resultantes do motor

de execução de processos; desmaterialização dos processos de gestão de projetos de investigação e desenvolvimento; consolidação e otimização dos processos implementados. O processo tem vindo a ser desenvolvido internamente com recursos próprios e em colaboração com recursos em outsourcing, contando ainda com um investimento significativo em bolsas, no sentido de atingir uma maior abrangência de processos e serviços. Neste âmbito, para 2026, e também no âmbito do Plano de Investimento, estima-se um orçamento de 500k€.

6.2.2.6 Despesas de apoio à saúde e bem-estar da Comunidade IST

O apoio à saúde e bem-estar no IST é essencial para garantir que os alunos e restante comunidade IST tenham uma experiência académica saudável e equilibrada, possibilitando que aproveitem ao máximo seu potencial académico e pessoal. O IST pretende desempenhar um papel importante na saúde e bem-estar de toda a comunidade, ao oferecer serviços e recursos que promovam a saúde física, mental e emocional. Abaixo estão elencadas algumas estratégias e tipos de apoio que podem ser disponibilizados:

- Plano de bem-estar: O Núcleo de Bem-Estar e Conciliação (NBC) tem como missão implementar o Plano de Bem-Estar do IST, desenvolvendo e apoiando atividades nas áreas do desporto, saúde (laboral, nutricional e mental), responsabilidade social, conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, promovendo o sentimento de pertença à Instituição. Através das ações desenvolvidas o NBC pretende contribuir para um melhor ambiente de trabalho e para uma melhor qualidade de vida de todos os trabalhadores do IST. Destaque-se a iniciativa Working@Técnico. A Comissão Working@Técnico surge como uma evolução natural da Comissão de Avaliação dos Riscos Psicossociais no IST (CARP-IST), cuja atuação, desde a sua criação em 2017, tem sido essencial na promoção do bem-estar e na avaliação dos riscos psicossociais. Esta comissão, que iniciou formalmente funções no 2º semestre de 2025, terá como principais objetivos a definição das orientações gerais do Plano de Bem-Estar para cada ano civil, a coordenação na implementação de normas e certificações associadas ao bem-estar dos trabalhadores, e a organização de uma sessão anual de divulgação e promoção das atividades de bem-estar. Adicionalmente, a comissão constituirá Grupos de Trabalho ad-hoc para abordar temas de relevância e impacto futuro, garantindo uma resposta adaptada às necessidades emergentes da comunidade não discente do IST. Realce-se ainda a Plataforma Work Place Options para todos os trabalhadores do IST, que engloba um programa de apoio a todas as tipologias de trabalhadores do IST, que

inclui meios de comunicação próprios, no sentido de proporcionar apoio emocional e apoio social (ex^o consultas antes da licença parental e reintegração, apoio ao crescimento pessoal e profissional, etc.). Para estas iniciativas preconiza-se um orçamento na ordem dos 35k€.

- **Gender Balance**: O equilíbrio de género numa instituição universitária como o IST é essencial para criar um ambiente académico inclusivo, equitativo e diversificado. A busca por um balanceamento de género não se limita a uma divisão numérica equilibrada entre homens e mulheres, mas também inclui a promoção de igualdade de oportunidades e a redução de vieses estruturais que possam dificultar o acesso e o progresso académico de qualquer género. Esse equilíbrio beneficia a instituição como um todo, pois promove inovação, diversidade de pensamento e inclusão social. Destaquem-se algumas iniciativas já referidas anteriormente, como o apoio à conciliação entre a vida académica e pessoal (ex^o horários adaptáveis promovendo o bem-estar e a retenção de talentos), e o Prémio Maria de Lourdes Pintasilgo. Este prémio tem como objetivo reconhecer o papel crucial que as mulheres desempenham em todas as áreas da Engenharia. O Prémio destina-se a galardoar anualmente duas mulheres, formadas pelo Técnico: uma antiga aluna que tenha completado o seu ciclo de estudos no Técnico há mais de 15 anos e que se tenha destacado pelas suas contribuições profissionais e/ou sociais; e uma recém-graduada do Técnico que se tenha destacado pela qualidade científica da dissertação de Mestrado e pelo percurso académico no Técnico. O prémio de 5k€ é atribuído à recém-graduada com o objetivo de a apoiar no desenvolvimento inicial da sua carreira profissional.
- **Provedoria**: A constituição do Gabinete de Provedoria no IST teve por objetivo a defesa e a promoção dos valores do Técnico e dos direitos legítimos de todos os seus membros, a promoção do respeito pelo indivíduo, a qualidade da vivência académica e profissional e impedir preconceito, discriminação e abuso. Os regulamentos finais do Provedor do Ensino e do Provedor dos Profissionais foram aprovados pelo Conselho de Escola em 13 de abril de 2022, altura em que o Gabinete iniciou a sua atividade. O reconhecimento pela Escola pode ser aferido pela atividade desenvolvida junto dos Estudantes e dos Profissionais que pode ser consultado no relatório anual da Provedoria (<https://provedoria.tecnico.ulisboa.pt>). Foi atribuído à Provedoria, pelo Presidente do IST, um espaço físico no Complexo Interdisciplinar, que após obras de melhoramento durante 2024, se encontra em pleno funcionamento desde o início do ano de 2025. Para 2026 pretende-se continuar a aumentar a visibilidade do gabinete de Provedoria dentro e fora do Técnico (participação na Rede Portuguesa de Provedores do Estudante do

Ensino Superior), e a colaborar ativamente com os órgãos / serviços / departamentos / institutos de investigação do universo Técnico na promoção e divulgação dos Valores de forma que esses princípios sejam observados na comunidade, através: da divulgação do Guia de Valores Orientadores - <https://drive.tecnico.ulisboa.pt/download/288548788178745> (produção de 3000 brochuras) no acolhimento e sessões de boas-vindas dos trabalhadores/as e estudantes do Técnico; do apoio aos 70 “Embaixadores/as dos Valores” (criados em 2025) através de formação (2 workshops anuais) que ajudem na promoção dos Valores do Técnico nos seus ambientes de trabalho/estudo e de eventos de partilha de experiências (exº pic-nic de partilha de experiências); evento anual para divulgação dos Valores e partilha de ideias com a participação dos 70 Embaixadores/as; concurso de ilustração dos Valores e respetivos comportamentos associados (prémio), lançado em 2025 e que gostaríamos de replicar em 2026; “Celebrar os Valores”- Criação de um reconhecimento que celebre pessoas da comunidade Técnico que se destacam na sua atuação por incorporarem os Valores. Estas atividades foram orçamentadas em 5k€.

- Programa de Consolidação de equipas IST: No ano de 2025, por iniciativa do Conselho de Gestão em articulação com a Provedoria, e na sequência do Lançamento do Programa Embaixadores/as dos Valores, criou-se o “Programa Consolidação de Equipas por Serviço do IST”, dotando um valor unitário de 30€ por pessoa, para cada serviço que pretenda desenvolver atividades no âmbito deste Programa, em harmonia com os objetivos do Programa Embaixadores/as dos Valores e da Provedoria, que será quem passará a gerir o Programa. Estima-se para 2026, um orçamento de 30k€.
- Serviços de Saúde: Os serviços de saúde do IST abrangem uma série de especialidades médicas e de enfermagem, que têm por objetivo dar um adequado apoio de proximidade a toda a comunidade IST, no que concerne à saúde e bem-estar. Assim, disponibilizam-se apoios em diversas especialidades: Avaliação Psicológica; Clínica Geral; Fisiatria; Fisioterapia; Ginecologia–Obstetrícia; Medicina Dentária; Nutrição; Osteopatia; Psicoterapia e aconselhamento de adultos; Psiquiatria; Terapia da fala; Terapia Familiar; Serviço de Enfermagem; Sexologia. Este serviço assegura também as consultas de medicina de trabalho aos trabalhadores do IST. Para conseguir disponibilizar esta diversidade de serviços, o orçamento será na ordem dos 400k€.
- Apoio à APIST no desenvolver de algumas das suas atividades, nomeadamente as relacionadas com o infantário e eventos, como a Festa de Natal, Magusto, etc., com uma previsão de orçamento anual de 14k€.

6.3 INVESTIMENTO NA QUALIDADE DE ENSINO, INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO

O investimento na qualidade de ensino, investigação e formação, em alinhamento com o Plano Estratégico, está focado em melhorar a experiência educacional dos alunos, promover a excelência académica, fortalecer a componente de investigação e dotar de mais ferramentas os docentes e investigadores. Neste sentido, o orçamento do IST para 2026 inclui o reforço na dotação orçamental das unidades académicas (UAs), enquadrado no âmbito do CC3, dando também continuidade à dotação para as plataformas transversais (PT), coordenação de cursos (C. Cursos) e Laboratórios de Tecnologias de Informação (LTIs). No mesmo sentido, prossegue o investimento na capacitação e dotação de melhores e novas competências no âmbito das atividades de docência e investigação, através de:

- (i) **Iniciativa Técnico *Capacity Building Hub*** (descrição mais detalhada na secção 6.3.4.), criada em 2024 (algumas das iniciativas que integra estavam já em curso há vários anos), inclui:
 - a. Programa **Start-up Funds** – Bolsas incentivo PAX-IAS em período experimental;
 - b. Programa **Digital+** (onde se incluem também os projetos PIP);
 - c. Programa **Shaping the Future** para a promoção da integração e adaptação dos novos docentes e investigadores ao IST, onde é integrado o Programa **+Projetos** (para promover e aumentar a participação de docentes e investigadores do IST em projetos de investigação);
- (ii) **Programa FCT Tenure Plus Técnico** (secção 6.3.5.); criado em 2024 para o estímulo à investigação de todas as contratações de 2024 e 2025 (submetidas na candidatura à FCT), na sequência dos resultados obtidos na candidatura à FCT do Programa FCT Tenure, abrangendo mesmo as contratações não elegíveis pela FCT na referida candidatura;
- (iii) **Prémio Brito Camacho - *Teaching Assistant Program*** (secção 6.3.6.); criado em 2023, para a atribuição de bolsas de mérito a doutorandos com contrato de trabalho como Assistentes Convidados a 59%, visando reforçar a Escola Doutoral e estimular o seu contributo para a lecionação (em articulação com os departamentos);
- (iv) **Escola Doutoral** (secção 6.3.7.); criada em 2024, visa implementar um programa de formação em competências transversais, oferecendo um programa Fast Track para a entrada no 3º ciclo a estudantes de mestrado do Técnico, promovendo estágios em empresas ou em ambiente internacional, incluindo doutoramentos em co-tutela, bem como apoiar o PhD Student hub, entre outras iniciativas.

- (v) **Prémio Maria Amélia Chaves** (secção 6.3.8.); criado em 2025 e que constitui um prémio de mérito a atribuir a doutorandos, que sejam bolsiros de investigação pagos por projetos das Unidades de Investigação (UID) ou bolsiros (BIC) do IST e simultaneamente sejam alunos *PhD Fast Track* (no âmbito da Escola Doutoral), ou que sejam BIC e doutorandos do IST, estimulando-se assim o seu contributo para a investigação;
- (vi) **Programa da Semana Acolhimento** (secção 6.3.9.), é um evento para dar as boas-vindas aos novos estudantes e facilitar a sua integração na comunidade académica.

Realce-se que o “**Programa FCT Tenure Plus Técnico**” (iniciativa promovida pelo IST na sequência do programa da FCT para a promoção de contratos permanentes de docentes e investigadores - Programa FCT Tenure), é um programa que impacta nas atividades de todas as contratações de 2024 e 2025 (submetidas na candidatura à FCT) em 3 dimensões:

- (i) promoção à investigação, com a afetação de 4h de carga letiva efetiva a todos os docentes (e não apenas aos elegíveis pelo Programa FCT Tenure) que foram contratados (e em período experimental) pelo IST no âmbito dos concursos abertos na 1ª edição do Programa da FCT – Programa FCT Tenure (dotando para isso de um orçamento complementar para contratações compensatórias aos respetivos departamentos – PDEC – Pessoal Docente Especialmente Contratado);
- (ii) promoção à internacionalização e *networking*, com o incremento do financiamento da componente sabática das *Start Up Funds*;
- (iii) incremento do número de alunos de doutoramento, com a promoção ao financiamento de alunos para o desenvolvimento do seu doutoramento, com o reforço do financiamento à contratação de alunos de doutoramento (Assistente Convidado 59%), reforçando também o seu contributo para as atividades letivas. Pretende-se assim, estimular a formação de equipas aos novos contratados.

A **Escola Doutoral**, terá orçamento para o conjunto de novas iniciativas que levará a cabo, bem como para o já habitual evento *PhD Open Days*, que terá a sua 12ª edição, e que constitui uma oportunidade para os estudantes de doutoramento socializarem e partilharem os seus trabalhos com a comunidade académica, empresas e *alumni*, tendo usualmente a participação de convidados de prestígio das áreas da ciência, investigação e inovação, exposição permanente de cartazes sobre temas de investigação realizados pelos estudantes, debates, mesas redondas, concurso de apresentações curtas, e a tradicional sessão “*Out of the box*”.

A criação dos prémios **Maria Amélia Chaves** em 2025 e **Brito Camacho** em 2023 visam essencialmente promover a melhor atratividade e igualdade de oportunidades aos estudantes de doutoramento do universo IST.

6.3.1 Unidades Académicas

No ano de 2024 aprovou-se, em harmonia com a aplicação da nova metodologia para a Dimensão Alvo das Unidades Académicas (DAUA), o Contrato de Convergência, Crescimento e Coesão (CC3)⁶, e com os departamentos, que no geral, pretende (i) garantir um crescimento global do financiamento para todos os departamentos no próximo triénio, (ii) a previsão do financiamento num horizonte temporal de 3 anos para todos os departamentos, e (iii) contratos-programa que permitam a convergência dos departamentos com indicadores de crescimento abaixo da média.

Neste âmbito, estabelece-se para os anos de 2025 a 2027, o montante do financiamento global das unidades académicas – verba CC3 - que inclui não só as designadas verbas DOC, mas também as verbas referentes ao plafond a atribuir no âmbito do Procedimento da contratação de pessoal docente especialmente contratado (PDEC). Desta forma, o CC3 permite aos departamentos conhecer a sua dotação orçamental teto para três anos, e a forma de a atingir caso o valor da dotação orçamental efetiva seja inferior. Essa previsibilidade num horizonte temporal superior a um ano (neste caso: três anos) permitirá, naturalmente, aos departamentos estabelecerem políticas de investimento plurianuais e/ou mesmo de médio/longo prazo, resultando numa melhoria das suas condições de desenvolvimento e de crescimento, e na promoção de uma maior coesão e convergência de objetivos na Escola.

Os detalhes para os cálculos das verbas DOC e PDEC, no âmbito do CC3, estão disponibilizados na Documentação Suplementar 1, encontrando-se de qualquer forma mencionada abaixo a síntese das bases para a sua concretização orçamental, para o ano de 2026 no caso das verbas DOC, e para 2026-2027 no caso das verbas PDEC.

Deste modo, no âmbito do CC3, o teto orçamental das verbas DOC do departamento “A” (eixo de crescimento) no ano 2 (teto máximo de verbas DOC que os departamentos poderão ter para 2026) será o teto de verbas DOC do ano anterior, multiplicado por $1 + \text{inflação prevista para o ano 2026} + 5 \text{ pontos percentuais}$. Tomando como referência a projeção macroeconómica do Banco Central Europeu previsto em meados de setembro, a inflação deverá situar-se, em média, em 1,7% em 2026. Encontram-se assim na Tabela 9 as verbas DOC

⁶ Documento Suplementar 1 – Contrato de Convergência, Crescimento e Coesão

Teto (teto máximo) do ano 2 (2026), resultantes da aplicação da inflação 1,7% + 5 pontos percentuais face ao valor das verbas DOC teto do ano 1 (2025) por Unidade Académica do IST, no âmbito do CC3. No mesmo âmbito, e relativamente às verbas PDEC Teto no ano 2 (teto máximo de verbas PDEC que os departamentos poderão ter para 2026-2027) para o Departamento “A”, o teto orçamental das verbas PDEC do ano 2 (2026-2027) será o resultante da aplicação da inflação 1,7% + 5 pontos percentuais face ao valor do teto de verbas PDEC do ano 1 (2025-2026) por Unidade Académica (Tabela 10).

Tabela 9: Verbas DOC Teto (teto máximo) para cada Unidade Académica do IST em 2026

DEPARTAMENTOS	VERBA DOC 2026 (ANO 2)
DECIVIL	€ 113 564
DEEC	€ 198 539
DEM	€ 172 067
DEQ	€ 99 270
DF	€ 99 270
DM	€ 158 831
DEI	€ 188 612
DEG	€ 72 798
DBE	€ 72 798
DER	€ 15 486
DECN	€ 105 821

Tabela 10: Verbas PDEC Teto (teto máximo) para cada Unidade Académica do IST em 2026-2027

DEPARTAMENTOS	VERBA PDEC 2026-2027 (ANO 2)*
DECIVIL	€ 87 725
DEEC	€ 256 771
DEM	€ 146 372
DEQ	€ 77 345
DF	€ 274 882
DM	€ 105 374
DEI	€ 462 055
DEG	€ 329 943
DBE	€ 174 490
DER	€ 55 849

* Exclui o montante referente a Arquitetura e os montantes a somar ao Plafond

No âmbito do CC3, após o cálculo dos tetos máximos das verbas DOC e PDEC para cada Departamento, segue-se o cálculo da dotação orçamental de referência. O montante de referência anual das verbas DOC e PDEC por departamento é calculado aplicando o algoritmo

de distribuição de verbas DOC e PDEC alimentado com DAUAs. Para o ano de 2026 usam-se os dados existentes para o ano letivo de 2024-2025 e ano civil 2024, já previamente validados pelas unidades académicas.

O cálculo da dotação orçamental efetiva no ano de 2026 para cada Departamento (eixos coesão e convergência), depende da sua situação face ao cálculo obtido para as verbas DOC e PDEC Teto e Referência. Isto é, se as verbas DOC de referência tiverem valor superior às verbas DOC Teto, a UA é dotada com a verba DOC Teto e o valor remanescente reverte para o fundo de coesão. Se, pelo contrário, as verbas DOC de referência tiverem valor inferior às verbas DOC Teto, esse departamento é dotado de início com as verbas DOC de Referência, e poderá candidatar-se a projetos de coesão, até atingir o valor de verbas DOC Teto (teto máximo), nos termos da cláusula 6ª do contrato CC3. O mesmo se passa para as verbas PDEC efetivas por departamento. Isto é, se as verbas PDEC de referência tiverem valor superior às verbas PDEC Teto, a UA é dotada com a verba PDEC Teto e o valor remanescente reverte para o fundo de coesão. Se, pelo contrário, as verbas PDEC de referência tiverem valor inferior às verbas PDEC Teto, esse departamento é dotado de início com as verbas PDEC de Referência, e poderá candidatar-se a projetos de coesão, até atingido o valor de verbas PDEC Teto (teto máximo), nos termos da cláusula 6ª do contrato CC3.

Relativamente à dotação orçamental de verbas DOC das UAs, continua a aplicação da regra de dotação no segundo semestre, que é feita após apresentação de relatório financeiro e de atividades do primeiro semestre (a 30 de junho de 2025). Tal como em anos anteriores, as verbas DOC alocadas às unidades académicas em 2025 para as suas despesas de funcionamento, correntes e investimento, são provenientes da dotação dos órgãos centrais, não transitando de ano civil. Relativamente às verbas DOC efetivas a disponibilizar para 2026, tal como o montante atribuído por departamento, em sede de coesão, se aplicável, será disponibilizado até 15 de janeiro. Relativamente às verbas PDEC efetivas a disponibilizar para 2026-2027, tal como o montante atribuído por departamento, em sede de coesão, se aplicável, será disponibilizado na mesma data.

A dotação orçamental em verbas DOC tem sido uma preocupação deste CG, tendo havido um esforço de as aumentar nos últimos 5 anos, como está bem patente no gráfico da Figura 9, que ilustra a evolução do valor das verbas DOC atribuídas às diferentes Unidades Académicas desde 2015 (DECN criado em 2015 e DER criado em outubro de 2022). Ressalve-se para 2020 o impacto decorrente da implementação das medidas de contingência COVID enunciadas no Orçamento do IST de 2020. No entanto, em 2021 retomou-se o valor das verbas de acordo com a metodologia adotada para o cálculo de verbas DOC, e desde esse ano, está bem evidenciado o esforço que tem sido feito no sentido de aumentar

progressivamente a componente de verbas DOC dos departamentos. Em 2022 ocorreu um acréscimo de 100 000€ euros, e em 2023 de 10% (face a 2022) a todas as UAs, que resultaram num total de 1 077 945 euros em verbas DOC. O decréscimo observado em Decivil espelha a saída de membros para a criação do novo departamento DER. Em 2024 ocorreu um aumento de 5% (53 897€) face ao ano anterior, tendo as verbas DOC atingido o valor de 1 131 842€. Em 2025, primeiro ano (ano 1) em que foi aplicado o CC3, ocorreu um acréscimo global de 222 361€ (inflação 2,1% + 5 pontos percentuais face a 2024), perfazendo um total de 1 212 203€.

Para o ano de 2026 (ano 2), e tendo em consideração o CC3, o teto máximo de verbas DOC a atribuir às UAs corresponde, a um acréscimo global de **84 854€** (inflação 1,7% + 5 pontos percentuais face a 2025), perfazendo um total de **1 297 057€**.

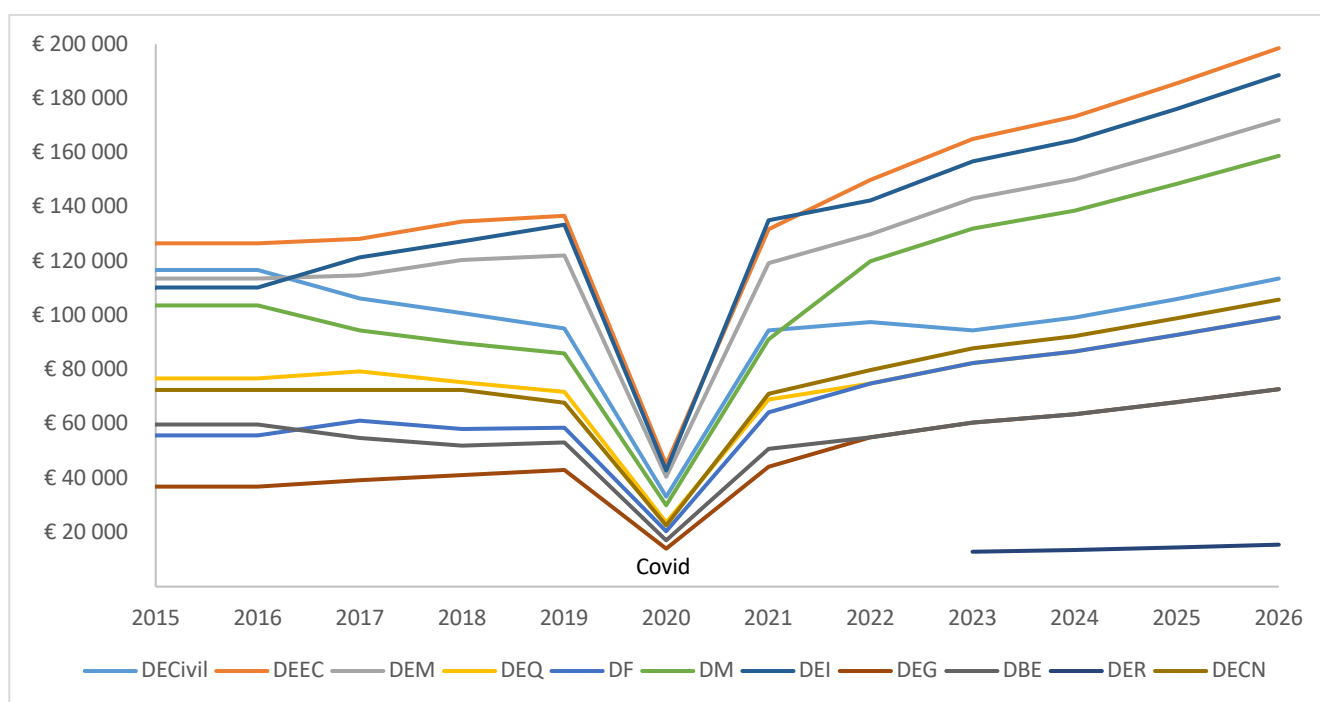


Figura 9: Evolução do valor das verbas DOC atribuídas a cada UA do IST desde 2015 (Para 2025 e 2026 as verbas DOC correspondem às verbas DOC Teto, no âmbito do CC3)

Para além deste financiamento-base, as unidades académicas continuarão a ter em 2026 o mesmo racional até agora aplicado para o cálculo das **Receitas Próprias (RP)**, que corresponde ao montante resultante das propinas de doutoramento do ano anterior, estando este valor desfasado desde os tempos da “Troika”. No sentido de darmos cumprimento ao compromisso do CG de recuperarmos os montantes desfasados, na medida em que tal seja possível, foi considerado ser este ano possível, incluir os valores referentes a um ano, que atualmente corresponde ao ano de 2021. É pretensão do CG continuar esta recuperação que

será feita consoante a conjuntura orçamental existente, como no orçamento de 2024, em que se recuperaram dois anos, e no orçamento de 2025 um ano, e neste de 2026 também um ano.

A alocação ao departamento é efetuada através da(s) unidade(s) académica(s) de origem do(s) orientador(es) do aluno a cuja propina se refere. Os saldos das RP continuarão, como tem sido até agora, a transitar de ano. A Tabela 11 apresenta a verba a disponibilizar aos departamentos em 2026, proveniente das RP. O valor total de **verbas RP** ascende a **1 725 735€** (o aumento face ao ano anterior, relaciona-se com alguma regularização do pagamento por parte da FCT, em 2021, de propinas dos alunos de doutoramento).

Tabela 11: Dotação Verbas RP para cada Unidade Académica do IST em 2026 referentes ao montante das propinas de doutoramento do ano 2021

DEPARTAMENTOS	VERBA RP (2021)
DECIVIL	€ 360 268
DEEC	€ 215 299
DEM	€ 282 881
DEQ	€ 120 655
DF	€ 167 147
DM	€ 74 584
DEI	€ 231 950
DEG	€ 105 663
DBE	€ 120 205
DER	€ 29 208
DECN	€ 17 875
TOTAL	€ 1 725 735

Considerando as verbas DOC (teto máximo) e as verbas RP, o **orçamento global** disponibilizado para os **departamentos** ascende a **~3,02M €**, correspondendo a um acréscimo global, nestas duas componentes orçamentais, face a 2025 de ~590k€, a que acrescem as verbas PDEC em mais de 2M €, resultando num **valor global às Unidades Académicas de ~5,2M€**.

6.3.1.1 Estruturas Transversais

Face ao histórico dos últimos 15 anos considerou-se não aumentar a dotação orçamental das estruturas transversais (criadas por iniciativa dos órgãos centrais em 2010) de 2025 para 2026, tendo assim uma dotação total em 2025 de **7,5k€** (Tabela 12).

Tabela 12: Dotações orçamentais das plataformas transversais do IST para 2026

Plataforma	Dotação 2026
Plataforma de Ciências e Engenharia do Ambiente do Instituto Superior Técnico (IST-Ambiente)	€ 2.500
Estrutura Transversal de Materiais Avançados do Instituto Superior Técnico (Técnico Advanced Materials)	€ 2.500
Iniciativa em Energia do Instituto Superior Técnico: "Campus Sustentável"	€ 2.500
TOTAL	€ 7.500

6.3.2 Coordenações dos Cursos de 1º e de 2º ciclos

À semelhança do que tem vindo a acontecer em anos anteriores, o orçamento para 2026 contempla também uma dotação específica para os **LTIs**. Para a determinação da verba a atribuir às Coordenações dos Cursos de 1º e de 2º ciclo, foi seguida a metodologia implementada pela primeira vez no ano de 2013. Segundo essa metodologia, a qual tem por objetivo valorizar o sucesso formativo de cada ciclo de estudos, considera-se um valor fixo de 300 euros por curso, sendo o remanescente distribuído proporcionalmente ao total de graduados do ano anterior, arredondado aos 50 euros. O número de diplomados foi obtido considerando a informação mais recente disponibilizada no RAIDES (Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados no Ensino Superior).

Com base neste racional, os novos ciclos de estudo não seriam dotados de orçamento, nomeadamente os 2ºs ciclos criados recentemente e que ainda não têm diplomados. Assim, o CG criou um novo racional em 2023 para dotar de orçamento estas situações. Deste modo, quando não existem estudantes reportados no RAIDES por se tratar de segundos ciclos de estudo recentes, contabiliza-se a média de estudantes efetivamente matriculados e inscritos, corrigida pela taxa da média de abandono no segundo ciclo (15%) (no caso de cursos com inscrições de dois em dois anos em instituições diferentes, considerou-se metade do valor obtido).

Para o ano de 2026, tal como para os 3 anos anteriores, em que se teve de considerar a desintegração dos ciclos integrados, determinada pelo [Decreto-Lei nº 65/2018](#) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior português, a dotação orçamental foi determinada separadamente para as coordenações de 1º ciclo e de 2º ciclo (Arquitetura mantém os ciclos integrados), e para 2026 inclui-se dotação orçamental dos novos segundo ciclos, de acordo com o racional acima referido (Tabela 13).

O valor total da dotação a atribuir às **Coordenações dos Cursos de 1º e de 2º ciclo** em 2026, corresponderá ao valor de 2025 atualizado ao valor da taxa de inflação esperada (1,7

% estimativa do BCE para a Zona Euro em 2026), sendo assim aumentado em 2004 €, passando de 117 900€ para **119 904€**. Este valor será distribuído equitativamente pelas coordenações dos cursos de 1º (59 952€) e 2º ciclos (59 952€), que após o racional de arredondamentos perfaz um total de **119 900€ (59 950€ para cada ciclo)**.

Tabela 13: Dotação atribuída às Coordenações dos cursos de 1º e de 2º ciclo do IST para 2026

1º Ciclo	Verba	2º Ciclo	Verba
Arquitectura	€ 2 100	Arquitectura	€ 1 650
Engenharia Aeroespacial	€ 5 400	Engenharia Aeroespacial	€ 3 300
Engenharia Biológica	€ 2 400	Engenharia Biológica	€ 2 250
Engenharia Biomédica	€ 3 350	Engenharia Biomédica	€ 2 950
Engenharia Civil	€ 4 150	Engenharia Civil	€ 3 850
Engenharia de Materiais	€ 750	Engenharia de Materiais	€ 1 200
Engenharia de Minas e Recursos Energéticos	€ 900	Engenharia em Recursos Energéticos	€ 450
Engenharia do Ambiente	€ 800	Engenharia do Ambiente	€ 1 100
Engenharia Electrotécnica e de Computadores	€ 7 700	Engenharia Electrotécnica e de Computadores	€ 7 700
Engenharia Física Tecnológica	€ 3 550	Engenharia Física Tecnológica	€ 2 700
Engenharia Informática e de Computadores (AL)	€ 6 750	Engenharia Informática e de Computadores (AL)	€ 6 150
Engenharia Mecânica	€ 6 600	Engenharia Mecânica	€ 5 200
Engenharia Naval e Oceânica	€ 1 000	Engenharia Naval e Oceânica	€ 600
Engenharia Química	€ 3 050	Engenharia Química	€ 2 550
Matemática Aplicada e Computação	€ 2 250	Matemática Aplicada e Computação	€ 1 300
Engenharia de Telecomunicações e Informática	€ 1 900	Engenharia de Telecomunicações e Informática	€ 1 150
Engenharia e Gestão Industrial	€ 3 250	Engenharia e Gestão Industrial	€ 2 700
Engenharia Electrónica	€ 1 050	Engenharia Electrónica	€ 700
Engenharia Informática e de Computadores (TP)	€ 3 000	Engenharia Informática e de Computadores (TP)	€ 2 700
		Engenharia Farmacêutica	€ 400
		Biotecnologia	€ 1 050
		Bioengenharia e Nanossistemas	€ 500
		Ciência e Engenharia Moleculares	€ 600
		Informação e Sistemas Empresariais	€ 350
		Segurança de Informação e Direito no Ciberespaço	€ 400
		Engenharia e Gestão da Energia	€ 1 100
		Microbiologia	€ 950
		Protecção e Segurança Radiológica	€ 600
		Engenharia e Ciência de Dados	€ 1 150
		Engenharia e Gestão da Inovação e Empreendedorismo	€ 800
		Ordenamento do Território e Urbanismo	€ 700
		Engenharia Geológica e de Minas	€ 400
		Bioengenharia em Medicina Regenerativa e de Precisão	€ 750
	€ 59 950		€ 59 950

6.3.3 Coordenações dos LTIs

O Orçamento do IST para 2026 contempla ainda, como em anos anteriores, uma dotação específica para os **LTIs**, que se insere na continuação do esforço em privilegiar as despesas diretas associadas ao ensino. A dotação global aumenta de 117 900€ para 119 904€, arredondado a **119 900€**, cujo racional de distribuição não foi alterado, sendo distribuída

proporcionalmente ao número de alunos matriculados em 2024/2025 pela primeira vez no primeiro ano (Tabela 14).

Tabela 14: Dotação atribuída às Coordenações dos LTIs do IST para 2026

LTI	Cursos utilizadores	Orçamento 2026
Civil	LEC, LA, LEAmb/3	€ 15 218
Electricidade	LEEC, LEAe/2	€ 19 828
Mecanica	LEM, LEAe/2, LEAmb/3, LEMat/2	€ 18 184
Quimica	LEQ, LEB, LEAmb/3, LEMat/2, Lebiom/2	€ 15 118
Fisica	LEFT, Lebiom/2	€ 11 430
Matematica	LMAC	€ 4 732
Minas	LEGM	€ 1 666
Naval	LEAN	€ 2 266
Informatica	LEIC	€ 12 996
Tagus Park	LEIC, LERC, LEGI, LEE	€ 18 462
	Total	€ 119 900

6.3.4 Iniciativa Técnico Capacity Building Hub

A **Iniciativa Técnico Capacity Building Hub** congrega uma série de Programas que visam o investimento na qualidade de ensino, investigação e formação, direcionados para a capacitação e dotação de melhores e novas competências nesses domínios aos docentes e investigadores recém-contratados. A Iniciativa Técnico *Capacity Building Hub* totaliza em 2026 um orçamento de 543k€. Esta iniciativa inclui: a) Programa Start-up Funds – Bolsas incentivo PAX-IAS em período experimental; b) Programa Digital+ (onde se incluem também os projetos PIP); c) Programa *Shaping the Future* para a promoção da integração e adaptação dos novos docentes e investigadores ao IST, onde é integrado o novo Programa +Projetos.

Em 2025 foi criada a Comissão de Acompanhamento e Desenvolvimento de Docentes e Investigadores (CADDI), que passa a gerir as iniciativas do Programa *Shaping the Future*, as Workshops dos Mentores, as Reuniões de apresentação do Programa *Shaping the Future* aos PAX/IAX em período experimental, as sessões dos Projetos+, bem como o Programa Start-up Funds.

6.3.4.1 Programa *Start Up Funds* – Bolsas Incentivo Professores e Investigadores Auxiliares em Período Experimental

No âmbito do investimento à formação, o programa de *start-up funds* para Professores e Investigadores Auxiliares em período experimental, iniciado em 2015 por iniciativa dos

Conselhos Científico (CC) e Pedagógico (CP), em articulação com o Conselho de Gestão, manter-se-á em 2026, com o reforço orçamental criado no âmbito do Programa FCT Tenure Plus Técnico. Este advém do sucesso tido no Programa FCT Tenure (e do Programa Aliança, já extinto), que levaram a um maior número de novas contratações, logo necessidade do incremento no valor a dar a este programa, com o intuito de abranger todas as novas contratações.

Este programa está diretamente relacionado com a promoção e o incentivo à atividade de I&D, a ser desenvolvida por docentes e investigadores em início de carreira, proporcionando-lhes melhor enquadramento para obterem as capacitações necessárias à obtenção da nomeação definitiva. Em concreto será objeto de financiamento (i) a realização de licença sabática parcial em instituições estrangeiras de referência e (ii) a implementação do projeto científico-pedagógico proposto na candidatura apresentada ao lugar de Professor Auxiliar/Investigador Auxiliar. O projeto de *start-up funds* está ativo após a assinatura do contrato de Professor Auxiliar (mês 42) e de Investigador Auxiliar (mês 36).

O Plano de Contratações do IST para 2026 inclui a contratação de 23 novas posições de professor e investigador, em linha com as 25 novas contratações previstas para 2025. Em cada ano, o Programa *Start Up Funds* envolve essencialmente os novos contratos celebrados na edição anterior e alguns de 2024 (realce-se que na edição de 2024 anteciparam-se a contratação de investigadores da edição de 2025, de forma a serem abrangidos pelo Programa Aliança) todos no âmbito do FCT Tenure Plus, como anteriormente anunciado.

Deste modo, prevê-se que 30 novos docentes e investigadores estejam em condições de ter acesso aos *Start Up Funds*, reforçado na sua componente sabática internacional, e a implementação do projeto científico-pedagógico, totalizando 11k€ por pessoa. Este programa tem assim, um montante global de **330 000€**.

O Santander tem vindo a apoiar esta iniciativa, tendo sido aumentado o valor para 50 000€ desde 2024, fruto do reconhecimento do mérito da iniciativa. Decidiu o CG, também este ano, reforçar as verbas face a 2025 no montante de 280 000€, no sentido de apoiar todos os proponentes.

6.3.4.2 Programa Digital+

O programa Digital+ a ser promovido pelo Conselho Pedagógico (CP), tem por objetivos a modernização tecnológica e digital na formação superior, o reforço da capacidade formativa nas competências digitais, incluindo diferentes componentes pedagógicas.

Para coordenar estes esforços o Programa Digital+ prevê as seguintes ações no próximo ano:

- a) Promoção da utilização de ferramentas digitais e novas metodologias de ensino
- b) Desenvolvimento de conteúdos
- c) Criação e Gestão de Repositório de Conteúdos
- d) Criação, manutenção e dinamização equipas multidisciplinares de ensino para o sucesso académico dos estudantes em disciplinas transversais, que inclua uma plataforma de conteúdos interativos
- e) Análise de Dados Académicos
- f) Promoção e Financiamento de Projetos de Inovação Pedagógica (Projetos PIP)
- g) Formação de Docentes, em particular no que diz respeito à capacitação digital e do uso de AI no ensino
- h) Formação de estudantes, em particular no que diz respeito à capacitação digital e do uso de AI na aprendizagem
- i) Implementação de novas ferramentas de análise just-in-time da qualidade da experiência educativa no IST

O racional usualmente aplicado para orçamentar o apoio a iniciativas do Conselho Pedagógico tendo em vista a melhoria da qualidade de ensino ou na adoção de medidas que visem a melhoria das condições de trabalho dos estudantes, contabiliza as verbas resultantes da cobrança da taxa de inscrição em exames de época especial para o ano letivo anterior. A partir de 2025, considerou-se ainda a inclusão das verbas resultantes das taxas de inscrição em época extraordinária, por serem consideradas equivalentes às verbas resultantes da cobrança da taxa de inscrição em exames de época especial (que tendencialmente têm diminuído). Com este novo racional, as duas verbas para o ano letivo anterior totalizam 41 360€. Também desde 2024, considerou-se que a criação do Programa Digital+ assumiu uma maior dimensão e abrangência desta linha de ação, tendo-se considerado ser relevante e necessitar de dotação orçamental própria, usando como racional a duplicação do valor oriundo das taxas. Deste modo, para 2026 a dotação orçamental para o Programa Digital+ é de **82 720€**.

Dado o cada vez maior impacto das atividades desenvolvidas pelo Conselho Pedagógico no âmbito do apoio à atividade letiva dos docentes, na negociação do protocolo com a Caixa Geral de Depósitos (CGD), o CG propôs ser contemplada uma verba no valor de **40 000€**, para este fim, que foi aceite. Deste modo, o reforço de financiamento ao CP, apoiado pela CGD será utilizado em concreto nas seguintes iniciativas:

- a) Organização de formações (5) de curta duração (~8h) para professores, no âmbito digital, a promover pelo Núcleo de Desenvolvimento Académico (NDA) - 5 000 € - cerca de 100 docentes como público alvo
- b) Promoção do lançamento de um curso de formação "AI para ensinar", no âmbito do Técnico+, e financiamento da inscrição de ~30 docentes do Técnico - A promoção deste novo curso terá adicionalmente, como impacto indireto, o instituir de um programa de formação pedagógica aberto aos docentes de outras instituições - 15 000 €
- c) Organização de um curso de formação "AI para aprender" (~8h), no que se prevê serem 20 execuções, para turmas de 20 estudantes - 20 000€ - cerca de 400 estudantes como público alvo.

O Conselho Pedagógico do IST para levar a cabo todo o conjunto de atividades acima elencadas, terá assim um orçamento global de **122 720€**.

6.3.4.3 Programa Shaping the Future

O Programa *Shaping the Future* foi desenvolvido no âmbito de uma colaboração entre o Conselho Científico e o Conselho Pedagógico, com o apoio do Conselho de Escola e do Conselho de Gestão do IST. O Programa *Shaping the Future* promove a integração e adaptação dos novos docentes e investigadores no IST. Neste âmbito é anualmente organizado um evento, onde durante três dias são usualmente abordadas diversas temáticas como a liderança de equipas e projetos de investigação, promovendo a afirmação profissional nas áreas de especialidade e o desenvolvimento de competências pedagógicas, de forma a contribuir para a promoção de um ensino de excelência. Também são feitos contributos dos vários serviços do Técnico, no sentido de melhor esclarecer os recém-contratados quanto a vários aspetos formais do funcionamento nas diferentes dimensões que vão necessitar. Este programa tem assim essencialmente assentado em dois pilares, o das “boas práticas pedagógicas” e o da “cultura IST”, tendo sido considerado em 2024, o momento de incluir mais objetivamente o pilar da “ciência”. Deste modo, e em alinhamento com o Plano Estratégico, nomeadamente promover e aumentar a participação de docentes e investigadores do IST em projetos de investigação, foi criado o Programa + Projetos (preconiza-se a contratação de uma empresa consultora de formação específica na preparação e redação de projetos de investigação com orçamento de 60 000€). Este programa é então implementado no âmbito do Programa *Shaping the Future*, tendo como destinatários aqueles que nele participam. Como referido anteriormente, teve ainda peso nesta decisão, o facto de se ter suspenso o

Programa de Incentivo ERC iniciado em 2022, em parte pelo facto da FCT lançar um programa similar de apoio - ERC-PT Pre-assessment.

A dotação orçamental para as atividades a desenvolver pela CADDI, no âmbito de eventos, onde se inclui as iniciativas do Programa Shaping the Future, as Workshops dos Mentores, as Reuniões de apresentação do Programa Shaping the Future aos PAX/IAX em período experimental e as sessões dos Projetos+ é de **90 000€**.

6.3.5 Programa FCT Tenure Plus Técnico

O Programa FCT-Tenure constituiu uma oportunidade para alavancar o plano de contratações de docentes e investigadores de carreira, a uma política de recrutamento que reforça durante os três primeiros anos do período experimental as atividades de investigação e limita a lecionação a 4 h por semana. O concurso foi dirigido a instituições do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), permitindo submissão de candidaturas a apoios à abertura de concursos internacionais para lugares de carreira docente e de investigação. O Conselho de Gestão em articulação com o Conselho Científico desenhou uma estratégia de reinvestimento das verbas FCT Tenure, dependente do sucesso institucional da candidatura efetuada. Tendo o IST obtido um sucesso de quase 90% na candidatura competitiva a este programa, criaram-se condições para o Técnico reforçar a componente de investigação a todos os novos recrutamentos de docentes e investigadores, incluindo todas as contratações de 2024 e 2025 (submetidas na candidatura à FCT) durante os três primeiros anos do período experimental, e não apenas os elegíveis no âmbito do Programa da FCT. Este reinvestimento das verbas do FCT Tenure englobam-se no denominado Programa FCT Tenure Plus Técnico. Desta forma, reforça-se também o financiamento do pessoal docente especialmente contratado ao abrigo do ponto 4 dos Montantes a somar ao Plafond, no âmbito do Procedimento para a contratação de PDEC⁷.

O Programa FCT Tenure Plus Técnico, como referido anteriormente, inclui 3 linhas de ação: (i) procede à afetação de 4h de carga letiva efetiva a todos os docentes contratados de 2024 e 2025 (submetidas na candidatura à FCT), em período experimental, pelo IST, dotando para isso de um orçamento complementar para contratações compensatórias de PDEC aos departamentos visados; (ii) incrementa o financiamento da componente sabática das Start Up Funds; (iii) reforça o financiamento para a contratação de alunos de doutoramento como Assistente Convidado 59% pelas unidades académicas. O desenho deste programa

⁷ Documento Suplementar 2 – Procedimento para a Contratação de Pessoal Docente Especialmente Contratado (PDEC)

considerou, à partida, vários critérios para a sustentabilidade financeira da possível aplicação de uma ou mais destas linhas de ação.

Dadas as condições necessárias referidas no Orçamento Interno de 2025, para a implementação da globalidade do Programa, e dado o número de posições elegíveis pela FCT, implementaram-se as três linhas de ação desenhadas no âmbito do Programa FCT Tenure Plus Técnico. Deste modo, e para 2026, incluem-se as verbas para a afetação de 4h de carga letiva efetiva a todos os docentes contratados (367k€), as verbas destinadas à realização da sabática internacional (120k€), e as verbas para a contratação pelos departamentos de assistentes convidados a 59% (221k€), que se traduzirá também num reforço dos programas doutorais do Técnico e numa maior estabilização do Procedimento para o Pessoal Docente Especialmente Contratado. Estamos assim, a falar de um reinvestimento das verbas recebidas no âmbito do Programa da FCT (FCT Tenure), e no âmbito do Programa FCT Tenure Plus Técnico, na ordem dos **708k€**.

6.3.6 Prémio Brito Camacho

No âmbito do investimento ao ensino o *Teaching Assistant Program* corresponde a um programa de prémio de mérito a atribuir a doutorandos, visando estimular o seu contributo para a lecionação, em articulação com os departamentos, com dotação orçamental de **160k€**.

6.3.7 Escola Doutoral

A nova Escola Doutoral do Técnico foi lançada no dia 4 de novembro de 2024, na abertura da 10.^a edição do PhD Open Days – evento anual de encontro dos estudantes de doutoramento. Esta nova estrutura irá agregar os 31 programas doutorais do Técnico, implementar um programa de formação em competências transversais, oferecer um programa Fast Track para a entrada no 3º ciclo a estudantes de mestrado do Técnico, promover estágios em empresas ou em ambiente internacional, incluindo doutoramentos em co tutela, bem como apoiar o PhD Student hub, entre outras iniciativas. Outra das novidades é a compilação das oportunidades de financiamento para estudantes de doutoramento, incluindo todas as bolsas oferecidas pelas 23 unidades de investigação associadas ao Técnico. O Fast track é uma das iniciativas mais relevantes da Escola Doutoral, e que pretende captar os estudantes mais talentosos e com motivação para continuar um percurso académico. Permite a antecipação do início do doutoramento ainda durante o mestrado no Técnico, concebendo um projeto de investigação que garanta a continuidade do trabalho entre os dois ciclos, encurtando o tempo para a obtenção do grau de doutor.

Dada a relevância para o Técnico da Escola Doutoral, decidiu o CG apoiar diretamente com **64k€**. Em harmonia com o Conselho Pedagógico, e com o intuito de, por um lado incentivar os alunos a aderirem ao programa PhD Fast Track, e por outro lado, complementar o universo de alunos de doutoramento potencialmente abrangidos pelo Prémio Brito Camacho de incentivo a atividades de docência, criou-se o Prémio Maria Amélia Chaves num enquadramento de incentivo a atividades de investigação.

6.3.8 Prémio Maria Amélia Chaves

No âmbito do incentivo à investigação de doutorandos, o Prémio Maria Amélia Chaves (1ª mulher engenheira a licenciarse pelo IST, em 1937, e 1ª mulher na Ordem dos Engenheiros) corresponde a um programa de prémio de mérito a atribuir a doutorandos que: (i) tenham sido admitidos em qualquer doutoramento do IST no âmbito do PhD Fast Track e tenham realizado, no ano letivo a que diz respeito o prémio, a sua primeira inscrição no Programa Doutoral a que foram admitidos, sendo em simultâneo bolsheiros no âmbito de um projeto de uma unidade de investigação associadas ao IST, ou sejam titulares de uma bolsa de investigação científica (BIC), durante um ano, financiada pelo Instituto Superior Técnico. Estes alunos são candidatos ao Prémio na modalidade PMAC-FT; (ii) tenham sido admitidos em qualquer doutoramento do IST e sejam titulares de uma bolsa de investigação científica (BIC), durante um ano, financiada pelo Instituto Superior Técnico. Estes alunos são candidatos ao Prémio na modalidade PMAC-BIST (nenhum estudante pode beneficiar do prémio mais do que um ano na modalidade PMAC-FT e mais do que quatro anos na modalidade PMAC-BIST).

Este prémio visa estimular o contributo dos doutorandos para a investigação, com dotação orçamental de **160k€**.

6.3.9 Semana de acolhimento

A Semana de Acolhimento aos Estudantes no IST é um evento essencial para integrar os novos alunos na vida académica, ajudando-os a ambientarem-se aos campi, a conhecer a estrutura do curso, os serviços disponíveis e os colegas. Este período também visa oferecer suporte aos alunos para que possam iniciar o ano académico com mais segurança e conhecimento sobre as oportunidades e os recursos disponíveis. No sentido de dar relevância às atividades desenvolvidas para este melhor enquadramento dos novos alunos no ambiente académico do Técnico, decidiu o CG incrementar a dotação orçamental para esta atividade em 2026, para o montante de **40k€**.

6.3.10 Síntese do Investimento na Qualidade de Ensino, Investigação e Formação

Para uma melhor compreensão do esforço financeiro deste CG no investimento na qualidade de ensino, investigação e formação, sintetiza-se aqui a evolução registada nos últimos anos nas várias iniciativas e programas que têm vindo a ser criados, e referidos ao longo do ponto 6.3, para esse fim.

Para demonstrar a evolução efetiva das verbas disponibilizadas às unidades académicas (verbas DOC e RP), coordenações de cursos de 1º e 2º ciclo, LTIs, Plataformas Transversais e programa de *start-up funds* (Bolsas de Incentivo PAX-IAX em período experimental) desde 2015, ano em que se iniciou a inscrição em sede de orçamento a dotação de Receitas Próprias (RP) às Unidades Académicas (linha azul na figura), procedeu-se à adição comparativa (Tabela 15 e

Figura 10), das Iniciativas e Programas recém-criados.

Deste modo, e para melhor enquadrar o impacto dessas iniciativas, na

Figura 10 projetam-se os vários cenários evolutivos: (i) na linha azul com pontos encontra-se a evolução das verbas atribuídas a UA, Coordenações, LTIs, Plataformas Transversais e *start-up funds* do IST desde 2015, caso não tivessem existido novas iniciativas e programas, e se mantivesse o paradigma existente até 2021; (ii) na linha a vermelho com cruces, para além das verbas atribuídas a UA, Coordenações, LTIs e Plataformas Transversais, adicionou-se a Iniciativa Técnico Capacity Building Hub, o Programa FCT Tenure Plus Técnico, o Prémio Brito Camacho, a Escola Doutoral, o Prémio Mara Amélia Chaves, a Semana de Acolhimento, e as verbas para contratação de PDEC, constituindo assim o orçamento global de todas as iniciativas e programas inseridos no investimento na qualidade de ensino, investigação e formação; (iii) na linha vermelha a tracejado inclui-se tudo o exposto em (ii), mas excluindo o Programa FCT Tenure Plus Técnico; (iv) na linha pontilhado verde inclui-se tudo o exposto em (ii), mas sem PDECs e sem o Programa FCT Tenure Plus. Esta figura espelha o investimento que tem vindo a ser feito na Qualidade de Ensino, Investigação e Formação nos últimos 5 anos, por linhas de ação.

Analisando cada um dos cenários acima identificados, o cenário (i) – linha azul com pontos, que considera apenas as componentes tradicionais do financiamento até 2021, verifica-se que no ano de 2026 ocorreu um aumento da dotação orçamental global, que passou a ser de ~ 3,6M € (um acréscimo de ~590k€ face ao ano anterior). O esforço feito nos últimos anos para a programação de novas iniciativas no mesmo âmbito, culminaram em 2025, para além dos dois programas transformadores, que são a Iniciativa Técnico *Capacity Building* e o Programa FCT *Tenure Plus* Técnico, com o CC3 (que inclui para além das verbas DOC, as verbas

PDEC), a que acresce o Prémio Brito Camacho, a Escola Doutoral, o Prémio Maria Amélia Chaves, e a tradicional semana de acolhimento. Deste modo, no cenário (ii) – linha vermelha com cruces, ao adicionarmos no gráfico os valores referentes à globalidade das ações, fica traduzido o esforço significativo em investimentos deste âmbito, que ascendem a ~ **7,1M €**. Realce-se que, para 2026, os montantes a atribuir às UAs para verbas DOC e PDEC no âmbito do CC3, trouxeram um acréscimo de verbas ao sistema, com a atualização do valor do ano de 2025 à taxa de inflação (estimativa do BCE para a Zona Euro em 2026; 1,7%), acrescido de 5 pontos percentuais.

Continuando a leitura do gráfico (

Figura 10), se não considerarmos o Programa FCT *Tenure Plus* Técnico o montante é de **6,4M €** (linha tracejada vermelha). Sem considerar os Programas FCT *Tenure Plus* Técnico e os PDECs (a pontilhado verde), está igualmente realçado o esforço que tem sido feito nesta tipologia de investimento, que ascende a cerca de **4,2M €**.

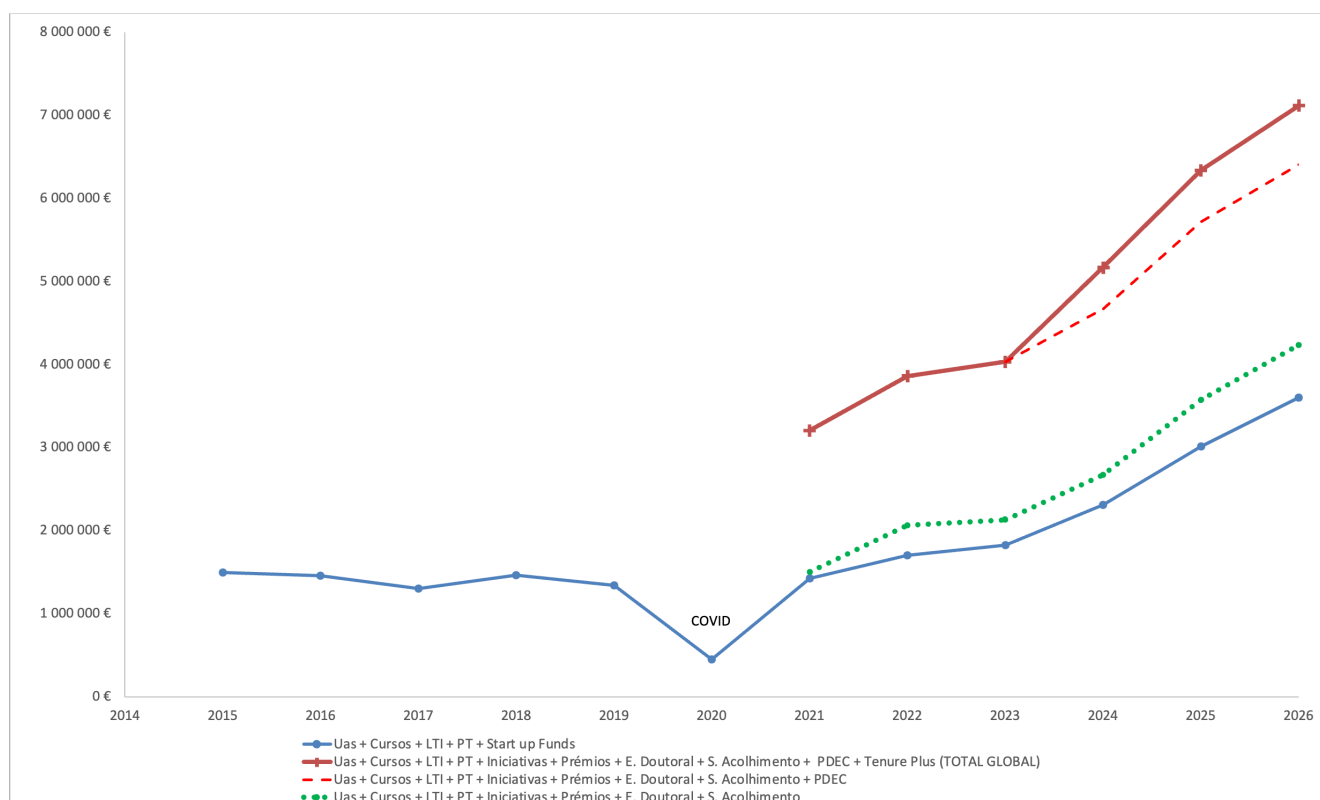


Figura 10: Evolução das verbas atribuídas no âmbito da qualidade de ensino, investigação e formação no IST desde 2015

Linha azul contínua com pontos: componentes tradicionais do financiamento até 2021, que incluem UA, Coordenações, LTIs, Plataformas Transversais e start-up funds

Linha verde pontilhada: UA, Coordenações, LTIs, Plataformas Transversais e start-up funds, Iniciativa Técnico Capacity Building Hub, Prémio Brito Camacho, Semana de Acolhimento, PDEC, Escola Doutoral e Prémio Maria Amélia Chaves (exclui Programa FCT Tenure Plus Técnico e PDECs)

Linha vermelha tracejada: UA, Coordenações, LTIs, Plataformas Transversais e start-up funds, Iniciativa Técnico Capacity Building Hub, Prémio Brito Camacho, Semana de Acolhimento, PDEC, Escola Doutoral e Prémio Maria Amélia Chaves (exclui Programa FCT Tenure Plus Técnico)

Linha vermelha com cruces: Total Global (UA, Coordenações, LTI, Plataformas Transversais e start-up funds, Iniciativa Técnico Capacity Building Hub, Prémio Brito Camacho, Semana de Acolhimento, PDEC, Escola Doutoral e Prémio Maria Amélia Chaves, Programa FCT Tenure Plus Técnico)

De 2015 a 2019 (

Figura 10) as flutuações registadas (linha azul com pontos) resultam fundamentalmente das alterações de valor da componente de Receitas Próprias disponibilizadas em cada ano. Em 2020 o decréscimo acentuado resultou das medidas de contenção associadas à situação pandémica, com a redução a 1/3 do valor orçamentado. Em 2022, após 8 anos de dotações orçamentais estáticas, assiste-se a um crescimento, decorrente do aumento para 900 000€ euros da dotação orçamental das unidades académicas (acrescido das verbas para o DECN: 79 950€). Em 2023 está refletido o acréscimo global de 10% (aumento de 90 000€ euros para os departamentos, e 10 000€ euros para as coordenações de 1º e 2º ciclo e igual valor para as coordenações dos LTI), resultando no valor de 990 000€ euros para as unidades académicas, e 110 000€ euros para as coordenações de ciclos e 110 000€ para as coordenações dos LTI. Em 2024 está refletido o acréscimo global de 5% (aumento de 53 897€ para todos os departamentos e 5 500€ para as coordenações de 1º e 2º ciclo e igual valor para as coordenações dos LTI) resultando no valor de 1 131 842€ em verbas DOC para as unidades académicas, e 115 500€ para as coordenações de ciclos e para as coordenações dos LTI. Para as verbas RP o aumento significativo do valor face a 2023, resulta do facto de se ter feito a recuperação de dois anos face ao desfaseamento existente (incluindo a proporção referente às propinas de doutoramento de 2018 e também de 2019). De 2024 para 2025, para as verbas RP, recuperou-se um ano (2020), tendo totalizado o valor de 1 219 809€. De 2024 para 2025 está bem refletido o acréscimo decorrente para as verbas das UAs (DOC Teto) no âmbito do CC3, com a atualização dos valores de 2024 corrigidos à taxa de inflação (estimativa do BCE para a Zona Euro em 2025; 2,1%), acrescidos de 5 pontos percentuais, bem como a atualização das verbas RP para o ano de 2020, que resultou na globalidade de um orçamento para as UAs em 2025 em verbas DOC e RP na ordem dos 2,43M €. Está também refletido o aumento de 2,1 % face a 2024 das verbas para as para as coordenações de 1º e 2º ciclo e para as coordenações dos LTI, que resultou na globalidade de um orçamento para 2025 de 235,8k€. Usando o mesmo racional, as UAs viram as suas verbas ser incrementadas em verbas DOC para ~1,3M€, em verbas RP para ~1,73M€, e para as coordenações de 1º e 2º ciclo e para as coordenações dos LTI, que resultou na globalidade de um orçamento para 2026 de 239,8k€.

Na Tabela 15 encontra-se detalhada a agregação de esforços para o acréscimo de investimento na qualidade e ensino, investigação e formação, onde está bem plasmada a tendência de crescimento observada desde 2021 (linhas vermelhas com cruces e a tracejada),

bem como o alargar de iniciativas com dotação orçamental, que **acresceram face a 2025 ~779k€, atingindo em 2026 o valor global de ~7,1M €.** Este valor corresponde a **~5,7% do orçamento global do IST**, o que exprime o investimento da escola no apoio à sua comunidade, no sentido de criar melhores condições de ensino, bem como potenciar as atividades de investigação e formação. Realce-se que este investimento tem sido acompanhado de uma avaliação de sustentabilidade financeira, que permite a sua concretização.

Tabela 15: Evolução das Verbas atribuídas no âmbito da qualidade de ensino, investigação e formação (2021-2026)

Investimento na Qualidade de Ensino, Investigação e Formação						
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Verbas DOC UAs	€ 871 051	€ 979 950	€ 1 077 945	€ 1 131 842	€ 1 212 203	€ 1 297 057
Verbas RP Uas	€ 268 968	€ 417 224	€ 409 375	€ 717 267	€ 1 219 809	€ 1 725 735
C. Cursos	€ 90 000	€ 100 000	€ 110 000	€ 115 500	€ 117 900	€ 119 900
LTI	€ 90 000	€ 100 000	€ 110 000	€ 115 500	€ 117 900	€ 119 900
PT	€ 7 500	€ 7 500	€ 7 500	€ 7 500	€ 7 500	€ 7 500
Total Uas; cursos	€ 1 327 519	€ 1 604 674	€ 1 714 820	€ 2 087 609	€ 2 675 312	€ 3 270 092
PDECs	€ 1 700 000	€ 1 800 000	€ 1 900 000	€ 2 000 000	€ 2 142 000	€ 2 170 807
Iniciativa Técnico <i>Capacity Building Hub</i> ¹	€ 163 420	€ 280 000	€ 238 880	€ 398 260	€ 504 880	€ 543 000
Programa FCT Tenure Plus Técnico - PDECs					€ 245 000	€ 367 000
Programa FCT Tenure Plus Técnico - Sabáticas					€ 154 000	€ 120 000
Programa FCT Tenure Plus Técnico - ASC 59%					€ 221 000	€ 221 000
Programa FCT Tenure Plus Técnico total				€ 500 000	€ 620 000	€ 708 000
Prémio Brito Camacho		€ 160 000	€ 160 000	€ 160 000	€ 160 000	€ 160 000
Escola Doutoral - PhD Fast Track					€ 50 000	€ 64 000
Prémio Maria Amélia Chaves					€ 160 000	€ 160 000
Semana de Acolhimento	€ 15 000	€ 18 000	€ 18 000	€ 25 000	€ 25 000	€ 40 000
Sub-total ²	€ 178 420	€ 458 000	€ 416 880	€ 583 260	€ 899 880	€ 967 000
Total Iniciativas ³				€ 1 083 260	€ 1 519 880	€ 1 675 000
Total ⁴	€ 1 505 939	€ 2 062 674	€ 2 131 700	€ 2 670 869	€ 3 575 192	€ 4 237 092
Total Geral ⁵	€ 3 205 939	€ 3 862 674	€ 4 031 700	€ 4 670 869	€ 5 717 192	€ 6 407 899
TOTAL GLOBAL ⁶	€ 3 027 519	€ 3 404 674	€ 3 614 820	€ 5 170 869	€ 6 337 192	€ 7 115 899

1 Valores anteriores a 2024 correspondentes aos *Start up Funds*

2 Iniciativas + Prémios + E. Doutoral + S. Acolhimento

3 Iniciativas + Prémios + E. Doutoral + S. Acolhimento + Programa FCT Tenure Plus Técnico

4 Iniciativas + Prémios + E. Doutoral + S. Acolhimento + Uas + Cursos + LTI + PT

5 Iniciativas + Prémios + E. Doutoral + S. Acolhimento + Uas + Cursos + LTI + PT + PDEC

6 Iniciativas + Prémios + E. Doutoral + S. Acolhimento + Uas + Cursos + LTI + PT + PDEC + Programa FCT Tenure Plus Técnico (TOTAL GLOBAL de todo o investimento)

7 ORÇAMENTO DOS CENTROS FINANCEIROS

É aqui dado destaque aos orçamentos de receita e de despesa para 2026 de todos os Centros Financeiros do IST, com contabilidade própria. Destes, o Centro 10 - Contabilidade Central (Tabela 16 e Tabela 17) e 20 - Contabilidade de Projetos (Tabela 18 e Tabela 19) estão sob a dependência direta do Conselho de Gestão. O Centro 36 corresponde ao Polo de Oeiras, e foi atribuído para 2026 dotação orçamental no valor de 441 909€ (Tabela 20 e Tabela 21). Para o Polo de Oeiras, foi afetado o montante de 239 079€ nas despesas a gerir no Centro 10. De igual modo, para o Centro 38 - Polo de Loures foi atribuído para 2026 dotação orçamental no valor de 1 135 000€ (Tabela 22 e Tabela 23), e é gerido no Centro 10 o OE específico associado decorrente do Decreto-Lei 29/2012, de 9 de fevereiro.

Os orçamentos aqui apresentados para cada Centro Financeiro foram obtidos com base no histórico e previsão expectável. No entanto, poderá sofrer alterações por parte da Direção Geral do Orçamento (DGO), decorrente de algumas entidades não terem comunicado dotação a transferir para o IST.

Nas Tabelas desta secção apresenta-se o orçamento de receita e de despesa por centro financeiro, considerando as Medidas 016, 018 e 102 que correspondem respetivamente às medidas orçamentais do normativo legal para a Educação-Investigação, para a Educação-Estabelecimentos de Ensino Superior e para o Plano de Recuperação e Resiliência.

7.1 CF10 – CONTABILIDADE CENTRAL

Tabela 16: Orçamento de receita para 2026 do Centro Financeiro 10 do IST – Contabilidade Central

Orçamento Receita - Ano 2026	Medida 016		Medida 018			Medida 018	Total CF 10
	319-Transf. de RG entre organismos	482-U.E Outras	IST 311- RI Não Afect Proj Co-Fin	CTN 311-RI Não Afect Proj Co-Fin	513-RP do ano com outras origens	J.Martins Edifício norte	
Propinas e Tx	0	0	0	0	11 028 375	0	11 028 375
Propinas					9 878 505		9 878 505
Taxas e Emolumentos					1 149 870		1 149 870
Transferencias	3 293 586	2 372 815	62 011 585	6 528 323	0	5 000 000	79 206 309
OE			62 011 585	6 528 323			68 539 908
FCT-C. Formação	1 632 000						1 632 000
FCT - outros progr	1 180 075						1 180 075
Outras Transf	481 511	2 372 815				5 000 000	7 854 326
Venda Bens e Serviços	125	0	0	0	9 764 701		9 764 826
Venda Bens	0	0	0	0	128 550		128 550
Livros e Reprografia					66 000		66 000
Outros Bens					62 550		62 550
Venda Serviços	125	0	0	0	9 636 151		9 636 276
Aluguer de Espaços					372 000		372 000
Estudos e Pareceres							0
Serv.Laboratoriais					3 185 125		3 185 125
Act.Saude					400 000		400 000
Rede Parceiros					1 873 150		1 873 150
Bancos					825 000		825 000
Outros Serviços	125				2 980 876		2 981 001
Total	3 293 711	2 372 815	62 011 585	6 528 323	20 793 076	5 000 000	99 999 510

Tabela 17: Orçamento de despesa para 2026 do Centro Financeiro 10 do IST – Contabilidade Central

Orçamento Despesa - Ano 2026	Medida 016		Medida 018		Medida 018	Total CF 10
	319-Transf. de RG entre organismos	482-U.E Outras	311-RI Não Afect Proj Co-Fin	513-RP do ano com outras origens	J.Martins Edifício norte	
C.Pessoal	2 426 131	0	68 539 908	8 248 638	0	79 214 677
Vencimentos	1 541 958		45 885 757	5 833 888		53 261 603
Subs.Férias e Natal	367 134		7 634 451	786 676		8 788 261
Subs.Alimentação	63 631		1 653 279	244 934		1 961 844
Outros C.Pessoal			194 973	122 073		317 046
Avenças						0
H.Extraordinárias				20 000		20 000
Ajudas Custo				9 500		9 500
Rem.Adicionais e outros abonos variáveis			36 307	5 236		41 542
CGA			7 677 132	640 508		8 317 640
TSU	453 408		5 436 856	542 068		6 432 332
Proteção Social			21 154	43 755		64 909
Aq.Bens e Serviços	525 040	1 744 015	0	9 663 879	0	11 932 934
Aq.Bens	183 330	288 120	0	720 778	0	1 192 228
Livros IST-Press e Reagentes		7 500				7 500
Combustível		44 485		268 743		313 228
Artigos Limpeza e Higiene		25 000		110 000		135 000
Vestuário	1 750	1 500		4 360		7 610
Mat.Escritório	79 450	68 035		221 135		368 620
Ferram.e utensílios	37 000	49 800				86 800
Material de Laboratório	40 000	54 000		22 700		116 700
Outros Bens	25 130	37 800		93 840		156 770
Aq.Serviços	341 710	1 455 895	0	8 943 101	0	10 740 706
Eletricidade+Água+Gás		200 000		2 014 000		2 214 000
Serv Limpeza e Higiene		703 000		1 979 261		2 682 261
Conserv.Reparação	35 000	58 000		400 000		493 000
Aluguer Equip (ex.Ar.Liquido)	6 600	11 035		33 000		50 635
Comunicações	1 500	10 710		127 742		139 952
Transportes (entre Pólos)				400 000		400 000
Seguros	1 500	4 000		4 900		10 400
Deslocações e Estadas e Congressos	37 700	49 635		66 800		154 135
Prest.Serviços (ex.A3ES, Direitos Autor, Auditorias)	98 000	41 100		59 042		198 142
Comunicação e Divulgação Institucional				198 000		198 000
Publicidade	7 300	3 900		115 000		126 200
Segurança		106 000		1 938 000		2 044 000
Asist.Técnica (ex.Fotocopiadoras)	9 390	61 900		259 605		330 895
Trab.Especializados (ex.Médicos, G.resíduos, SAP, e	45 000	80 205		1 050 731		1 175 936
Patentes	16 220	29 400		8 000		53 620
Desp.Bancarias	6 000	5 245		37 500		48 745
Outros Serv	77 500	91 765		251 520		420 785
Transferências e Bolsas	100 070	109 150	0	840 310	0	1 049 530
FMUL				254 500		254 500
Transf Un. Europeia				34 000		34 000
Transf outras instituições (ex.AEIST, Tuna, etc)	20 070	12 660		98 300		131 030
Bolsas	80 000	96 490		453 510		630 000
Outras Despesa	0	0	0	927 050	0	927 050
Taxas municipais				27 050		27 050
IVA				900 000		900 000
Investimento - Obras e Equipamento	242 470	519 650	0	1 113 200	5 000 000	6 875 320
Obras	12 250	320 000		950 000	5 000 000	6 282 250
Eq.Informático	225 220	184 650		155 000		564 870
Eq.Mobiliário	5 000	15 000		8 200		28 200
Custos Correntes e Capital	867 580	2 372 815	0	12 544 439	5 000 000	20 784 834
Total	3 293 711	2 372 815	68 539 908	20 793 077	5 000 000	99 999 511

7.2 CF20 – CONTABILIDADE DE PROJETOS

Tabela 18: Orçamento de receita para 2026 do Centro financeiro 20 do IST – Contabilidade de projetos

Orçamento Receita - Ano 2026	Medida 016				Medida 018	Medida 102	Medida 016		Total CF 20
	319-Transf. de RG entre organismos	414-Feder - Lisboa 2020	422-Feder - PO Transnacional	482-U.E Outras	513-RP do ano com outras origens	483- PRR - Subvenções	414-Feder - Lisboa 2020/2030 AIDE **	414-Feder - Lisboa 2020/2030 Flagship **	
Transferências	4 390 575	1 746 294	694 040	3 377 866	358 113	5 281 334	1 785 999	2 142 790	19 777 011
FCT - outros progr	4 345 196					732 274			5 077 470
Un.Europeia		1 746 294	694 040	3 256 629		4 006 630	1 785 999	2 142 790	13 632 382
Outras Transf	45 379			121 237	358 113	542 430			1 067 159
Venda Bens e Serviços	0	0	0	5 000	2 627 642	225 304		0	2 857 946
Venda Bens	0	0	0	0	228				228
Outros Bens					228				228
Venda Serviços	0	0	0	5 000	2 627 414	225 304			2 857 718
Estudos e Pareceres					120 000				120 000
Serv.Laboratoriais					60 000				60 000
Outros Serviços				5 000	2 447 414	225 304			2 677 718
Total	4 390 575	1 746 294	694 040	3 382 866	2 985 755	5 506 638	1 785 999	2 142 790	22 634 957

Tabela 19: Orçamento de despesa para 2026 do Centro financeiro 20 do IST – Contabilidade de projetos

Orçamento Despesa - Ano 2026	Medida 016				Medida 018	Medida 102	Medida 016		Total CF 20
	319-Transf. de RG entre organismos	414-Feder - Lisboa 2020	422-Feder - PO Transnacional	482-U.E Outras	513-RP do ano com outras origens	483- PRR - Subvenções	414-Feder - Lisboa 2020/2030 AIDE **	414-Feder - Lisboa 2020/2030 Flagship **	
C.Pessoal	3 189 369	10 000	2 150	1 272 725	1 547 435	2 248 337	0	0	8 270 016
Vencimentos	2 146 208			643 186	133 872	1 428 868			4 352 133
Subs.Férias e Natal	357 701			120 815	22 312	338 145			838 974
Subs.Alimentação	69 407			27 272	4 158	59 159			159 996
Ajudas Custo	21 375	10 000	2 150	300 000	200 000	2 500			536 025
Rem.Adicionais					1 150 000				1 150 000
CGA				18 507	19 813				38 321
TSU	594 678			162 944	17 280	419 665			1 194 568
Aq.Bens e Serviços	812 865	933 215	321 320	1 121 341	422 695	634 376	0	108 950	4 354 762
Aq.Bens	98 195	299 395	172 280	173 965	88 355	243 921	0	0	1 076 111
Combustível	500	25	50 000	60 000	0	3 389			113 914
Vestuario		500			760				1 260
Mat.Escritório	31 270	84 100	14 780	54 945	29 680	35 479			250 254
Ferram.e utensilios	20 200	49 670		150	16 250	9 877			96 147
Material de Laboratório	41 725		5 180	37 020	23 315	170 361			277 601
Outros Bens	4 500	165 100	102 320	21 850	18 350	24 815			336 935
Aq.Serviços	714 670	633 820	149 040	947 376	334 340	390 454	0	108 950	3 278 651
Conserv.Reparação	7 700		7 000	21 500	5 460				41 660
Aluguer Equip (ex.Ar.Liquido)	2 850	379 590		27 600	4 480				414 520
Comunicações	315			135	1 610				2 060
Seguros		40 000		30 000					70 000
Deslocações e Estadas e Congressos	388 400	49 475	26 650	253 500	82 920	70 150			871 095
Prest.Serviços	211 370	24 875	41 620	168 790	42 500	139 605		54 475	683 235
Eficiência Energétic-Restituição Agencia Desenvolv Coesão				232 351					232 351
Publicidade				7 245		6 027			13 272
Asist.Técnica (ex.Fotocopiadoras)				3 260	10 385	22 337			35 982
Trab.Especializados	31 400	120 750	44 450	125 645	108 750	139 746		54 475	625 217
Patentes / Licenças	5 655		5 650	6 100	9 650				27 055
Desp.Bancarias	39 800	14 020		21 250	3 385				78 455
Outros Serv	27 180	5 110	23 670	50 000	65 200	12 589			183 749
Transferencias e Bolsas	257 330	753 929	212 100	735 310	226 985	596 325	0	247 265	3 029 244
Transf Un.Europeia		1 739	65 100	192 810	6 250				265 899
Transf outras instituições	2 330	6 690		60 000	7 500				76 520
Bolsas	255 000	745 500	147 000	482 500	213 235	596 325		247 265	2 686 825
Investimento - Obras e Equipamento	131 010	49 150	158 470	253 490	788 640	2 027 601	1 785 999	1 786 574	6 980 934
Obras					517 069		1 785 999	799 345	3 102 413
Eq.Informático	131 010	49 150	158 470	253 490	271 571	2 027 522		987 229	3 878 442
Eq.Mobiliario			0	0		79			79
Custos Correntes e Capital	1 201 205	1 736 294	691 890	2 110 141	1 438 320	3 258 302	1 785 999	2 142 790	14 364 940
Total	4 390 574	1 746 294	694 040	3 382 866	2 985 755	5 506 638	1 785 999	2 142 790	22 634 956

7.3 CF36 – POLO DE OEIRAS

Tabela 20: Orçamento de receita para 2026 do Centro Financeiro 36 do IST – Polo de Oeiras

Orçamento Receita - Ano 2026	Medida 016	Medida 018	Total CF 36
	319-Transf. de RG entre organismos	513-RP do ano com outras origens	
Venda Serviços	0	441 909	441 909
Outras Transf		99 284	99 284
Aluguer de Espaços		23 105	23 105
Estudos e Pareceres		284 720	284 720
Outros Serviços		34 799	34 799
Total	0	441 909	441 909

Tabela 21: Orçamento de despesa para 2026 do Centro Financeiro 36 do IST – Polo de Oeiras

Orçamento Despesa - Ano 2026	Medida 016	Medida 018	Total CF 36
	319-Transf. de RG entre organismos	513-RP do ano com outras origens	
C.Pessoal	0	46 261	46 261
Ajudas Custo			0
Rem.Adicionais		46 261	46 261
Aq.Bens e Serviços	0	151 310	151 310
Aq.Bens	0	3 500	3 500
Ferram.e utensilios		3 500	3 500
Outros Bens			0
Aq.Serviços	0	147 810	147 810
Conserv.Reparação			0
Deslocações e Estadas e Congressos		4 500	4 500
Prestação de Serviços		114 000	114 000
Publicidade		7 310	7 310
Outros Serv		22 000	22 000
Transferencias e Bolsas	0	200 668	200 668
Bolsas		200 668	200 668
Investimento - Obras e Equipamento	0	43 670	43 670
Eq.Informático		43 670	43 670
Custos Correntes e Capital	0	395 648	395 648
Total	0	441 909	441 909

7.4 CF38 – POLO DE LOURES

Tabela 22: Orçamento de receita para 2026 do Centro Financeiro 38 do IST – Polo de Loures

Orçamento Receita - Ano 2026	Medida 016		Medida 018	Total CF 38
	319-Transf. de RG entre organismos	482-U.E Outras	513-RP do ano com outras origens	
Taxas	0	0	20 000	20 000
Taxas e Emolumentos			20 000	20 000
Transferências	5 000	30 000	20 000	55 000
FCT - outros progr	5 000			5 000
Un.Europeia		30 000	10 000	40 000
Outras Transf			10 000	10 000
Venda Bens e Serviços	0	0	1 060 000	1 060 000
Venda Bens	0	0	5 000	5 000
Outros Bens			5 000	5 000
Venda Serviços	0	0	1 055 000	1 055 000
Aluguer de Espaços			25 000	25 000
Estudos e Pareceres				0
Serv.Laboratoriais			680 000	680 000
Outros Serviços			350 000	350 000
Total	5 000	30 000	1 100 000	1 135 000
Imputações Internas	0	0	0	0
Overheads				0
Out.Imp.Internas (ex.telef, economato,...)				0
Total c/Proveitos Internos	5 000	30 000	1 100 000	1 135 000

Tabela 23: Orçamento de despesa para 2026 do Centro Financeiro 38 do IST – Polo de Loures

Orçamento Despesa - Ano 2026	Medida 016		Medida 018	Total CF 38
	319-Transf. de RG entre organismos	482-U.E Outras	513-RP do ano com outras origens	
C.Pessoal	500	3 000	45 000	48 500
Ajudas Custo	500	3 000	25 000	28 500
Rem.Adicionais			20 000	20 000
Aq.Bens e Serviços	3 200	22 000	636 500	661 700
Aq.Bens	1 600	11 000	200 500	213 100
Combustível				0
Artigos Limpeza e Higiene				0
Vestuário			4 000	4 000
Mat.Escritório	500	6 000	65 000	71 500
Ferram.e utensilios			29 500	29 500
Material de Laboratório	500	3 000	62 000	65 500
Outros Bens	600	2 000	40 000	42 600
Aq.Serviços	1 600	11 000	436 000	448 600
Conserv.Reparação			75 000	75 000
Comunicações			10 000	10 000
Seguros			3 000	3 000
Deslocações e Estadas e Congressos	400	3 000	30 000	33 400
Prest.Serviços	500	2 000	30 000	32 500
Publicidade			3 000	3 000
Asist.Técnica	700		70 000	70 700
Trab.Especializados		5 000	190 000	195 000
Desp.Bancarias				0
Outros Serv		1 000	25 000	26 000
Transferencias e Bolsas	0	0	72 200	72 200
Transf Un.Europeia			12 200	12 200
Bolsas			60 000	60 000
Outras Despesa	0	0	26 300	26 300
Taxas municipais			26 300	26 300
Investimento - Obras e Equipamento	1 300	5 000	320 000	326 300
Obras			60 000	60 000
Eq.Informático	1 300	5 000	260 000	266 300
Custos Correntes e Capital	4 500	27 000	1 055 000	1 086 500
Total	5 000	30 000	1 100 000	1 135 000

ANEXO 1: DESPESAS FINANCIADAS PELO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA O IST EM 2026

Centro de Custo	Designação	Pessoal dos Quadros-Regime de F. Pública	Pessoal contratado a Termo	Despesas de representação	Suplementos e prémios (CG)	Subs.Refeição	Subs.Férias	Subs. Natal	Out Abonos em Numer e Espec	CGA	SS	Out Prestações Familiares	Outras despesas de Seg Social-SSAP	Total por C.Custo
0002	Presidente	68 230		0	5 798	1 386	6 169	6 169	0	20 512	0			108 264
0003	Conselho de Gestão	545 838		0	31 684	12 474	48 127	48 127	0	74 949	85 072			846 271
0004	Conselho Científico	91 272		0	5 798	2 772	8 089	8 089	0	20 512	6 385			142 917
0005	Conselho Pedagógico	102 496		0	4 763	4 158	8 938	8 938	0	11 019	18 700			159 014
0008	Conselho de Escola	68 230		0	0	1 386	5 686	5 686	0	18 905	0			99 893
2000	Departamento de Engenharia Civil, Arquitetura e Ambiente	5 175 766		0	0	151 932	433 668	431 314	0	1 115 067	319 611	1 698		7 629 056
2100	Departamento de Engenharia Electrotécnica e de Computadores	5 403 668		0	0	156 114	450 306	450 306	0	1 116 418	380 848			7 957 660
2200	Departamento de Mecânica	5 210 282		0	0	154 447	443 063	434 190	0	1 018 187	427 603	1 882		7 689 653
2300	Departamento de Engenharia Química	3 351 864		0	0	92 917	282 165	279 322	0	635 869	293 552			4 935 690
2400	Departamento de Engenharia Física	3 091 291		0	0	86 940	243 897	257 608	0	497 192	356 097			4 533 025
2500	Departamento de Matemática	4 625 494		0	0	123 984	388 668	385 458	0	1 076 335	205 405			6 805 343
2800	Departamento de Engenharia Informática	4 534 922		0	0	128 712	377 910	377 910	0	622 516	634 035			6 676 005
2900	Departamento de Engenharia e Gestão	1 407 311		0	0	41 808	117 276	117 276	0	157 646	232 296			2 073 613
3300	Departamento de Bioengenharia	1 958 286		0	0	54 394	163 190	163 190	0	266 157	276 452			2 881 669
3400	Departamento Engenharia e Ciências Nucleares	3 013 651		0	0	92 242	254 714	251 138	0	535 423	300 459	1 276		4 448 903
3500	Departamento de Engenharia de Recursos Minerais e Energéticos	778 767		0	0	24 019	64 897	64 897	0	125 051	90 733			1 148 364
6100	Direcção Executiva_Geral	50 210		10 241	0	1 386	4 184	4 184	0	16 345	0			86 550
6250	Direcção de Projectos	626 496		9 225	0	36 036	52 208	52 208	0	6 385	169 398			951 954
6400	Direcção de Recursos Humanos	1 012 183		9 225	0	58 212	84 349	84 349	0	92 222	190 428			1 530 967
6600	Direcção de Planeamento e Qualidade	416 622		9 225	0	20 790	34 719	34 719	0	55 513	62 117			633 704
7600	Gestão do Campus do IST no Taguspark	532 190		7 692	0	34 650	44 349	44 349	0	75 645	73 643			812 518
7700	Polo de Loures	1 458 089		4 097	0	97 020	121 507	121 507	36 307	198 610	214 998		19 239	2 271 374
8010	Assessoria ao Conselho de Gestão	35 147		2 564	0	1 386	2 929	2 929	0	10 348	0			55 302
8030	Área de Auditoria Interna	125 641		2 564	0	6 930	10 470	10 470	0	8 360	27 062			191 497
8100	Direcção de Apoio Jurídico	122 384		4 097	0	6 930	10 199	10 199	0	7 827	27 057			188 692
8200	Assuntos Internacionais	565 535		6 661	0	30 492	47 128	47 128	0	37 993	20 398			755 334
8300	Assuntos Académicos	807 397		9 225	0	51 282	67 283	67 283	2 580	94 983	67 574	0		1 167 607
8400	Tecnologias de Informação e Comunicação	1 291 324		15 885	0	61 110	109 211	107 610	0	72 669	101 259			1 759 069
	Encargos Gerais com Pessoal	46 470 585	0	90 699	48 044	1 535 909	3 885 298	3 876 552	38 887	7 988 654	4 581 183	4 857	19 239	68 539 909

ANEXO 2: DESPESAS FINANCIADAS PELAS RECEITAS PRÓPRIAS PARA O IST EM 2026

Centro de Custo	Designação	Pessoal dos Quadros-Regime de F. Pública	Pessoal Contratado a Termo	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	Despesas de representação	Subs.Refeição	Subs.Férias	Subs. Natal	Out Prestações Familiares	CGA	TSU	Outras despesas de Seg Social-SSAP	Aq Bens/Serviços; Transf; Equip	Transf. Correntes - Bolsos e Outras	Equipamento	Total por C.Custo
0002	Presidente															0
0003	Conselho de Gestão												250 000	50 000	100 000	400 000
0004	Conselho Científico												3 000			3 000
0005	Conselho Pedagógico												3 000			3 000
0008	Conselho de Escola												3 000			3 000
0009	Assembleia de Escola												3 000			3 000
0801	AEIST												93 020			93 020
0803	APIST												14 000			14 000
0805	Tunas												11 000			11 000
1133	Centro de Engenharia e Tecnologia Naval e Oceânica	32 150				1 386	2 679	2 679		8 908						47 803
1134	Centro Estudos de Gestão IST	0	40 973	0	0	1 386	3 414	3 414		0	11 353					60 541
1143	Centro de Recursos Naturais e Ambiente - CERENA	0	159 401	0	0	8 316	13 283	13 283		0	44 167					238 452
1145	Instituto de Plasmas e Fusão Nuclear	424 797	125 502	0	0	24 948	45 858	45 858		92 288	60 191					819 443
1148	Centro de Ciências e Tecnologias Nucleares	42 919	0	0	0	1 386	3 577	3 577		0	11 892					63 350
1152	CERIS-INST.INV.INOVACAO ENG CIVIL SUSTEN	20 516	50 394	0	0	4 158	5 909	5 909		0	19 648					106 535
1601	Polo IST-ISR	30 171	21 134	0	0	2 772	4 275	4 275		8 360	5 856					76 843
1401	Civil												15 218			15 218
1402	Electrotecni Computadores												19 828			19 828
1403	Mecanica												18 184			18 184
1404	Quimica												7 618	7 500		15 118
1405	Fisica												11 430			11 430
1406	Matemática												4 732			4 732
1407	Minas												1 666			1 666
1409	Naval												2 266			2 266
1411	LEIC												12996			12 996
1413	LTI - Taguspark												18 462			18 462
2000	Departamento de Engenharia Civil, Arquitetura e Ambiente	250 452	294 795	0	0	39 966	45 437	45 437		8 257	142 822		83 564	10 000	20 000	940 731
2100	Departamento de Engenharia Electrotécnica e de Computadores	91 340	164 386	0	0	36 036	21 311	21 311		0	70 857		138 539	10 000	50 000	603 780
2200	Departamento de Mecânica	258 413	258 021	0	0	49 925	43 036	43 036		0	143 095		100 000	20 000	52 067	967 595
2300	Departamento de Engenharia Química	279 208	110 623	0	0	25 649	32 486	32 486		0	108 015		69 270	10 000	20 000	687 736
2400	Departamento de Engenharia Física	80 473	285 401	0	0	60 795	30 489	30 489		0	101 377		70 000		29 270	688 295
2500	Departamento de Matemática	81 702	172 849	0	0	38 517	21 213	21 213		0	70 532		90 000		68 831	564 856
2800	Departamento de Engenharia Informática	250 766	444 158	0	0	84 102	57 910	57 910		0	192 552		88 612	25 000	75 000	1 276 011
2900	Departamento de Engenharia e Gestão	207 533	202 923	0	0	39 966	34 205	34 205		0	113 731		72 798			705 360
3300	Departamento de Bioengenharia	161 467	183 417	0	0	32 924	28 740	28 740		0	95 562		72 798			603 648
3400	Departamento Engenharia e Ciências Nucleares	735 450	42 919	0	0	24 933	64 864	64 864		15 935	199 738		105 821			1 254 524
3500	Departamento de Engenharia de Recursos Minerais e Energéticos	186 201	71 292	0	0	20 333	21 458	21 458		3 293	68 054		15 486			407 574
3901	Plataforma de Energia												2 500			2 500
3902	Plataforma de Ambiente	14 832				1 386	1 236	1 236		4 110			2 500			25 300
3903	Plataforma de Materiais												2 500			2 500
4001	Coord.Licenciatura EngªCivil												4 150			4 150
4002	Coord.Licenciatura Engª Geológica e Mineira												900			900

* - Verbas para aquisições: As verbas DOC correspondem às verbas DOC teto no âmbito do CC3. As verbas DOC efetivas por departamento serão disponibilizadas a 15 de janeiro de 2026

Centro de Custo	Designação	Pessoal dos Quadros-Regime de F. Pública	Pessoal Contratado a Termo	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	Despesas de representação	Subs.Refeição	Subs.Férias	Subs. Natal	Out Prestações Familiares	CGA	TSU	Outras despesas de Seg Sociais-SSAP	Aq Bens/Serviços; Transf. Equip	Transf.Correntes - Bolsistas e Outras	Equipamento	Total por C.Custo
4003	Coord.Licenciatura EngªMecanica												6 600			6 600
4005	Coord.Licenciatura EngªQuimica												3 050			3 050
4006	Coord.Lic.EngªMetal.e de Materiais												750			750
4007	Coord.Licenc.EngªFisica Tecnologica												3 550			3 550
4008	Coord.Licenciatura Engª e Arquitectura Naval												1 000			1 000
4009	Coord.Lic.Matematica Aplic.,Comput.												2 250			2 250
4010	Coord.Lic.EngªInformatica e Comput.												6 750			6 750
4011	Coord.Lic.Engª e Gestão Industrial												3 250			3 250
4013	Coord.Licenciatura EngªAeroespacial												5 400			5 400
4014	Coord.Lic.Eng.Electe Computadores												7 700			7 700
4015	Coord.Licenciatura EngªAmbiente												800			800
4016	Coord.Licenciatura em Arquitectura												3 750			3 750
4018	Coord.Lic.Eng.Biomédica												3 350			3 350
4019	Coord.Lic.Engª Informática e Computadores-Taguspark												3 000			3 000
4022	Coord.Lic. Engª Redes de Com. Informação												1 900			1 900
4024	Coord.Lic. Engª Electrónica												1 050			1 050
4025	Coord.Lic. Engª Biológica												2 400			2 400
4090	Protocolos de Ensino												300 000			300 000
4520	Coord.Mestrado Bioengenharia e Nanossistemas												500			500
4521	Bioengenharia: Medicina Regenerativa e de Precisão												750			750
4522	Coord.Mestrado Biotecnologia												1 050			1 050
4524	Coord.Mestrado Engenharia Aeroespacial												3 300			3 300
4525	Coord.Mestrado Engenharia do Ambiente												1 100			1 100
4526	Coord.Mestrado Engenharia Biológica												2 250			2 250
4527	Coord.Mestrado Engenharia Biomédica												2 950			2 950
4528	Coord.Mestrado Engenharia e Ciência de Dados												1 150			1 150
4529	Coord.Mestrado Engenharia Civil												3 850			3 850
4530	Coord.Mestrado Engenharia Electrónica												700			700
4531	Coord.Mestrado Engenharia Electrotécnica e de Computadores												7 700			7 700
4532	Coord.Mestrado Engenharia Farmacéutica												400			400
4533	Coord.Mestrado Engenharia Fisica Tecnológica												2 700			2 700
4534	Coord.Mestrado Engenharia Geológica e de Minas												400			400
4535	Coord.Mestrado Engenharia e Gestão da Energia												1 100			1 100
4536	Coord.Mestrado Engenharia e Gestão da Inovação e Empreendedorismo												800			800
4537	Coord.Mestrado Engenharia e Gestão Industrial												2 700			2 700
4538	Coord.Mestrado Engenharia Informática e de Computadores (AL e TP)												8 850			8 850
4539	Coord.Mestrado Engenharia de Materiais												1 200			1 200
4540	Coord.Mestrado Engenharia Mecânica												5 200			5 200
4541	Coord.Mestrado Engenharia Naval e Oceânica												600			600
4542	Coord.Mestrado Engenharia Química												2 550			2 550
4543	Engenharia em Recursos Energéticos												450			450
4544	Coord.Mestrado Engenharia de Telecomunicações e Informática												1 150			1 150
4545	Coord.Mestrado Informação e Sistemas Empresariais												350			350
4546	Coord.Mestrado Matemática Aplicada e Computação												1 300			1 300
4547	Coord.Mestrado Microbiologia												950			950
4548	Coord.Mestrado Molecular Science and Engineering												600			600
4549	Ordenamento do Território e Urbanismo												700			700

Centro de Custo	Designação	Pessoal dos Quadros-Regime de F. Pública	Pessoal Contratado a Termo	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	Despesas de representação	Subs.Refeição	Subs.Férias	Subs. Natal	Out Prestações Familiares	CGA	TSU	Outras despesas de Seg Social-SSAP	Aq Bens/Serviços; Transf. Equip	Transf. Correntes - Bolsistas e Outras	Equipamento	Total por C.Custo
4550	Coord.Mestrado Proteção e Segurança Radiológica												600			600
4551	Coord.Mestrado Segurança de Informação e Direito no Ciberespaço												400			400
5006	Gestão de Parques												7 500			7 500
5009	Transporte entre Pólos												400 000			400 000
5010	Apoio às Aulas												500			500
5011	Núcleo de Oficinas IST	24 115				2 772	2 010	2 010			6 682		10 000			47 587
6210	Direção de Contabilidade	731 597			6 661	51 282	60 966	60 966		47 921	155 670		11 500			1 126 563
6220	Direção Orçamental e Patrimonial	681 258			6 661	42 966	56 772	56 772		96 510	93 837		37 100			1 071 875
6250	Direção de Projetos												12 500			12 500
6300	Direção de Sustentabilidade e Instalações	984 150			5 128	72 072	82 013	82 013		74 786	199 123					1 499 285
6301	Direção de Sustentabilidade e Instalações												21 000			21 000
6400	Direção de Recursos Humanos												38 000			38 000
6500	Direção Operações	653 737			9 225	45 738	54 478	54 478	2 280	69 060	114 517					1 003 513
6501	Direção Operações Geral												13 750			13 750
6601	Direção de Planeamento e Qualidade												7 000			7 000
7610	Direção dos Serviços Administrativos do Polo de Oeiras												25 292	15 000		40 292
7612	Núcleo de Apoio Geral do Polo de Oeiras												45 727	5 000		50 727
7620	Área de Gestão Administrativa e Financeira do Taguspark												5 670			5 670
7640	Área de Gestão de Recursos Humanos e Académicos do TP												13 810	5 000		18 810
7650	Área de Serviços Informáticos do Polo de Oeiras												41 020	10 000		51 020
7690	Núcleo de Apoio Técnico e Logístico do Polo de Oeiras												66 560		6 000	72 560
7701	Gestão Central												500 000			500 000
7708	Desmantelamento RPI												100 000			100 000
7709	Instalação Piloto												30 000			30 000
8002	Núcleo de Serviços de Saúde do IST	117 546	0	13 500	0	6 930	9 796	9 796		9 656	22 914		380 614			570 751
8003	IST Press	56 493				2 772	4 708	4 708		0	15 653		140 000			224 334
8010	Assessoria ao Conselho de Gestão												100			100
8030	Área de Auditoria Interna												5 000			5 000
8040	Área de Biblioteca, Museus e Cultura	231 451			2 564	16 632	19 288	19 288		39 119	25 621		43 720	50 000		447 683
8050	Laboratório de Análises do IST	548 467			2 564	38 808	45 706	45 706		40 231	112 349		550 000	50 000	100 000	1 533 831
8060	MicroLab – Unidade de Microscopia Eletrónica do IST	34 850				1 386	2 904	2 904			9 656					51 701
8100	Direção de Apoio Jurídico	0	0	25 830	0	0	0	0		0	0		67 500			93 330
8150	Direção de Apoio à Gestão	162 267			4 097	9 702	13 522	13 522	957	32 188	14 744		750			251 749
8200	Assuntos Internacionais										99 892					99 892
8220	Direção de Assuntos Internacionais												222 420			222 420
8300	Assuntos Académicos										63 350					63 350
8310	Direção Académica												239 500			239 500
8400	Tecnologias de Informação e Comunicação										188 029		125 000	100 000	100 000	513 029
8500	Empreendedorismo e Ligações Empresariais	352 243			4 097	22 176	29 354	29 354			98 573		159 480	50 000	50 000	795 276
8600	Comunicação e Imagem e Marketing	287 614			2 564	18 018	23 968	23 968		12 820	67 483		140 000	125 000	22 750	724 184
9001	Encargos Gerais com Pessoal	1 084 667				95 256	63 889	90 389			294 250	34 357	34 500			1 697 308
9002	Encargos Globais												6 975 000		25 000	7 000 000
9003	Encargos a Distribuir												400 000		100 000	500 000
9004	Economato												60 000			60 000
9005	NGAC												5 000			5 000
9006	Reprografia												20 000			20 000
9007	Expedição e Correo												25 000			25 000

Centro de Custo	Designação	Pessoal dos Quadros - Regime de F. Pública	Pessoal Contratado a Termo	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	Despesas de representação	Subs.Refeição	Subs.Férias	Subs. Natal	Out Prestações Familiares	CGA	TSU	Outras despesas de Seg Social-SSAP	Aq Bens/Serviços; Transf. Equip	Transf.Correrentes - Bolsas e Outras	Equipamento	Total por C.Custo
9008	Centro Informática (TIC)												367 000		500 000	867 000
9009	Loja do Técnico												50 000			50 000
9010	Obras												190 000	192 000		382 000
9011	Manutenção												440 000	13 000		453 000
9012	Arquivo												90 000	5 000		95 000
9013	Motoristas												11 000			11 000
9014	Área Financeira do TP												1 000			1 000
9015	Área Técnica do TP												1 000			1 000
9016	Centro de Congressos												500			500
9019	Oficinas												500			500
9020	Apoio ao Ensino												25 000	25 000		50 000
9028	Segurança -NSHS												2 500 000			2 500 000
9034	Eventos Técnico												40 800			40 800
9036	Provedoria												5 000			5 000
9064	Programa Consolidação de Equipas IST												30 000			30 000
9067	Prémio Maria Amélia Chaves												160 000			160 000
9069	Escola Doutoral												64 000			64 000
9070	Promoção e Divulgação Técnico												180 000			180 000
9072	TCBH-START-UP FUNDS, Bolsas PAXIAX												330 000			330 000
9074	TCBH-Digital +												84 880			84 880
9075	TCBH-Shaping the Future												90 000			90 000
9076	Prémio Brito Camacho - Teaching Assistant Program												160 000			160 000
9078	Semana de Acolhimento												38 850			38 850
9081	IST SAP												65 000	96 000		161 000
9082	IST 110-Dia do Técnico												13 755			13 755
9087	Sistema Impressão Centralizada												15 000	75 000		90 000
9089	Sustentabilidade IST												43 000	5 000	90 000	138 000
9090	Innovation e Defesa												10 000			10 000
Total Desp. FF.de RP		9 098 846	2 628 189	39 330	43 559	925 394	950 753	977 253	3 238	563 442	3 041 786	34 357	17 775 494	585 512	1 814 918	38 482 070

Centro de Custo	Designação	Horas Extraordinárias	Ajudas de Custo	Indemnizaç por cessação Fç	Outros Abonos em Numerário e Espécie	Total por Distribuir
9001	Encargos Gerais com Pessoal	20 000	970 000		1 961 113	2 951 113

DOCUMENTAÇÃO SUPLEMENTAR

Esta seção reúne documentos suplementares que fornecem mais detalhes e sustentam as informações constantes nas respectivas notas ao longo do orçamento.

Documento Suplementar 1 - Contrato de Convergência, Crescimento e Coesão - CC3

Documento Suplementar 2 - Procedimento para a Contratação de Pessoal Docente Especialmente Contratado (PDEC)